



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

PRAÇAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE DA CIDADE

Autor: Carlos Fabrício Rocha da Silva

Orientador: D^a Maria Augusta Mundim Vargas

Co-orientador: D^a Adriana Dantas Nogueira

MARÇO - 2010
São Cristóvão – Sergipe
Brasil



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

PRAÇAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE DA CIDADE

Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Autor: Carlos Fabrício Rocha da Silva

Orientador: D^a Maria Augusta Mundim Vargas

Co-orientador: D^a Adriana Dantas Nogueira

MARÇO - 2010
São Cristóvão – Sergipe
Brasil



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

PRAÇAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE DA CIDADE

Dissertação de Mestrado defendida por Carlos Fabrício Rocha da Silva e aprovada em 11 de março de 2010 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Dra. Maria Augusta Mundim Vargas
PRODEMA / UFS (Orientadora)

Dra. Adriana Dantas Nogueira
DAC / UFS (Co-orientadora)

Dra. Vera Lúcia Alves França
Geografia / UFS

Dr. Paulo Sergio Maroti
Biologia / UFS (Campi Itabaiana)

É concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Carlos Fabrício Rocha da Silva – Autor
PRODEMA / UFS

Dra. Maria Augusta Mundim Vargas
PRODEMA / UFS (Orientadora)

Adriana Dantas Nogueira – Co-orientadora
DAC / UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Dra. Maria Augusta Mundim Vargas
PRODEMA / UFS (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradecer torna-se difícil quando, ao avaliar o que passou se constata que muitas e muitas pessoas são especiais em nossas conquistas e fundamentais ao nosso crescimento, entretanto, algumas merecem meu grifo nessa oportunidade...

Prof^a. Dra.e amiga Maria Augusta Mundim Vargas, mais que competente orientação na condução e desenvolvimento deste estudo, indicou-me uma nova maneira de ver o mundo acadêmico.

Prof^a. Dra. Adriana Dantas Nogueira, pela presença marcante em toda a minha trajetória e, principalmente, pela contribuição dada a minha dissertação.

A minha querida esposa Ana Amélia Moreira Lira pelo apoio e influência nessa nova etapa de minha vida.

Universidade Federal de Sergipe, instituição pela qual tenho especial carinho e considero muito em meus planos, aos bons amigos aqui conquistados e também àqueles que me fizeram ver que, por vezes, é necessário que se nade contra a correnteza. Foi o que fiz com muita disposição... Obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância das praças públicas na sustentabilidade da cidade de Aracaju. Tais preocupações se enquadram, na atualidade, dentro das preocupações decorrentes da crise ambiental contemporânea e da participação das cidades neste contexto. Dentro de uma perspectiva ambiental, nosso objetivo é descrever e analisar de que forma os espaços públicos abertos, as praças, contribuem ou não na sustentabilidade da cidade. Nesse sentido, buscamos compreender através de pesquisa de percepção ambiental as diversas apropriações que ocorrem nesses espaços públicos. Portanto, para a operacionalização da pesquisa foram utilizadas as seguintes abordagens: a) quantitativa, através da obrigatoriedade da definição da amostra a ser trabalhada (quantidade das praças a serem delimitadas) e também através de levantamento da presença ou não de estruturas e equipamentos nas praças; b) descritiva, pois caracterizam de forma individual as praças selecionadas; c) qualitativa, uma vez que trata das percepções do pesquisador e dos frequentadores destes locais através de entrevistas. Dentre os resultados destacaram-se o fato do lazer estar presente em todas as praças da pesquisa, em maior ou menor grau, mas sempre presente, além disso, a postura de certos frequentadores que cuidam de um espaço que lhe pertence por direito, com cuidado e zelo, reafirmaram a importância de uma identidade com valores culturais presentes em determinadas praças da pesquisa.

Palavras chaves: Sustentabilidade Urbana, Desenvolvimento Sustentável, Aracaju / Sergipe, Praças Públicas.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the importance of sustainability in the public squares of the city of Aracaju. These concerns fall, today, in the concerns arising from the contemporary environmental crisis and the participation of cities in this context. Within an environmental perspective, our goal is to describe and analyze how the public open spaces, squares, or do not contribute to sustainability of the city. In this sense, we seek to understand through research and environmental perception of the various appropriations that occur in these public spaces. Therefore, to perform this research we used the following approaches: a) quantitative, through the requirement of the definition of the sample to be analyzed (number of squares to be defined) and also through a survey of the presence or absence of structures and equipment in the streets b) descriptive, since they feature individually selected squares, c) qualitative, since it is the perceptions of the researcher and the patrons of these places through interviews. Among the findings highlighted the fact that leisure be present in all the squares of the research to a greater or lesser degree, always present but also the attitude of some patrons who care for a space that rightfully belongs to him, carefully and zeal, reaffirmed the importance of an identity with cultural values present in certain squares of research.

Key words: Urban Sustainability, Sustainable Development, Aracaju, Sergipe, Public Places.

SUMÁRIO

	Página
NOMENCLATURA	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE QUADROS	xvi
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 2 – SUSTENTABILIDADE: RAÍZES E CONCEITOS	20
CAPÍTULO 3 – SUSTENTABILIDADE URBANA	32
CAPÍTULO 4 – ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS (PRAÇAS PÚBLICAS)	43
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA	51
5.1 – CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE ARACAJU	52
5.2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
5.2.1 – Definição da Amostra	57
5.2.2 – Caracterização e Avaliação das Praças	61
5.2.3 – Tipologia e Morfologia das Praças	63
5.2.4 – Percepção Ambiental dos Frequentadores	64
5.2.5 – Tratamento das Informações	69
5.2.6 – Análise das Informações	70
CAPÍTULO 6 – RESULTADOS E DISCUSSÕES	72
6.1. PRAÇA DA BANDEIRA – CENTRO	73
6.1.2 – Perfis e Percepções	77
6.2. PRAÇA DOM JOSÉ THOMAZ – SIQUEIRA CAMPOS	88
6.2.1 – Perfis e Percepções	93

6.3. PRAÇA ULYSSES GUIMARÃES – SANTOS DUMONT	103
6.3.1 – Perfis e Percepções	106
6.4. PRAÇA TANCREDO NEVES – AMÉRICA	114
6.4.1 – Perfis e Percepções	119
6.5. PRAÇA DARIO FERREIRA NUNES – SÃO CONRADO	124
6.4.1 – Perfis e Percepções	128
6.6 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS PRAÇAS	132
CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
ANEXO E/OU APÊNDICE	155

NOMENCLATURA

Abreviaturas

CNUMAD – Conferencia das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

WWF - World Wild Fund for Nature

EIAs - Estudos de Impacto Ambiental

RIMA – Relatório de Impactos Ambientais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

LABHAB/FAUUSP – Laboratório de Habitação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
– Universidade de São Paulo

SEPLAN – Secretaria de Planejamento de Aracaju

P.D – Portadores de Deficiência

LISTA DE FIGURAS

Número	Título	Página
01.	Crescimento urbano de Aracaju (Índice de Forma)	57
02.	Visualização dos eixos sobre o mapa de Aracaju	60
03.	Ficha de levantamento e caracterização de equipamentos e estrutura	61
04.	Esquema de praça conformada por 4 vias	64
05.	Esquema de praça conformada por 3 vias	64
06.	Esquema teórico do processo perceptivo	67
07.	Mapa ampliado do entorno – Praça da Bandeira	73
08.	Mapa reduzido do entorno – Praça da Bandeira	73
09.	Detalhe Rampa de Acesso P.D	74
10.	Estado de conservação do calçamento	75
11.	Estado de conservação do Parque Infantil	75
12.	Iluminação Baixa	76
13.	Perfil - Ocupação (%) (Praça da Bandeira)	77
14.	Vista Av. Pedro Calazans	77
15.	Vista Av. Barão de Maruim	78
16.	Perfil – Faixa Etária (Praça da Bandeira)	78
17.	Perfil - Residência x Tempo (Praça da Bandeira)	79
18.	Perfil – Permanência (Horas) (Praça da Bandeira)	79
19.	Perfil – Frequência (Praça da Bandeira)	80
20.	Motivação ao Uso (Praça da Bandeira)	80
21.	O que mais agrada na praça (Imediato) (Praça da Bandeira)	81
22.	Avaliação dos Usuários (Praça da Bandeira)	81
23.	Museu da Bandeira	82
24.	Mastro Central	82
25.	Comércio Informal	83
26.	Banca de Revista	84
27.	Quiosques de Alimentação	84
28.	Ponto de Ônibus (Av: Barão de Maruim)	84
29.	Telefones Públicos	84
30.	Grupos Específicos (Praça da Bandeira)	86

31. Demais Usuários (Visão dos Entrevistados) (Praça da Bandeira)	87
32. Mapa ampliado do entorno – Praça Dom José Thomaz	88
33. Mapa reduzido do entorno – Praça Dom José Thomaz	88
34. Ponto de Ônibus (Rua Santa Catarina)	89
35. Estado de conservação das rampas de acesso	90
36. Estado de conservação do calçamento	90
37. Equipamentos para prática de exercícios físicos	91
38. Estrutura das mesas	91
39. Lixeiras de coleta seletiva	92
40. Palco	92
41. Placa de Identificação da Praça	92
42. Comércio Local na Rua Sergipe	93
43. Comércio Local na Rua Santa Catarina	93
44. Perfil - Ocupação (%) (Praça Dom José Thomaz)	94
45. Barracas de comércio informal (lanches)	94
46. Trailler de chaveiro (pneus vazios)	95
47. Perfil – Escolaridade (Praça Dom José Thomaz)	95
48. Perfil – Permanência (Horas) (Praça Dom José Thomaz)	96
49. Perfil – Frequência (Praça Dom José Thomaz)	96
50. Motivação ao Uso (Praça Dom José Thomaz)	97
51. O que mais agrada na praça (Imediato) (Praça Dom José Thomaz)	97
52. Avaliação dos Usuários (Praça Dom José Thomaz)	98
53. Visão da Praça pela Rua Sergipe	98
54. Equipamentos de lazer infantil depredados	99
55. Estado de conservação precário dos sanitários	99
56. Usos dos demais freqüentadores (visão dos entrevistados)	101
57. Grupos Específicos (Praça Dom José Thomaz)	102
58. Mapa ampliado do entorno – Praça Ulysses Guimarães	103
59. Mapa reduzido do entorno – Praça Ulysses Guimarães	103
60. Rampas de acesso à P.D	104
61. Piso Táctil	104
62. Iluminação Alta	105
63. Lixeiras conservadas	105
64. Depredação Telefones Públicos	106

65. Perfil – Permanência (Horas) (Praça Ulysses Guimarães)	107
66. Perfil – Frequência (Praça Ulysses Guimarães)	108
67. Motivação ao Uso (Praça Ulysses Guimarães)	109
68. O que mais agrada na praça (Imediato) (Praça Ulysses Guimarães)	109
69. Avaliação dos Usuários (Praça Ulysses Guimarães)	110
70. O que mais agrada na praça (relação ao uso) (Praça Ulysses Guimarães)	110
71. Grupos Específicos (Praça Ulysses Guimarães)	112
72. O que reformaria (Praça Ulysses Guimarães)	113
73. Mapa ampliado do entorno – Praça Tancredo Neves	114
74. Mapa reduzido do entorno – Praça Tancredo Neves	114
75. Escadaria da Praça Tancredo Neves	116
76. Rampa de acesso	116
77. Péssimo estado de conservação da quadra esportiva	116
78. Péssimo estado do calçamento	117
79. Parque Infantil	117
80. Grades que cercam o espaço do palco	117
81. Vista da cidade do ponto mais alto da praça	118
82. Iluminação alta e a ausência de árvores	118
83. Motivação ao Uso (Praça Tancredo Neves)	119
84. O que mais agrada na praça (Imediato) (Praça Tancredo Neves)	120
85. Avaliação dos Usuários (Praça Tancredo Neves)	120
86. Uso (Praça Tancredo Neves)	121
87. O que reformaria (Praça Tancredo Neves)	123
88. Mapa ampliado do entorno – Praça Dario Ferreira Nunes	124
89. Mapa reduzido do entorno – Praça Dario Ferreira Nunes	124
90. Rampas pra P.D com rachaduras	125
91. Estado de conservação do parque infantil	125
92. Pichação dos telefones públicos	126
93. Quadra Esportiva	126
94. Perfil – Faixa Etária (Praça Dario Ferreira Nunes)	127
95. Quiosques de alimentação da Rua Sete	127
96. Motivação ao Uso (Praça Dario Ferreira Nunes)	128

97. O que mais agrada na praça (Imediato) (Praça Dario Ferreira Nunes)	129
98. Uso (Praça Dario Ferreira Nunes)	129
99. Grupos Específicos (Praça Dario Ferreira Nunes)	131
100. O que reformaria (Praça Dario Ferreira Nunes)	132
101. Ficha de Avaliação de Equipamentos e Estruturas das praças	134
102. Avaliação Interativa das praças pelos frequentadores	135
103. Usos das praças	137
104. Motivação ao Uso das praças	139
105. Apropriação física (Praça da Bandeira)	139
106. Apropriação física (Praça Dom José Thomaz)	139
107. Apropriação física (Praça Dom José Thomaz)	140
108. Apropriação física (Praça Ulysses Guimarães)	140
109. Abandono (Praça Tancredo Neves)	140

LISTA DE QUADROS

Número	Título	Página
01.	Escala de Valores (De Angelis, 2000)	62
02.	Escala de Valores Adaptada	62
03.	Escala de Valores (avaliação dos usuários)	69
04.	Funções da Praça (visão dos usuários) (Praça da Bandeira)	85
05.	Funções da Praça (visão dos usuários) (Praça Dom José Thomaz)	100
06.	Perfil – Residência / Tempo (Praça Ulysses Guimarães)	107
07.	Funções da Praça (visão dos usuários) (Praça Ulysses Guimarães)	111
08.	Funções da Praça (visão dos usuários) (Praça Tancredo Neves)	121
09.	Funções da Praça (visão dos usuários) (Praça Dario Ferreira Nunes)	130

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.0 - INTRODUÇÃO

Da Pré-história até o surgimento da Revolução Industrial, observa-se a intrínseca relação entre o homem e o meio ambiente, este definido como "o conjunto do sistema externo físico e biológico, no qual vivem o homem e os outros organismos" (CNUMAD, 1991). Ao se dar destacada importância para o homem e o ambiente ao qual grande parte da população mundial vive, entende-se a cidade como lugar da cidadania e palco das relações sociais e percebe-se historicamente que são concentrações de poder que controlam fluxos econômicos, sociais, culturais e políticos, constituindo centros de acumulação de riqueza e degradação ambiental.

Para Magalhães (1998), devido à enorme complexidade funcional e o grande número de atores presentes na “urbe”, “pensar localmente, agir globalmente” se torna um pensamento primordial no ordenamento territorial. Por isso o ordenamento territorial se configura como um importante instrumento no desenvolvimento de um novo entendimento sistêmico acerca da sustentabilidade urbana.

É importante frisar a inter-relação existente entre os aspectos da sustentabilidade em sua forma conceitual, a sustentabilidade urbana levando-se em consideração a relevância das cidades na construção do desenvolvimento sustentável e um de seus espaços públicos mais representativos, as praças públicas.

E dessa forma, interessa-nos a análise da sustentabilidade de Aracaju, em que pese a representação social, econômica, cultural, espacial e ambiental de suas praças públicas, ou seja, o papel desempenhado por esses espaços na construção, ou não, da sustentabilidade urbana.

O estudo da representação ou significado das praças enquanto espaços públicos constitui-se importante elemento compositivo urbano, considerando tratar-se de espaços de uso coletivo e impregnados de valor simbólico indissociável do contexto da cidade (Caldeira, 2000). Faz-se importante destacar, que como produtos da ação humana, esses espaços são resultados de uma determinada realidade cultural que lhes confere valor simbólico e não apenas uma realidade físico/sensível (Santos, 1993).

Tendo como tema “Praças públicas e sustentabilidade da cidade”, a presente dissertação de mestrado se insere no centro das discussões sobre planejamento urbano, cidadania e sustentabilidade, temas tão presentes e carentes de uma discussão acadêmica sob a ótica de novo instrumental de pesquisa qual seja, a percepção ambiental. O estudo

teve como objetivo analisar a percepção dos usuários das praças públicas de Aracaju como parâmetro interpretativo da sustentabilidade desses espaços públicos.

È importante destacar a potencialidade que as praças públicas possuem numa leitura da sustentabilidade tendo como pressuposto sua característica multidimensional e plurifuncional, o que permitiu uma apreensão holística da realidade desses espaços, bem como da relação de seus freqüentadores com o próprio espaço que se apresentou, em muitos casos, como o único local para o lazer de muitos moradores citadinos.

O presente trabalho se divide em sete capítulos: primeiro uma breve introdução sobre o teor do trabalho e posteriormente três capítulos focados na fundamentação teórica da sustentabilidade, da sustentabilidade urbana e dos espaços abertos públicos, ou seja, praças públicas. O capítulo cinco compreende a metodologia de pesquisa, composta pela definição da amostra, estudos tipológicos e morfológicos, além da pesquisa de percepção ambiental. Já o capítulo seis abrange os resultados e discussões obtidos durante o trabalho de campo e por fim as considerações finais no capítulo sete.

CAPÍTULO 2

SUSTENTABILIDADE: RAÍZES E CONCEITOS

2.0 – SUSTENTABILIDADE: RAÍZES E CONCEITOS

A noção de “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” têm adquirido difusão ampla e diversificada nos meios social, político e acadêmico, o que implica na possibilidade de atendimento de uma variedade de projetos, valores, atores e grupos sociais os mais diversos. Contudo, as incertezas que ainda envolvem esta noção colocam à função que tem exercido na atualidade, entendida num processo histórico de construção buscando: aproximar problemáticas e interesses diferentes, abrindo caminho para novas formas de relação, favorecendo ainda reorganizações. (Chaves, 2006)

Dessa forma é importante trazer de que maneira foram se estabelecendo os conceitos e como foram se construindo ao longo da história, mas não há como negar a importância da degradação ambiental como grande obstáculo, que motivou a urgência de se pensar desenvolvimento e meio ambiente de forma sustentável.

A degradação ambiental tornou-se um problema global em meados da Segunda Grande Guerra, culminando com o lançamento das duas bombas nucleares (Camargo, 2005). Dentro deste contexto de conflitos, tem início uma série de iniciativas sociais concretas no sentido de reagir e apresentar alternativas aos problemas causados pela degradação ambiental e, também, começam a surgir acontecimentos significativos em âmbito mundial em relação à preocupação com os problemas ambientais.

Com efeito, embora o período pós guerra tenha marcado o surgimento de um movimento ecológico, podemos identificar ações e iniciativas ligadas à preocupação ambiental ainda no século XX anteriores a década de 50. É importante frisar que em 1933 a Carta de Atenas, documento redigido em forma de manifesto por um grupo de arquitetos de renome internacional, já manifestava a preocupação com o futuro de nossas cidades, alertando que as mesmas não estavam destinadas a satisfazer nossas necessidades primordiais biológicas e psicológicas.

Em 1945 é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que viria mais tarde a ter um papel fundamental nas questões relacionadas aos problemas ambientais (Camargo, 2005). Se durante sua fundação se destacavam temas como a paz e os direitos humanos, logo a preocupação ambiental se destacaria como uma das principais premissas da ONU.

Exatamente em 1948, foi criado um importante grupo de debate a respeito dos problemas ambientais, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), formada por cientistas vinculados a ONU que tinham como objetivo o incentivo da preocupação internacional em relação à degradação ambiental.

Segundo D'Amato e Leis (2003) a Criação da UICN e a Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação e a Utilização de Recursos realizada em 1949, foram fundamentais para a dimensão que assumiu a preocupação ecológica na comunidade científica.

Se as décadas de 40 e 50 marcaram a preocupação ecológica na comunidade científica internacional, no Brasil as primeiras iniciativas ambientalistas se originaram nas ações de grupos preservacionistas, em 1955 é criada a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) com objetivos e modo de atuação estritamente conservacionista, centrando suas atividades na preservação da fauna e da flora, com particular ênfase naquelas ameaçadas de extinção. (Jacobi, 1997)

Na década de 60, no que tange a preocupação com o meio ambiente, a publicação do livro “Silent Spring”, de Rachel Carlson, denunciando os estragos causados pelo uso indiscriminado de DDT e outros agrotóxicos, culminou com a criação da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA). Segundo Lago e Pádua (1984), a denúncia de Rachel Carlson foi fundamental na abertura do debate popular em grande escala acerca das questões ambientais. (Camargo, 2005)

Mas o fato mais importante ocorrido durante os anos 60 foi a fundação do Clube de Roma, ocorrido em 1968 na Academia dei Lincei, em Roma. O clube era constituído de 30 indivíduos de diversos países e de várias formações acadêmicas e tinha como intuito debater a crise e o futuro da humanidade sendo responsável pela divulgação do relatório intitulado de “Os limites do Crescimento” elaborado por um grupo de cientistas do Massachusetts Institute of Technology que através de simulações matemáticas alertaram que o planeta no Maximo em 100 anos atingiria seu limite máximo em decorrência da escassez de recursos. Apesar de ser considerado como um relatório de cunho alarmista causou grande impacto, servindo como alerta à humanidade.

Baseados nos dados do relatório do Clube de Roma, a revista inglesa “The Economist”, publicou um documento (Plano de Sobrevivência), o qual constitui um dos primeiros programas concretos e coerentes elaborados por ecologistas no sentido de transformar o sistema social de forma a adequá-lo à realidade ecológica. Esse documento marca uma mudança importante na postura do movimento ecológico em não se limitar apenas em apontar e denunciar as conseqüências negativas do modelo produtivo vigente, mas em apresentar alternativas para os problemas ambientais. (Camargo, 2005)

A década de 70 é caracterizada pela expansão de agências internacionais e estatais de meio ambiente e pelo início dos primeiros movimentos ambientalistas organizados,

além da inclusão, ainda que incipiente, da preocupação ambiental pelo sistema político, governos e partidos. A criação de leis de regulamentação, controle ambiental (EIAs) e Estudos de Impacto Ambiental para empreendimentos potencialmente poluidores (Camargo, 2005), também constituíram fatos marcantes neste período.

Contraditoriamente ao que acontecia no mundo, o Brasil até a década de 70 realizava-se no mito desenvolvimentista¹ e a questão ambiental, sob a perspectiva de valores predatórios, era tratada como a antítese do desenvolvimento nacional (Ferreira, 1992). O país teve papel de destaque como organizador do bloco dos países em desenvolvimento que viam no aumento das restrições ambientais uma interferência nos planos nacionais de desenvolvimento, as restrições ambientais eram conflitantes com as estratégias apoiadas justamente na implantação de indústrias poluentes como a petroquímica e a instalação de grandes projetos energéticos-minerais. É importante ressaltar que a postura brasileira coincide com o período de auge de crescimento econômico do país, atingindo 10% ao ano. (Jacobi, 1997)

Diante disso o mito desenvolvimentista na medida em que não se realizou concretamente e funcionou apenas como proclamação ideológica, é substituído pela imagem da devastação, seja ela dos meios naturais em si ou a própria devastação social e se tornou cada vez mais claro que as promessas desenvolvimentistas não poderiam se concretizar: os problemas sociais não foram resolvidos e graves distorções como a concentração da renda e da propriedade se agravaram.

Internacionalmente, em 1972, aconteceu a Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia, o encontro teve como tema Meio Ambiente e Direitos Humanos e contou com a participação de 113 países, o evento oficializou a preocupação internacional com os problemas ambientais e evidenciou a grande diferença entre países ricos (hemisfério norte) e países pobres (hemisfério sul) na visão sobre os problemas do meio ambiente. O encontro chamou atenção para os problemas da miséria, da pobreza e do crescimento populacional, elaborando metas ambientais e sociais visando à elaboração de estratégias para os países em desenvolvimento.

Além da discussão de novos conceitos acerca da problemática ambiental, a Conferência de Estocolmo resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o

¹ A idéia de Estado forte, voltado ao desenvolvimento, surgiu com o Estado Novo, em 1937. Desde então, iniciou-se o processo de formação de uma sociedade mais urbana e industrial, com grande fluxo de pessoas partindo do meio rural rumo às cidades. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce demonstrou a preocupação do governo em implantar a indústria de base no Brasil, que foi fortalecida durante o segundo mandato de Vargas (1951-54), com a fundação da Petrobras, da Eletrobrás e do BNDE.

Meio Ambiente, Pnuma, sediado em Nairóbi, África, com o objetivo de angariar fundos e catalisar atividades de proteção ambiental dentro do sistema das Nações Unidas.

Ainda em 1972, o filósofo norueguês Arne Naess introduziu um novo modo de perceber o mundo e seus problemas ambientais, nomeado Ecologia Profunda, que além de escola filosófica se transformou em um movimento popular global. Segundo Ehrlich (1993), essa corrente filosófica reconhece que os padrões de pensamento e organização social da humanidade são contrários a resolução da problemática população – recursos – ambiente.

A Ecologia Profunda inspirou grupos como o Greenpeace e o Earth First!, além de associações e partidos verdes distribuídos pelo globo e, a crítica que se faz a essa corrente filosófica segundo (Gore, 1993, apud, Magalhães, 1998), é que ela incorre em um grande erro ao considerar nossa relação com a Terra recorrendo a metáfora de doença, tratando os seres humanos como um câncer mundial.

Outros dois eventos importantes ocorreram na década de 1970, a divulgação da Declaração de Cocoyok (1974) e o Relatório Dag – Hammarskjold (1975), ambos defendiam que a explosão demográfica era causada pela pobreza, gerando um consumo desenfreado dos recursos naturais, ressaltaram ainda o alto consumo das sociedades industriais e dos países industrializados.

Posteriormente, meados dos anos 80 foram marcados por um processo de inclusão da sociedade civil, principalmente através de audiências públicas na realização de Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA), nesse período foram realizados importantes relatórios, por intermédio da ONU, com o objetivo não só de alertar para os problemas ambientais, mas também elaborar propostas realistas para solucioná-los, entre eles o mais importante, o Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum (Camargo, 2005).

Durante três anos o grupo de pesquisa presidido pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, executou estudos técnicos científicos apoiados por consultas a líderes em política, negócios, educação, ciência e desenvolvimento, além da opinião de especialistas em quase todos os países, formando um cenário mundial do desenvolvimento e seus impactos nos recursos do planeta Terra.

Em 1987 foi apresentado o resultado final dos trabalhos da Comissão Brundtland, o relatório levanta muitos aspectos positivos e muitas falhas do desenvolvimento mundial. Positivamente o trabalho apontou a expectativa de vida crescente, a mortalidade infantil decaindo, maior grau de alfabetização, inovações técnico-científicas e o aumento da produção de alimentos em relação ao crescimento populacional mundial. Mas

negativamente o Relatório apontou uma série de problemas, tais como o aumento da degradação dos solos, expansão de áreas desertificadas, crescente poluição atmosférica, desmatamento de grandes florestas e o fracasso de programas de desenvolvimento.

Diferentemente de outros relatórios, o Nosso Futuro Comum, consegue abranger de forma sistêmica, holística e menos drástica a interligação entre economia, ecologia, tecnologia, sociedade e política, ressaltando tanto a responsabilidade entre as gerações como entre membros contemporâneos da sociedade. A grande falha do Relatório segundo Franco (2000), é a admissão de forma clara que a solução dos problemas ambientais poderia ser atingida por medidas de cunho tecnológico, financeiro e institucional, sem um único questionamento do modelo econômico vigente, além de tornar a superação do subdesenvolvimento dependente do crescimento contínuo dos países industrializados.

No Brasil, no mesmo período (anos 80) inicia-se um debate caloroso, alimentado por inúmeros casos concretos – Cubatão talvez esteja entre aqueles de maior impacto – que desempenharam um papel central nas condutas voltadas à politização das representações sobre qualidade ambiental. O conflito criado em torno da qualidade ambiental pode ser delineado a partir de uma imagem que deu margem à formação de duas vertentes no país. (Ferreira, 1992)

Primeiro a constatação dos limites do aparato jurídico-institucional disponível, face ao agravamento dos desafios ambientais. Segundo, cresceu a percepção dentro do movimento ambientalista de que o discurso ambiental não se encontrava efetivamente disseminado na sociedade brasileira.

Um dos fatores que explica a pouca aderência do discurso ambiental na sociedade brasileira foi, sem dúvida, o isolamento das organizações ambientalistas dos outros movimentos sociais, uma vez que priorizou em seu discurso a necessidade de garantir a qualidade ambiental, ignorando as demais demandas sociais. Outro fator foi o maior interesse dos movimentos sociais em torno dos problemas ligados mais diretamente à pobreza e à satisfação das necessidades básicas dos homens, tais como a carência de saneamento, de habitação, de transporte e de educação. (Jacobi, 1997)

Mesmos as iniciativas jurídico-institucionais, não significaram um comprometimento efetivo do governo brasileiro com a luta para a proteção ambiental, funcionaram como uma tentativa para atenuar a imagem negativa no cenário externo devido à atuação do país, anos antes, na Conferência de Estocolmo. Predominava ainda a idéia de que os recursos naturais deveriam ser utilizados para acelerar o processo de

desenvolvimento econômico, tomando alguns cuidados para minimizar os problemas de poluição e preservar alguns recursos naturais (Ferreira, 1992).

Mundialmente os anos 90 se iniciam com um grande impulso em relação à consciência ambiental, culminando em 1992 com a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio-92. Nesse encontro planetário do século XX, desenvolveram-se vários documentos, convenções, declarações de princípios considerados dos mais importantes para o futuro da Terra, entre eles a Agenda 21, um amplo programa de ação que tem como objetivo dar efeito prático aos princípios aprovados durante a Eco- 92, que são os princípios norteadores de um novo paradigma chamado de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (Camargo, 2005).

A Rio-92 representou um grande avanço na maneira de compreender os graves problemas ambientais, desencadeados desde a segunda metade do século XX, problemas esses que agora transcendiam os espaços locais e as fronteiras nacionais.

Os princípios aprovados na Agenda 21 baseiam-se na premissa de que a humanidade está num momento de definição de sua história: continuar com as políticas atuais significa perpetuar as disparidades econômicas entre os países e dentro dos países, aumentar a pobreza, as doenças e o analfabetismo no mundo inteiro, e também, continuar com a deterioração dos ecossistemas dos quais dependemos para manter a vida na Terra. Portanto, a Agenda 21 é uma proposta de planejamento estratégico participativo, nos níveis local, regional e global.

De acordo com Barbieri (1997) esse é um dos grandes méritos da Agenda 21, seu caráter local sem que se perca sua dimensão global. Para (Holthausen, 2000, apud Barbieri, 1997) sua grande importância foi ser uma célula inicial de uma revolução a ser implantada pela sociedade mundial.

Mesmo diante de grandes avanços na discussão da problemática ambiental, existem muitas críticas acerca das limitações da Agenda 21, muitos temas ficaram de fora da pauta de discussão, entre eles a proibição da produção de armas nucleares, um firme posicionamento em relação ao controle da natalidade, pouco se foi discutido a respeito dos direitos humanos e a mais preocupante de todas, as lacunas deixadas pela Agenda 21 foram que muito do que se foi aprovado na conferência ainda não foi consolidado porque muitos chefes de governo apoiaram propostas e acordos internacionais contrários a suas convicções e a seus compromissos partidários em face das pressões exercidas pelas ONGs e pela mídia de forma geral, desse modo poucos foram os avanços alcançados em seus países de origem.

È claro e notório que muito tem que ser feito rumo á uma sociedade mundialmente igualitária e justa, mas vale destacar que o encontro ocorrido no Brasil serviu para consolidar as bases de um desenvolvimento sustentável em escala global, fixando direitos e obrigações individuais e coletivas, no âmbito do meio ambiente e do desenvolvimento. Se o Relatório Brandtland teve papel fundamental na divulgação do termo Desenvolvimento Sustentável, a Rio-92 serviu para sacramentar o termo como expressão normativa do vínculo indissolúvel que deve existir entre crescimento econômico e meio ambiente.

Sustentabilidade é, portanto, um conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. (Sachs, 1993)

Propõe-se a ser um meio de configurar a civilização e atividade humanas, de tal forma que a sociedade, os seus membros e as suas economias possam preencher as suas necessidades e expressar o seu maior potencial no presente, e ao mesmo tempo preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, planejando e agindo de forma a atingir pró-eficiência na manutenção indefinida desses ideais.

Segundo Ferreira (1992) há que manter o entendimento da grande diferença entre a discussão conceitual e teórica do desenvolvimento e sua práxis.(conceitualmente ou teoricamente discutir desenvolvimento sustentável é uma coisa, agora a práxis é outra) pois, enquanto as economias mundiais disputarem cada qual a sua fatia de uma Nova Ordem Econômica Mundial, que equacionaria novas fronteiras e rumos para o desenvolvimento, ensaiando timidamente a possibilidade de reconhecer a biosfera apenas como cenário, e não perceberem sequer que o desenvolvimento e a pobreza são componentes de uma equação irredutível, o desejo de se implantar um novo paradigma de desenvolvimento se torna cada vez mais distante.

Portanto o grande conflito agora se encontra na imensidão que separa o discurso da prática, pois é muito mais fácil lançar o fardo da responsabilidade da mudança para futuras gerações do que assumir a postura de não se usar formas degradantes de produção no presente momento, pois dessa forma não há qualquer restrição produtiva ao atual modelo de desenvolvimento.

Alem disso, como unificar discursos tão destoantes e conceitos tão diversos? A noção de desenvolvimento sustentável, segundo alguns autores (Godard, 2002; Sachs, 1993) ainda é incerta, uma vez que esta se encontra segundo Godard (1997) no cruzamento de várias tradições intelectuais, onde na atualidade serve para expressar um desejo de “conciliação entre desenvolvimento econômico e a proteção ao meio ambiente do planeta

em longo prazo”, ao mesmo tempo em que favorece aproximações intelectuais, recomposições teóricas e reorganizações institucionais.

De acordo com Silva (2007), esse discurso dialético e dualístico entre economia e meio ambiente revela uma grande batalha travada entre o sistema capitalista e movimento ambiental, nessa discussão o termo Desenvolvimento Sustentável tem importante missão, promover uma coalizão entre vários discursos que possuem objetivos distintos, mas interesses comuns.

Segundo Godard (2002), estas noções mais abrem campos novos de debate que propriamente organizam as noções já existentes. Ressalta ainda, que os “conceitos e doutrinas, regras e procedimentos práticos vão ser elaborados de acordo com a conveniência das decisões econômicas, das regras jurídicas e das inovações institucionais”

Como alcançar a sustentabilidade? No cerne dessas discussões Leff (2007) constrói o conceito-práxis de “saber ambiental”. Para ele, a construção de uma racionalidade ambiental implica a formação de um novo saber e a integração interdisciplinar do conhecimento para explicar o comportamento de sistemas socioambientais complexos. O saber ambiental excede as ciências ambientais, especializações exclusivamente com enfoques ecológicos, seu objetivo é abrir-se ao terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais.

Segundo Leff, “a constituição de uma racionalidade ambiental, do saber ambiental é um processo de transição para a sustentabilidade, caracterizado pela disputa de interesses envolvidos em ambas as racionalidades, a ambiental e a econômica (modelo atual). O saber ambiental envolve o pensamento fundante de disciplinas e o pensar interdisciplinar e, o desenvolvimento sustentável envolve os pressupostos pragmáticos das atividades sobre o meio ambiente.

O momento é de transição, exige mudanças sociais que transcendam o confronto entre a lógica econômica e ecológica, que se mantém opostas. É um processo de transformação de ideologias teóricas, instituições políticas, funções governamentais, normas jurídicas e valores culturais de toda uma sociedade; inserindo-se na rede de interesse de classes, grupos e indivíduos que mobilizam as mudanças históricas, transformando os princípios que regem a organização social (Leff, 2007).

Esse é o desafio na busca da sustentabilidade diante do limite da razão economicista. Não basta o diagnóstico certo sobre o fim dos tempos, é necessário criar novos mundos, não descobrir novos mundos, deve-se buscar pegadas, rastrear os sinais das

respostas possíveis na imaginação sociológica e na criatividade política, das motivações e das estratégias da cidadania diante da globalização (Leff, 2007).

Portanto, pensar na sustentabilidade nos dias atuais torna-se um desafio muito mais amplo quando pensamos num mundo globalizado, pois os caminhos para a solução dos problemas ambientais estão embutidos no entendimento da sustentabilidade e perpassam as dimensões, econômica, social, cultural, espacial e logicamente a ambiental.

Para Sachs (1993), a partir desta perspectiva de interpretação, o conceito de sustentabilidade apresenta cinco dimensões principais:

1. “Sustentabilidade social”, aspecto que deve ter como base o estabelecimento de uma proposta de desenvolvimento que assegure um crescimento estável, com distribuição equitativa de renda, garantindo o direito de melhoria de vida das grandes massas da população.

2. “Sustentabilidade econômica”, possível a partir de um fluxo constante de inversões públicas e privadas, além do manejo e alocação eficiente dos recursos naturais.

3. “Sustentabilidade ecológica”, através da expansão da capacidade de utilização dos recursos naturais disponíveis no planeta terra, com menor nível de impacto ao meio ambiente. Impondo-se, ainda, a necessidade de redução do volume de substâncias poluentes, a partir da adoção de políticas de conservação de energia e de recursos, entre outras medidas.

4. “Sustentabilidade geográfica”, uma vez que a maioria dos problemas ambientais tem sua origem na distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Dois exemplos citados, para ilustrar tal questão, é a excessiva concentração da população em áreas metropolitanas, e a destruição de ecossistemas frágeis, de fundamental importância, pela falta de controle nos processos de assentamento urbano. Estes exemplos revelam a necessidade de se buscar uma nova configuração para questão rural-urbano de forma mais equilibrada.

5. “Sustentabilidade cultural”, esta se apresenta de forma mais complexa para efetivação, uma vez que exigiria pensar o processo de modernização de forma endógena, trabalhando as mudanças de forma sintonizada com a questão cultural vivida em cada contexto específico. Deste princípio, emerge a hipótese de um acesso a modernidade a partir de múltiplas vias de acesso, onde segundo (Touraine, 1988, apud, Chaves, 2006), “além da necessidade de se traduzir o conceito normativo de desenvolvimento sustentável numa pluralidade de soluções locais, adaptadas a cada ecossistema, a cada cultura e,

inclusive, soluções sistêmicas de âmbito local, utilizando-se o ecossistema como um paradigma dos sistemas de produção elaborados pelo homem...”

Segundo Chaves (2006), o que se pode perceber diante de todas as abordagens quanto à noção, conceituação de desenvolvimento sustentável, o que se coloca em evidência é um processo de construção, onde as várias correntes de pensamento do conhecimento científico estão sendo convocadas para discutir e estabelecer critérios, que orientem as ações de desenvolvimento social e econômico numa perspectiva de simbiose com a natureza.

Conforme Gonçalves (2006, pág. 16) “podemos constatar que o caminho que se coloca a nossa frente é muito mais difícil e se quisermos chegar a algum lugar devemos fugir das armadilhas de noções fáceis que nos são oferecidas pelos meios de comunicação em massa, com noções como “qualidade-de-vida” ou “desenvolvimento sustentável” que, pela sua superficialidade, preparam hoje, com toda certeza, a frustração de amanhã.”

Ainda segundo Gonçalves (2006), todo esse processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente e ao mesmo tempo em que se explora a natureza de forma irracional, se notam a dominação de homens sobre outros homens, de povos sobre outros povos e de culturas sobre outras culturas. Se encararmos a sustentabilidade como equidade social, espacial, cultural, econômica e ambiental, constataremos que estamos longe do objetivo proposto.

Em face desse processo de globalização há uma enorme dívida sendo contraída contra o planeta e contra a maior parte da humanidade, o trunfo está nas mãos dos países que dispõem de enormes reservas de biodiversidade para que se estabeleça um diálogo com um novo enfoque, um enfoque sustentável. Para isso há que se romper com a colonialidade do pensamento e do saber, e não achar que a felicidade se encontra apenas no modo de vida do primeiro mundo, que se estabeleceu graças a uma pilhagem do planeta como um todo. Vale lembrar os dizeres de Mahatma Ghandi, “para desenvolver a Inglaterra foi necessário o planeta inteiro. O que seria necessário para desenvolver a Índia?” (Gonçalves, 2006)

O momento atual exige que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um caráter mais propositivo, assim como para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos em implementar políticas pautadas pelo binômio sustentabilidade e desenvolvimento num contexto de crescentes dificuldades para promover a inclusão social. Para tanto é importante o fortalecimento das organizações

sociais e comunitárias, a redistribuição de recursos mediante parcerias, de informação e capacitação para participar crescentemente dos espaços públicos e para a construção de cidades pautadas por uma lógica de sustentabilidade. (Jacobi, 1997)

Pensar a cidade torna-se assustador, ao se perceber a dimensão dos riscos causados pelo seu crescimento desordenado e dos problemas decorrentes da ação irresponsável do homem quanto à natureza, aos recursos naturais e à vida em sociedade. Assustador pela tendência cada vez maior que as cidades, como no Brasil, têm demonstrado, em relação ao gigantismo e ao descontrole, cujas conseqüências são a violência, a insegurança, a destruição, o desemprego e a miséria. (Prosser, 2001)

Hoje, quase todas as cidades enfrentam a perspectiva de uma crise urbana, conseqüência de um modelo obsoleto e irracional da ocupação do espaço, em que a ocupação espontânea teima em ocorrer, apesar das restrições impostas. A acumulação de riquezas sem a distribuição eqüitativa de benefícios sociais exacerbou contradições e conflitos, particularmente nas grandes aglomerações urbanas. (Prosser, 2001)

Como grande epicentro desse processo de degradação e insustentabilidade, encontram-se nossas cidades, responsáveis por abrigar quase 80% da população mundial. Portanto, pensar em sustentabilidade urbana nos dias de hoje faz todo sentido e esse processo de construção da cidade sustentável encontra-se na pauta de discussões ambientais, políticas, econômicas, entre tantas outras esferas da vida cotidiana.

CAPÍTULO 3

SUSTENTABILIDADE URBANA

3.0 – SUSTENTABILIDADE URBANA

A cidade pode ser entendida como um ecossistema, considerando o conceito em seu sentido amplo, uma unidade ambiental, dentro da qual todos os elementos e processos do ambiente são inter-relacionados e interdependentes, de modo que uma mudança em um deles resultará em alterações em outros componentes.

Assim como os ecossistemas naturais, as cidades possuem suas próprias características energéticas e assim como em outros ecossistemas existe a dependência pela obtenção de energia, essa, responsável pela produtividade, diversidade e complexidade de todo e qualquer ecossistema. A principal fonte de energia na maioria dos ambientes naturais é a solar. O sol atinge as áreas urbanas, mas a produção é baixa, pois estas dependem diretamente da quantidade de áreas verdes, que é comparativamente pequena. A sobrevivência das cidades, portanto, depende da importação de outros tipos de energia. (Jacobi, 1997)

Da forma em que existem atualmente, os sistemas urbanos são artificiais, imaturos e ineficientes em termos energéticos. Precisam da importação de grandes volumes de energia e alimento para a sua manutenção, e por isso não se auto-sustentam.

Enquanto a grande maioria dos ecossistemas naturais tem seus próprios produtores de energia (plantas verdes) os quais sustentam certa biomassa de consumidores, as cidades possuem pouca área verde e, mesmo nesses casos, as plantas não são utilizadas para consumo humano, com exceção das hortaliças. Estas áreas verdes, no entanto, cumprem funções importantes como a de produzir oxigênio, esfriar o ar por meio da sua transpiração, absorver poluentes, servir como barreiras acústicas e satisfazer necessidades estéticas. As cidades tampouco têm um contingente suficiente de animais para consumo humano. Desta forma, sobrevivem da importação de alimento de outras regiões. (Jacobi, 1997)

Cidades também precisam importar uma série de outros recursos para manter a qualidade de vida de seus habitantes. Entre eles contam-se a água, fundamental para a sobrevivência humana (e outras matérias primas). Em troca pelos produtos necessários à sua manutenção, as cidades fornecem bens manufaturados, serviços, informação, tecnologia e formas de recreação. A entrada constante e maciça de matéria para o sustento da cidade muitas vezes supera a sua capacidade de eliminar resíduos, o que traz como consequência o aumento dos níveis de determinadas substâncias até o ponto em que

passam a ser considerados poluentes. O problema do grande volume de resíduos gerados tem sido resolvido de forma parcial mediante programas de reciclagem de materiais como plástico, vidro, papel, metais, programas de compostagem, ou uso de material biodegradável. Trata-se, no entanto, de processos industriais caros e, portanto economicamente inviáveis para muitos centros urbanos. (Jacobi, 1997)

Essa característica entrópica das cidades acarreta outros tipos de problemas, não somente os fatores ecológicos supracitados, as estruturas urbanas e a densidade e atividade dos seus ocupantes criam problemas de cunho econômico, social, cultural, espacial e político.

A cidade, universo complexo e contraditório, é um lugar de contrastes extremos: de oportunidades, especialização, cooperação, desenvolvimento tecnológico, comunicação, e de violência, pobreza, sujeira e desespero. Lugar de consumo, luzes, brilho, encontro e acesso à saúde, e de abandono, medo, violência e doenças. Tal como abordado por Prosser (2001), a ciência da cidade leva em conta, cada vez mais, os indivíduos e os grupos que a habitam, transformando-se em uma ciência mais político-social do que técnica.

É sob essa ótica que se descortina a dura realidade das cidades brasileiras e, na tentativa de se buscar as raízes e as respostas para a insustentabilidade urbana, não se pode desvincular a degradação urbana do processo político histórico de urbanização de nossas cidades.

No Brasil, a urbanização vem construindo um caminho em direção a modernização, mas, no entanto, sem a superação política e social dos padrões arcaicos e das desigualdades sociais. As características urbanas das cidades brasileiras impõem a gestores públicos, arquitetos e urbanistas, tarefas desafiadoras das quais nenhuns dos atores envolvidos têm conhecimento acumulado e experiência necessária para formulação de respostas efetivas para a superação imediata dos problemas ambientais.

Historicamente, segundo dados do IBGE, o país apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940 a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela alcançava 81,2%. Esse crescimento se mostra mais impressionante ainda quando se revelam os números absolutos: em 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes, e em 2000 ela era de aproximadamente 138 milhões. Constata-se, portanto, que em 60 anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas.

Esse estrondoso movimento de construção urbana deparou com um gigantesco problema. Na pauta das questões não estava apenas a preocupação com o número de

moradias suficientes para atender a demanda populacional, mas também na geração de toda uma infra-estrutura necessária para atender esses novos assentamentos, tais como: transporte, saneamento básico, água, luz, saúde, entre tantos.

O Brasil inicia o séc. XX com 10% de sua população já vivendo em cidades, nesse período as transformações urbanísticas consolidaram-se impulsionadas por fatos marcantes como o trabalho livre, a Proclamação da República e por uma indústria muito ligada à cafeicultura e ao abastecimento do mercado interno. (Santos, 1993)

Nesse período, as contradições do capitalismo marcaram o processo de urbanização expondo, por um lado, obras de saneamento e embelezamento paisagístico, mas por outro, as bases legais do mercado imobiliário excluíram a maior parcela da população para as periferias dos centros, assentando-as em sítios distantes dos equipamentos e da infra-estrutura que poderiam lhes proporcionar qualidade de vida.

Até 1930, o Brasil continua economicamente dependente da produção agrícola, mas já se notam esforços no sentido da industrialização e o grande investimento do Estado em infra-estrutura visando libertar-se das importações. Nesse momento, a grande dúvida era ruptura ou continuidade? A sociedade brasileira ainda possuía fortes ligações com a sociedade colonial, mas também emergia uma nova sociedade burguesa industrial.

A industrialização firmada a partir de 1930 segue liderando a “construção de uma nação autônoma” até o final da II Guerra Mundial, quando surge um crescente controle e dependência do capital internacional. Com essa nova dependência, o centro das decisões nacionais passa a ser externo ao país, se enquadrando numa ótica mais globalizada.

Com a massificação do consumo dos bens modernos, dos eletroeletrônicos e também do automóvel, mudam radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído, essa transformação não foi homogênea, especialmente se for verificada na moradia e na urbanização das periferias das cidades. (Maricato, 2000)

Dessa forma é implantado no país um modelo baseado no alto consumo, no desperdício e na substituição de produtos que é característico de países altamente desenvolvidos. (Furtado, 1954)

A reforma urbana preconizada pelo Estado, em 1964, via SFH – Sistema Financeiro de Habitação e, por arquitetos, urbanistas e gestores urbanos não obteve o resultado esperado, a atividade imobiliária ficou altamente subjugada à especulação, priorizando as classes médias e altas, aumentando assim a disparidade social no país. (Maricato, 2000)

Não há como pensar separado o urbano, a sociedade, a industrialização e o desenvolvimento. Esse complexo contexto em que está inserido o modelo urbano brasileiro possui raízes mais profundas do que se pode imaginar, raízes essas fincadas num passado escravocrata, fundiário e centralizador². (Grostein, 2001)

Durante todo o séc.XX o processo de urbanização foi intenso, com o surgimento de milhares de cidades, muitas delas construídas sem planejamento, sem a presença do Estado e, de forma anárquica, predominando mais fortemente um processo de favelização do que de urbanização, dado as características de total ou quase ausência do poder público.

O LABHAB/FAUUSP (2000) levantou a população moradora de favelas em algumas cidades brasileiras: Rio de Janeiro, 20%; São Paulo, 22%; Belo Horizonte, 20%; Goiânia 13,3%; Salvador, 30%; Recife, 46%; Fortaleza, 31%. Em Aracaju, o Plano Estratégico municipal para assentamentos subnormais do Programa Habitar levantou, em 2001, mais de 70 áreas, algumas delas com população superior a 2 500 habitantes, à época, correspondendo a aproximadamente, 10% da população do município.

Os espaços das favelas caracterizam-se por precárias condições de moradia, insuficiência ou ausência de serviços de saúde, educação, transporte, segurança, entre outros que se opõem aos espaços da cidade legal, regida pela formalidade. Pelos dados citados acima, a cidade legal vai se tornando cada vez mais uma cidade de minorias.

O destino das águas servidas e do esgoto, assim como de boa parte do lixo sólido produzido, fica evidente no desastroso comprometimento das redes hídricas, dos mananciais de água, das praias, dos mangues ou de qualquer outra localização nos arredores das cidades que não tenha valor comercial.

A industrialização baseada em baixos salários também foi determinante na qualidade do ambiente construído. Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceram na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pela necessidade de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo. A cidade ilegal e precária é também um subproduto dessa complexidade verificada no mercado de trabalho e da forma como se processou a industrialização. (Maricato, 2000)

² Marta Dora Grostein detalha de forma minuciosa em seu artigo “o padrão de urbanização brasileiro que imprimiu às metrópoles pelo menos duas fortes características associadas ao modo predominante de “fazer cidade”: apresentam componentes de “insustentabilidade” vinculados aos processos de expansão e transformação urbana e proporcionam baixa qualidade de vida a parcelas significativas da população. Esse padrão cria um espaço dual: de um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, seu contraponto absoluto, a cidade informal, que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana.

O Estado direciona seus investimentos urbanísticos através da política nacional de habitação, obras de infra-estrutura e financiamentos imobiliários. Somente quem recebe esses investimentos é a chamada cidade legal onde reside a população que tem como requisito básico para financiamento ser um cidadão possuidor de bens privados, excluindo assim grande parte da população residente em nossas cidades.

A própria política urbana, que deveria se preocupar em equacionar o déficit habitacional nacional e promover uma inclusão social mais igualitária, acaba entrando num ciclo vicioso em que poucos recebem o bônus do capitalismo e muitos arcam com o ônus do desenvolvimento a qualquer custo, da especulação imobiliária e de uma política pública centralizadora.

A cidade é, em grande parte, reprodução da força de trabalho. Desde sempre, essa reprodução, entre nós, não se deu totalmente pelas vias formais, e sim pelos expedientes de subsistência. Essa característica marca decisivamente a produção das cidades (Maricato, 2000) e explica, em parte, os espaços urbanos e as cidades ilegais.

Hoje, a urbe ainda conserva o prestígio que lhe foi atribuído pela Grécia Antiga como palco de cidadania e democracia. Mas a cidade se transformou também em local do acúmulo do capital, da degradação natural de seu entorno, onde o processo urbano artificializou a natureza e denegriu o estilo de vida rural como forma de vida atrasada e inferior (Leff, 2007). Nesse sentido, a urbanização enquanto processo entrópico, sugador de energia, é um sistema insustentável.

A crise ambiental lança sobre a cidade uma nova necessidade, a de se pensar o substrato ecológico onde se assenta a cidade, o impacto que ela gera ao seu entorno rural e a construção do urbano levando-se em consideração a qualidade do ambiente produzido e seus impactos ambientais. (Leff,2007)

Só se pode conceber a sustentabilidade urbana recuperando tudo aquilo que o urbanismo e a cidade negam. Com efeito, sob a lógica do progresso da modernidade emanada dos conceitos capitalistas ela não é viável ecológica, tecnológica nem tampouco, moralmente.

O urbano como símbolo de civilidade volta agora seu enfoque para a sustentabilidade das cidades. Ao se pensar a cidade como um ecossistema, devemos compreender que ela não se encerra na própria cidade, todo seu suporte energético é retirado de seu entorno.

A associação da noção de sustentabilidade ao debate sobre desenvolvimento das cidades tem origem nas rearticulações políticas pelas quais certos números de atores

envolvidos na produção do espaço urbano procuram dar legitimidade a suas perspectivas, evidenciando a compatibilidade delas com os propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que verificamos uma “ambientalização” do debate sobre políticas urbanas, observamos, também, um movimento em sentido oposto, com a entrada crescente do discurso ambiental no tratamento das questões urbanas por iniciativa de atores sociais da cidade que incorporam a temática do meio ambiente, sob o argumento da substancial concentração populacional nas metrópoles. (Acselrad, 1999)

Nesse contexto, Acselrad (1999) destaca a representação tecno-material das cidades, onde vigora uma matriz composta por um vetor de consumo de espaço, energia e matérias-primas e um vetor de produção de rejeitos, nesse caso a cidade é entendida como um sistema termodinâmico aberto onde é privilegiada a produção crescente de entropia. Tal representação das cidades aponta para novos modelos técnicos do urbano, fundados na racionalidade econômica aplicada aos fluxos de matéria-energia. Para se reduzir o impacto entrópico das práticas urbanas, caberia assim adotar tecnologias poupadoras de espaço, matéria e energia, voltadas para a reciclagem de materiais e eficiência ecoenergética³ (Pillet, Odum, 1987, apud Acserald, 1999)

Mas o ajustamento das bases tecno-materiais da cidade pode fundar-se alternativamente em modelos de metabolismo urbano, com uma representação ecossistêmica das cidades, composta por movimentos interativos de circulação, troca e transformação de recursos em trânsito. O discurso sobre a sustentabilidade das cidades organiza-se, neste caso, pelo recurso à metáfora biológica da “resiliência”, que procura descrever a capacidade adaptativa dos “ecossistemas urbanos” para superarem a sua condição de vulnerabilidade ante a choques externos. A idéia de metabolismo urbano aponta para um modelo de equilíbrio a ser obtido pelo ajustamento apropriado dos fluxos e estoques de matéria e energia. (Acselrad, 1999)

Em se tratando da questão espacial, a insustentabilidade se dá pela distribuição locacional imprópria das populações e atividades no espaço urbano e de acordo com Acselrad (1999) a sustentabilidade só poderia ser alcançada através de redistribuição espacial da pressão técnica de populações e atividades sobre a base de recursos ambientais urbanos, introduzindo a “hipótese do limite da capacidade urbana” e concentrando o foco

³ Pillet & Odum assim enunciam as bases eco-energéticas de uma macroeconomia ambiental: “O meio ambiente pode ser visto, pouco a pouco, como um quase-setor da economia ... e as externalidades ambientais podem ser definidas como conseqüências permanentes da extração, do tratamento, do consumo e da descarga de matéria e energia. A lei de conservação da matéria e da energia exige que o conjunto dos rejeitos lançado pela economia no meio ambiente seja igual à soma de todos os recursos extraídos do mesmo através das atividades econômicas”, cf. Pillet, G., Odum, H. T., *Énergie, Écologie, Économie*, Genebra, 1987, p.178-9.

nas estratégias de descentralização, a saber, na distribuição de funções das metrópoles para as regiões, das áreas metropolitanas internas para as áreas metropolitanas periféricas, do centro para os subcentros das cidades.

A idéia de insustentabilidade energética das cidades não é restrita às grandes metrópoles com alta concentração demográfica, mas também se estende à cidade “fragmentada” e “desdensificada” da “sociedade imaterial”: “a desdensificação dos homens e a fragmentação policêntrica das atividades”, afirma Acserald (1999), “são dispendiosas em recursos materiais e produtoras de poluição e efeitos nocivos”. Em acréscimo, “a cidade fragmentada e desdensificada é vista como geradora de consumo energético e de custos de reordenamento de redes técnicas (água, eletricidade, telefonia) e de serviços públicos muito elevados”

É necessário um novo modelo paradigmático para o planejamento urbano. Não justifica mais pensar a cidade de forma fragmentada, dividida em zonas monofuncionais, onde as pessoas circulam por artérias artificiais. A cidade não pode expandir somente em território ocupado. (Harvey, 2000)

Para Harvey op.cit (2000), é necessária a formação de comunidades urbanas completas e finitas, privilegiando usos mistos, criando cidades dentro de cidades, onde o acesso seria facilitado e as distâncias encurtadas. Para que esse contexto se materialize é importante citar o aspecto totalmente relevante da presença e manutenção dos espaços públicos abertos (praças) dentro da malha urbana das cidades.

Dentre muitas funções que as praças exercem dentro da cidade e do planejamento urbano, umas das mais importantes é a sua função social, importante na capacidade de atrair pessoas, comércio, gerar empregos e renda. Segundo Silva (2007), “devemos pensar espaços diversificados, dinâmicos, centralizados, complexos e arborizados, que propiciem o encontro das pessoas em espaços públicos abertos agradáveis e que proporcionem conscientização do cidadão como agente ativo não só do espaço urbano, mas sim de todo meio ambiente. Através dessas ações urbanísticas re-estruturadoras do espaço e da consciência, talvez consigamos minimizar todo esse processo de degradação ambiental, utilizando fontes renováveis e recicláveis de recursos, energia e produção, resgatando a relação equilibrada entre homem e natureza”.

Na visão de Acserald (1999), a noção de sustentabilidade urbana pode também articular as estratégias argumentativas da eficiência ecoenergética e da qualidade de vida na consideração da forma urbana como “fator determinante da sustentabilidade”. A metáfora da cidade compacta teria como configuração formal tendencialmente mais aceita

a do modelo policêntrico em rede, com diversificação de funções dos subcentros bem servidos em transportes públicos.

A concepção da sustentabilidade como trajetória progressiva em rumo à eficiência ecoenergética é normalmente acompanhada da constituição de uma base social de apoio a projetos de mudança técnica urbana, ações descentralizadas e projetos participativos são essenciais, não somente pelo fato de incluir a comunidade nas decisões, mas também por contar com uma atuação multidisciplinar na elaboração de projetos urbanos. As pessoas precisam se sentir parte fundamental da política pública urbana.

A noção de sustentabilidade remete à lógica das práticas, em que os efeitos práticos considerados desejáveis são levados a acontecer. O que parece organizar o discurso da “sustentabilidade urbana” seria sua distribuição em dois campos: de um lado, aquele que privilegia uma representação técnica das cidades pela articulação da noção de sustentabilidade urbana aos “modos de gestão dos fluxos de energia e materiais associados ao crescimento urbano”; de outro, aquele que define a insustentabilidade das cidades pela queda da produtividade dos investimentos urbanos, ou seja, pela “incapacidade destes últimos acompanharem o ritmo de crescimento das demandas sociais”, o que coloca em jogo, conseqüentemente, o espaço urbano como território político. (Acselrad, 1999)

Fala-se da viabilidade política do crescimento urbano, ou seja, das condições de construção política da base material das cidades. A insustentabilidade exprime, assim, a incapacidade das políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais, provocando um desequilíbrio entre necessidades cotidianas da população e os meios de satisfazê-las, entre a demanda por serviços urbanos e os investimentos em redes e infra-estrutura.

Dentro dessa premissa, Acselrad (1999), cita outro modelo de representação da cidade, pensado por razões de “qualidade de vida” – componentes não mercantis da existência cotidiana e cidadã da população urbana. As representações coletivas de cidadania apontam para o conjunto das políticas urbanas no sentido de duração das cidades, não só no que tange a sua materialidade, mas também como instituição sociopolítica.

A institucionalidade sociopolítica refere-se ao caráter e suas identidades, a valores e heranças construídas ao longo do tempo, a perspectiva de fazer durar a existência simbólica de sítios construídos ou sítios naturais “significados”, eventualmente “naturalizados”, pode inscrever-se tanto em estratégias de fortalecimento do sentimento de

pertencimento dos habitantes as suas cidades, como de promoção de uma imagem que marque a cidade por seu patrimônio biofísico, estético e cultural.

Sob essa ótica, a inter-relação das dimensões econômica, espacial, social, cultural e ambiental e a descentralização das políticas públicas são importantes condições para o rompimento com as estruturas políticas tradicionais que, por serem centralizadas, impedem o desenvolvimento de uma identidade social vinculada com a cidade. Essa concepção vê na descentralização a condição para uma revolução no comportamento social, capaz de gerar comportamentos políticos e econômicos caracterizados por maior capacidade de iniciativas fundamentadas em princípios sustentáveis (Hochman, 2001)

É preciso também, segundo Pallamin et al. (2002), eliminar a injustiça social enfatizando a co-responsabilidade da comunidade no trato da cidade e das políticas públicas.

Somente através da transferência da autoridade e do poder decisório, isto é, da descentralização das políticas urbanas será possível o fortalecimento e o desenvolvimento local das comunidades e municípios. Portanto, reformas nesse sentido seriam muito bem vindas, pois viabilizaria a concretização de ideais progressistas, tais como equidade, justiça social, redução do clientelismo e aumento do controle social sobre o Estado.

Ao defender o planejamento urbano como instrumento de democratização do processo de administração e expansão das cidades, ao invés de um processo decisório autoritário, Rattner (2001) defende a idéia de que a transformação estrutural das cidades e metrópoles não será resultado de “planejamento tecnocrático de longo prazo, mais que um documento com um plano ou projeto finalizado do espaço urbano, a definição de metas, objetivos e instrumentos deveria ser o ponto inicial de uma aliança política, que estabelecesse as linhas de intervenção nesse processo e os papéis dos diferentes atores sociais”. Para ele, uma vez que a comunidade se torne protagonista de sua história, as prioridades são revistas e as necessidades sociais são trazidas para o primeiro plano pelos sujeitos que as vivenciam.

Se a análise superficial acerca da sustentabilidade for deixada de lado, verifica-se duas correntes marcantes no discurso vigente, a primeira notoriamente mercantilista, tenta através de um investimento na correção dos rumos, no esverdeamento dos projetos, na readequação dos processos decisórios. Por outro lado, no campo das ONGs, em meio à crítica dos limites do conteúdo que governos e instituições oficiais vêm atribuindo ao desenvolvimento, que pretendem sustentável, alguns vêem na sustentabilidade uma nova crença destinada a substituir a idéia de progresso, constituir “um novo princípio

organizador de um desenvolvimento centrado no povo”, e ser capaz de “tornar-se a visão mobilizadora da sociedade civil e o princípio guia da transformação das instituições da sociedade dominante” (Gonçalves, 2006).

Portanto, colocar o debate sobre sustentabilidade urbana fora dos marcos do determinismo ecológico implica, portanto, afastar representações indiferenciadoras do espaço e do meio ambiente, requer que se questione a idéia de que o espaço e os recursos ambientais possam ter um único modo sustentável de uso, inscrito na própria natureza do território. A perspectiva não determinística, portanto, pressupõe que se diferencie socialmente a temporalidade dos elementos da base material do desenvolvimento. Ou seja, que se reconheça que há várias maneiras de as coisas durarem, sejam elas ecossistemas, recursos naturais ou cidades. (Acselrad, 1999)

Em se tratando de cidades, o aspecto político ligado as determinações urbanísticas, isto é, a construção de espaços públicos com qualidade se constitui fundamental na construção de uma cidade que se pretende sustentável. O espaço público aqui é compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política, bem como em espaço de incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista. (Serpa, 2007)

Considerando a relevância dos espaços públicos nesse processo de construção, por semelhança e por estar intrinsecamente ligada a evolução histórica de nossas cidades, os espaços públicos abertos, as praças, tornaram-se importantes por desempenharem várias funções essenciais na busca da sustentabilidade urbana. Dessa maneira torna-se obrigatório uma discussão mais aprofundada acerca da história e evolução das praças públicas, além de relacionar seus aspectos funcionais com uma abordagem mais focada no papel sustentável desses espaços.

CAPÍTULO 4

ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS (PRAÇAS PÚBLICAS)

4.0 – ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS (PRAÇAS PÚBLICAS)

Historicamente as praças têm sido palco de acontecimentos relevantes, na ágora, Sócrates fora colocado sob processo; no Fórum de Roma nasceu o Império homônimo; a Praça de São Petersburgo foi o berço da Revolução Comunista na extinta União Soviética; na Plaza de Mayo, Buenos Aires, surgiu e resiste o movimento de mães que buscam seus filhos desaparecidos durante o regime militar; a Praça de Tiananmen (também conhecida como Praça da Paz Celestial), em Pequim, é símbolo e testemunha da agonia e morte dos que buscavam democracia e liberdade na primavera de 1989. (De Angelis, 2000a)

Para Saldanha, mais do que praça de mercado, a ágora grega era o espaço central e vital, tornado historicamente símbolo da presença do povo na atividade política, sendo antecessora remota de nossas praças. Munford (1982), entende que a função social do espaço aberto nas cidades persistiu nos países latinos - plaza, campo, piazza, grand-place - descendendo diretamente da ágora.

Remonta ao Renascimento a inserção da praça na estrutura urbana com a presença de largos de mercados, adros fronteiros às igrejas, dentre outros. Para Matas et al. (1983), é no Renascimento que a praça se converte em um dos principais elementos urbanísticos para transformação e embelezamento das cidades; mais do que valor funcional, a praça adquire valor político-social, e também o máximo valor simbólico e artístico. As praças que antecederam o modernismo tinham uma função endógena e estavam submetidas a um edifício (sagrado como a igreja; espaço cívico anexo a um edifício municipal; propriedade de um palácio) ou identificada com um uso específico (mercado). Favole (1995) vê a praça contemporânea como um espaço que não tem uma função específica, nem depende de um edifício ou de um monumento. Sua finalidade é a de se constituir em um lugar atrativo de encontro e reunião.

Funcionalmente e conceitualmente, muitos autores definem a praça de modo variado, indo do romantismo à praticidade. Segundo (Webb,1990, apud, De Angelis et al, 2000b), as praças são como microcosmos da vida urbana, as praças oferecem excitação e descanso, comércio e cerimônias públicas, um lugar para encontrar amigos e ver o mundo passar. Para Lamas,1993, apud, De Angelis et al, 2000b), a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. Lugar fundamental da vida social, espaço de encontro, de trocas de palavras e mercadorias, a praça, segundo (Cassetti e Lietti, 1995, apud De Angelis et al, 2000b) é

considerada como o âmbito da visibilidade, onde aparecer significa existir na qualidade de ator social. De forma concisa, Spirn (1995) exprime o caráter das praças: lugares para ver e ser visto, para comprar e fazer negócios, para passear e fazer política.

Por sua vez, (Placanica,1995, apud, De Angelis et al, 2000b) afirma que a praça contemporânea é “a antítese, a negação de uma praça, visto que essa, nascida como lugar essencialíssimo de encontro - físico, econômico, ideal, cultural - foi reduzida a depósito de realidade embarçada, inanimada e inalterada; local de passagem absolutamente efêmero, no qual é impossível permanecer, e menos ainda reunir-se”.

Para Robba e Macedo (2002), no Brasil ao se pensar na praça, duas figuras se destacam no imaginário popular: de um lado, a visão do jardim, e, do outro, a da praça de esportes, ambas bastante limitadas e pouco abrangentes. Ainda segundo os autores supracitados, esses espaços se caracterizam como “espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”.

Reis (1968) registra que no Brasil a presença de praças e largos vem de longa data, remontando aos primeiros séculos da colonização e ocupando a posição de valorizadora do espaço com função organizacional. Sobre esses espaços recaíam as atenções principais dos administradores, pois constituíam pontos de atenção e focalização urbanística, localizando-se ao seu redor a arquitetura de maior apuro, já que eram pontos de concentração da população.

Segundo De Angelis (2000a) pode-se, através de um enfoque antropológico, traçar um paralelo entre o espaço aberto entre ocas de tribos brasileiras e as praças urbanas, considerando que o espaço central formado pelo círculo das ocas, são espaços de reuniões, festas e ritos tais como a origem de muitas praças de nossas cidades.

Todavia, a cultura do colonizador português e a concepção de seu Estado cristão foram determinantes para a existência dos primeiros espaços públicos abertos. A centralidade das comarcas e vilas erma definidas pela igreja em cujo largo fronteiro erigiam os prédios públicos, as residências mais luxuosas e o comércio principal. Para esses espaços convergiam às trocas, a convivência, a fé e o poder. (Gomes, 2005)

Segundo Marx (1980) as praças no Brasil colônia estavam associadas aos adros das igrejas, servindo para reunião de pessoas e diversas atividades, não só religiosas como também as de recreio, mercado, políticas e militares. Nesse contexto Robba e Macedo (2002, p. 16) afirmam que “os espaços secos, que caracterizaram as piazze e plazas da

Europa, no Brasil são chamados de largos, pátios ou terreiros, e o termo praça está normalmente associado a espaços ajardinados.

Diferentemente do que ocorreu na América espanhola, o crescimento das cidades brasileiras ocorreu de forma desordenada, desfavorecendo a implantação de espaços públicos coletivos, como as praças. As cidades colonizadas pela Espanha, que se concentravam em áreas de intensa mineração, cresceram de forma dispersa pelo continente. Atraídas pela exploração das jazidas minerais, essas cidades – rigidamente hierarquizadas – constituíam centro de administração da coroa. (Gomes, 2005)

É importante salientar que, embora as cidades no Brasil tivessem origem a partir da construção da igreja e, conseqüentemente, do adro, a sua expansão não obedecia a um traçado regular, tanto devido à disposição do sítio urbano quanto à falta de critérios da administração. Assim, a criação de espaços públicos, como as praças, ficava prejudicada, uma vez que as ruas constituíam verdadeiros corredores desalinhados.

Observa-se, portanto, que as praças, ao longo da história urbana brasileira, desempenharam papéis diferenciados na sociedade. Ora civicamente, ora militarmente, esses logradouros se destacaram nas cidades pelas funções que exerciam.

Quando se busca a apreensão da função das praças no Brasil, uma imagem inicial se fixa com frequência recorrente: um espaço pobre e abandonado. Travestidas de estacionamentos ou cercadas por grades (tendência que se observa nos grandes centros urbanos), as praças sucumbem sob o peso de um urbanismo selvagem em detrimento do lazer e do interesse coletivo. Diante dessa realidade, rouba-se da população o seu espaço mais nobre. A população por sua vez, a despeito de tudo quanto se criou e surgiu de alternativo para seu entretenimento, sequer protesta pelo espaço que se esvai. É a cumplicidade passiva da população que alimenta atitudes dos gestores públicos através de uma ação pautada pela especulação e pelo descaso com a “coisa pública” (Gomes, 2005).

Conforme Rolnik (1998), os espaços públicos de uso comunitário cada vez mais se resumem a espaços para circulação, seja de pedestres ou de veículos. As áreas destinadas à permanência vêm se deslocando gradativamente para espaços privados como shoppings centers ou parques. Independentemente da cidade, a parte da população mais afetada pela carência desses espaços, tanto em termos quantitativos como qualitativos, é justamente a população mais pobre. De acordo com Leitão (2002), os espaços públicos comunitários (praças) são espaços que promovem a troca entre pessoas diferentes e a cada vez que isso ocorre, constrói-se silenciosamente algo de muito valioso para o cotidiano de qualquer cidade, grande ou pequena: relações de cuidado - a antítese da violência.

A dinâmica e o desenvolvimento das cidades e a capacidade para assegurar sua sustentabilidade resultam hoje do interesse dos mais diversos agentes – políticos, entidades públicas e privadas, sociedade civil – para gerir o processo de urbanização que deve ter o objetivo de proporcionar qualidade de vida aos seus habitantes.

Neste cenário urbano herdado, palco de inúmeras contradições, tanto sociais quanto ambientais, o lazer se torna elemento vital para o homem, visto que, contribui para a melhoria da qualidade de vida. Por isso, o planejamento urbano deve privilegiar espaços públicos de fácil acessibilidade com o intuito de favorecer todas as camadas sociais, dotando-os de equipamentos necessários ao desempenho de suas funções, quer sejam, de lazer. (Gomes, 2005)

A praça pública, como local da convivência em comunidade e do cotidiano urbano, precisa ser priorizada na cidade para que assumam não somente o seu papel de área de lazer, mas, sobretudo, de área verde, "as áreas verdes cumprem um papel importante como instrumento de equilíbrio do ambiente urbano e como local de lazer. Nisto encontramos nelas um elemento de equilíbrio psicológico, de reconstituição da tranquilidade, de recomposição do temperamento. (...) uma cidade sustentável deve valorizar as suas áreas verdes, como instrumentos efetivos de qualificação do espaço urbano" (Silva, 1999, p.266).

Nesse sentido, a presença da vegetação, principalmente através da arborização em espaços públicos, como as praças, os tornam mais atraentes e mais adequados à realização do lazer, especialmente nos horários diurnos, possibilitando a valorização da paisagem urbana, enriquecida substancialmente pela estética dos espaços livres públicos. (Gomes, 2005)

A história da evolução urbana das cidades descortina o caráter multifacetado dos espaços livre públicos, mais especificamente as praças de nossas cidades, enquanto espaços importantes para um entendimento holístico na busca da sustentabilidade urbana. Há de se destacar uma característica marcante nas praças, sua plurifuncionalidade, como cita Leitão (2002) em seus estudos com praças em Recife – Pernambuco, de acordo com suas funções – Ecológica (clima, ar, água, solo) o espaço livre das praças permite uma melhoria na ventilação e aeração urbana; as praças possibilitam melhoria da insolação de áreas mais adensadas; as árvores presentes nas praças promovem o sombreamento das ruas e seus canteiros não irradiam tanto calor como o asfalto ou piso de concreto, propiciando o controle da temperatura; a cobertura vegetal das praças permite a melhoria na drenagem das águas pluviais e a proteção do solo contra a erosão; Social (lazer), muitas praças são as

principais, senão únicas, opções de lazer urbano; Estética (paisagem), as praças representam objetos referenciais e cênicos da paisagem urbana, além de exercer importante papel na identidade do bairro ou da rua; Educativa (educação ambiental); Psicológica (relaxamento).

As praças podem ser destinadas a funções específicas ou terem uma multiplicidade de funções; podem estar diretamente associadas a estas funções ou terem um papel eminentemente simbólico; a sua forma pode resultar da topografia do território e a sua estruturação acompanhar o desenvolvimento da cidade, ou podem resultar de um desenho e de uma ação planejada; as praças podem inserir-se em malhas urbanas homogêneas ou situarem-se nas fronteiras de malhas urbanas distintas, articulando-as. Em qualquer dos casos, as praças desempenham sempre um papel fundamental na estrutura das cidades. (Leitão, 2002)

No Brasil, a função social da praça se destaca devido ao contexto histórico-político do país. A desarticulação e a falta de interesse do poder público ante ao planejamento urbano e a dotação de infra-estrutura trazem à tona a carência, o contraste de renda entre as diferentes classes econômicas, a exclusão social, ou seja, a insustentabilidade. Sendo a praça um elemento essencial nesse jogo de interesses que pode ser usada tanto para socializar quanto para segregar. (Oliveira, 2007)

Devido a seu caráter plural e multifacetado, o entendimento desses espaços públicos se torna tarefa árdua e na opinião de alguns estudiosos como Serpa (2007) essa abordagem passa necessariamente pela difícil articulação entre os aspectos que dão concretude à esfera pública urbana e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam seu caráter subjetivo e a necessidade de uma abordagem fenomenológica da problemática das praças públicas.

Serpa (2007) defende que a acessibilidade, enquanto conceito estreitamente vinculado a demarcação de territórios urbanos, à alteridade e contrapondo uma dimensão simbólica (abstrata) não é somente física e incorpora também a apropriação social desses espaços.

Ainda de acordo com Serpa (2007) se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo.

Para Gomes (2005) o espaço público não pode ser analisado numa visão simplista, mas numa concepção mais ampla, porque de um lado existem espaços que tem livre acesso e não se configuram em um estatuto público do espaço; por outro lado os atributos que configuram um espaço público são aqueles que têm relação direta com a vida pública e o

espaço público deve ser interpretado na perspectiva material (espaço físico) e imaterial (espaço abstrato). O espaço físico deve possibilitar o acesso e participação a qualquer pessoa. A acessibilidade é física, mas também está condicionada à lei que regula os comportamentos em áreas comuns. O espaço público “é o *locus* da lei (...) é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade”.

Este conceito tem uma correlação com o objeto deste estudo, as praças, porque concebe o espaço público no sentido de concretude e das relações sociais, conforme prossegue Gomes (2005) “o lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez reafirmam o estatuto público desse espaço, e dessa dinâmica surge uma forma-conteúdo, núcleo de uma sociabilidade normatizada, o espaço público”. A articulação entre os aspectos que concretizam a esfera pública urbana e as possibilidades de socialização será o desafio para o estudo das praças.

Na atual dinâmica do espaço público (praça), a apropriação privada de espaços comuns é uma das características de “recuo da cidadania”. Por ser um processo complexo, as manifestações podem ser tão variadas que podem ocorrer por meio da apropriação física, com estruturas fixas ou por ocupações simbólicas. As estratégias de ocupações são diversas e as conseqüências vão desde a degradação física do espaço até a degradação moral. (Gomes, 2005)

Percebe-se que o domínio do espaço público, guarda traços de espaço privado, de acordo com o grau de acesso e uso, onde certos grupos fazem demarcações territoriais que variam de simples convenções de caráter simbólico, mas que na prática funcionam como se houvesse uma regulamentação. Às vezes, as concessões ocorrem por decretos, pelo poder público municipal, que favorece uma minoria, e outras vezes é a prefeitura que faz a concessão da área, para se eximir da responsabilidade de manutenção desse espaço, deixando esse trabalho a cargo de empresas privadas. (Ribeiro, 2008)

As práticas urbano-sociais de apropriação que ocorrem nas praças podem ser chamadas de processo de “territorialização”, através da criação de barreiras simbólicas, certos grupos de usuários privatizam esses espaços. Como conseqüência desse processo, a acessibilidade não é mais generalizada, ela se torna limitada e controlada. (Serpa, 2007)

Mesmo diante de um somatório de processos de apropriação de certo número de indivíduos o espaço público não se legitima. A praça pública é um espaço aberto à população, acessível a todos posta à disposição dos usuários, mas mesmo assim todas essas características não são suficientes para defini-la como espaço público. (Arantes, 2000)

Qualquer espaço, seja público ou privado, só tem importância com o uso que se faz, porque indica como o homem se apropria dele. Para Macedo (1999) sem os usuários, o espaço acessível ao público tem pouco significado. O uso ou não uso dos espaços públicos está condicionado às suas funções, sejam as propostas nos planos originais ou aquelas vinculadas às novas necessidades dos cidadãos.

CAPÍTULO 5

METODOLOGIA

5.1 – Caracterização da Cidade de Aracaju

A capital do estado de Sergipe localiza-se no litoral, sendo cortada por rios como o Sergipe e o Poxim. De acordo com a contagem da população feita pelo IBGE em 2007, foram recenseados na cidade 520.207 habitantes. Somando-se as populações dos municípios que formam a Grande Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras e São Cristóvão, o número passa para 900 mil habitantes.

A história da cidade de Aracaju está fortemente relacionada à da cidade de São Cristóvão (antiga capital da capitania de Sergipe, atual estado de Sergipe), foi a partir da decisão de mudança da cidade que abrigaria a capital provincial que Aracaju pôde existir e crescer.

As terras onde hoje se encontra a cidade originaram-se de sesmarias doadas a Pero Gonçalves por volta do ano de 1602. Eram compostas de 160 quilômetros de costa, mas em todos as margens não existia nenhuma vila, apenas povoados de pescadores.

São Cristóvão estava tendo dificuldades com relação aos portos. Como a capital ficava no interior do estado, a navegação até os portos era somente fluvial, o que era um inconveniente, uma vez que os maiores navios não tinham passagem por conta da limitação do leito navegável dos rios.

A partir e 1854, a praia que hoje é de território de Aracaju, perto da foz do Rio Sergipe, despertou grande interesse do governo da Província de Sergipe, que transferiu a Alfândega e a Mesa de Rendas Provinciais para aquele local e construiu uma Agência do Correio e uma Sub-Delegacia Policial. Além disso, um porto foi construído na praia, denominada "Atalaia".

A província necessitava de um porto com um porte maior para seu progresso. No dia 2 de março de 1855, a Assembléia Legislativa da Província abriu sessão em uma das poucas casas existentes na Praia de Atalaia. Nesta sessão, tendo previamente analisado a situação em que se encontrava a província, Joaquim Inácio Barbosa, o primeiro presidente da Província de Sergipe Del Rey, decidiu transferir a capital de Sergipe, que era São Cristóvão, para a cidade portuária que seria erguida ali. A decisão foi tomada com grande surpresa pelos presentes.

Assim, no dia 17 de março de 1855, Inácio Barbosa apresentou o projeto de elevação do povoado de Santo Antônio de Aracaju à categoria de cidade e a transferência da capital da província, que foi chamada simplesmente de Aracaju.

Dessa forma Aracaju passou à frente de várias cidades já estruturadas, com melhores condições enquanto desenvolvimento urbano, como Laranjeiras, Maruim e Itaporanga se apresentavam na época em condições superiores à de Aracaju.

Segundo alguns historiadores, Aracaju foi idealizada com "planejamento urbano" desde o início, pois as primeiras ruas foram organizadas de forma a lembrar um tabuleiro de xadrez. No entanto, a concepção contemporânea de planejamento urbano consiste em bem mais do que um traçado de arruamento.

Após a fundação de Aracaju, em 1855, a cidade iria ser construída. O responsável pelo desenho do arruamento foi o engenheiro Sebastião Basílio Pirro.

Apesar de a cidade possuir características modernas que caracterizaram seu início, não se pode deixar de verificar que seu crescimento posterior não seguiu um plano ou regras predefinidas, apenas se deixou levar a partir de um traçado ortogonal já existente. (Nogueira, 2006).

Segundo Everton Machado, “Aracaju somente ganha fisionomia de cidade a partir das primeiras décadas do século XX”, quando começa a firmar-se na vida política, administrativa e econômica do Estado, “quando os primeiros estabelecimentos industriais provocam o início da formação dos bairros fora do quadrado de Pirro”. A cidade passa então a ocupar a planície pantanosa, promovendo uma aceleração de aterros de riachos e mangues com materiais retirados basicamente das dunas desmontadas e dos tabuleiros das redondezas.

Na primeira metade do séc. XX, o crescimento econômico do Estado influenciou diretamente na vida da cidade, quando houve o primeiro grande aumento da população e dos investimentos das classes dominantes na capital. Nessa época, o Estado iniciou a implantação de equipamentos urbanos importantes, como água encanada e bondes a tração animal (1908), energia elétrica (1913), serviços de esgoto (1914), rede de telefonia (1919) e bondes elétricos (1926), o que permitiu uma maior extensão do perímetro construído e o surgimento dos bairros Santo Antonio, 18 do Forte e Aribé, atualmente denominado Siqueira Campos.

A partir da década de 30, a cidade se expandiu em função das ferrovias e rodovias, fato que contribuiu decisivamente para o fortalecimento de Aracaju como capital regional de uma ampla região que ultrapassa as fronteiras estaduais. Mas, somente a partir da década de 50, a cidade inseriu-se no contexto de crescimento das demais cidades brasileiras, apresentando uma população de 78.364 habitantes, dos quais 86,18% já residiam na área urbana da cidade.

Nesse momento tornou-se clara a tendência de primazia de Aracaju sobre as demais cidades do Estado de Sergipe, principalmente a partir da aplicação pelo governo local de políticas habitacionais expansionistas que procuravam erradicar as construções de favelas que ocupavam áreas valorizadas, transportando-as para a periferia da cidade como forma de estratificar e segregar a sociedade através da produção do espaço periférico. As intervenções neste sentido fizeram surgir os primeiros conjuntos habitacionais na cidade.

Por essas características pode-se dizer que Aracaju é uma cidade “projetada”, pois seu crescimento não seguiu nenhum planejamento, privilegiando sempre as classes mais abastadas e empurrando o restante da população para áreas periféricas (Nogueira, 2006).

Essa ocorrência se deu pela ação de dois agentes principais, primeiro o Estado, através de suas políticas habitacionais segregadoras e em segundo, pelos agentes imobiliários, através da especulação imobiliária. Como reflexo das ações desses agentes começaram a surgir favelas e assentamentos em áreas de proteção ambiental, como os mangues e encostas dos morros, contribuindo assim diretamente para a degradação ambiental (Nogueira, 2006).

Segundo Vargas (2002, p.15), a concentração urbana tornou-se, paradoxal entre a verticalização e a construção horizontal. A ocorrência de espaços livres sem função para o cidadão tornou sua extensão territorial um fator impeditivo para o poder público cumprir seu papel de oferta de infra-estrutura adequada. A persistente escassez de recursos aplicados na gestão urbana, aliada a constante aplicação de tecnologias e concepções errôneas e equivocadas colaboraram para a contínua depredação do meio natural e a conseqüente perda de qualidade de vida.

“Planejada nos dias atuais, Aracaju seria vetada pela avaliação ambiental da legislação vigente. Contudo a construção de uma cidade sustentável é possível e somente viável com a eliminação de entendimento da “natureza” intocável, que “congelaria” Aracaju, bem como o entendimento do ambiente natural indesejado, a ser conquistado e artificializado”. (Vargas, 2002, pg.16)

Verificou-se um grande descompasso entre a política habitacional e o ritmo de crescimento da economia urbana e infra-estrutural de Aracaju, não somente em termos de abastecimento de água, esgotos, escolas, mas no que diz respeito às atividades produtivas, ou seja, na geração de empregos. Diante desse fato, pôde-se afirmar que os programas de construção de habitações promovidos pelo poder público estadual esbarraram num grande equívoco e, ao contrário do que se planejou, fomentou e ainda fomenta o aparecimento

e/ou ampliação das favelas, que já em 2002 contabilizaram 72 dentro dos limites territoriais de Aracaju.

Neste mesmo sentido, ficou constatado que a especulação imobiliária e a própria política habitacional contribuíram para ampliação dos contraditórios fluxos e refluxos intra-urbanos, quando obriga famílias inteiras a adotarem como recurso de acesso à moradia, a ocupação irregular do solo urbano, geralmente em áreas de proteção ambiental. Assim, repete-se o processo histórico de ocupação do sítio planejado, com a classe pobre e os menos favorecidos ocupando, primordialmente, os baixios alagadiços e as áreas de mangue.

Com relação aos espaços públicos abertos (praças) produzidos na cidade, Aracaju contabiliza segundo dados de 2003 da Secretaria de Planejamento Municipal (SEPLAN), 132 praças distribuídas ao longo de seu território. Vale ressaltar que esse número se torna altamente questionável quando verificado “in loco” o estado de conservação desses espaços, muitas vezes constituídos de um local (geralmente uma quadra), com ausência de construções, estrutura física e equipamentos urbanos, mesmo assim foram contabilizados como praças existentes na cidade.

A ênfase dada às praças públicas da cidade de Aracaju justifica-se pela presença marcante destas na composição dos espaços urbanos, levando-se em consideração a sua diversidade, seus usos por parcelas significativas da população mais carente e o descaso do poder público para com as mesmas, ação verificada em muitas praças da cidade.

Quanto à morfologia dos espaços públicos abertos da cidade de Aracaju, a grande maioria das praças existentes na cidade se configura como espaço conformado por 04 vias, gerando assim uma praça retangular com vias públicas em todas as faces, essa característica pode ser facilmente compreendida pelo arruamento ortogonal da cidade presente desde sua fundação.

Dessa forma, podemos considerar as transformações do espaço urbano aracajuano no que se referem a suas características morfológicas, incidentes em expectativas de interação social e identidades culturais presentes em suas praças. Embora quase nunca se explicitem opções por atender a este ou àquele aspecto, existe um discurso espacial que denuncia as escolhas. Esse discurso estrutura-se por características configurativas dos lugares incidentes em expectativas sociais e, portanto, expõe-se à avaliação dos frequentadores, permitindo que se fale em desempenho morfológico do espaço.

“A heterogeneidade da paisagem, padrões de construção e a desigualdade social impressos no uso e na ocupação dos espaços podem e devem ser minimizados a partir de

um conjunto de ações que, em última instância, façam resgatar a identidade com valores culturais que garantam a sustentabilidade da cidade, que garantam um futuro sustentável para Aracaju”. (Vargas, 2002, pg.16)

Por outro lado, diferenças no comportamento configurativo de uma mesma situação evidenciam que os atributos de sua forma física incidem distintamente na resposta a expectativas sociais variadas.

5.2 – Procedimentos Metodológicos

O estudo levou em consideração o contexto no qual as praças estão inseridas, focando nos elementos construídos e não construídos desses espaços públicos, portanto precedido de uma análise de sua tipologia, equipamentos, estruturas, inserção e morfologia. Esses dados subsidiaram uma completa caracterização do objeto de estudo.

A metodologia que se propôs para o levantamento, mapeamento, categorização, identificação de usuários, formas de apropriação e avaliação da importância das praças na construção da cidade sustentável foi baseada em dois pontos fundamentais: estrutura física e uso.

Esses parâmetros foram também definidores de etapas e instrumentais da pesquisa. A caracterização da estrutura física das praças pressupôs o levantamento do quantitativo e da distribuição espacial nos bairros de Aracaju.

Em seguida, a definição dos eixos norteadores desenvolvidos com base na leitura do Mapa de crescimento urbano de Aracaju (Nogueira, 2004) no seu trabalho intitulado “Análise Sintático – Espacial das transformações urbanas de Aracaju (1855 – 2003)” foi tomada como parâmetro definidor da amostra a ser trabalhada.

A seguinte etapa constou do diagnóstico de tipologia e levou em consideração, a morfologia, os equipamentos e mobiliário, bem como de consulta aos usuários quanto à percepção ambiental das praças na cidade de Aracaju.

Finalizados esses passos partiu-se para a análise da percepção dos usuários sobre as praças selecionadas. Esses momentos da metodologia bem como os instrumentais utilizados são apresentados a seguir.

5.2.1 - Definição da Amostra

A partir do pressuposto comprovado por Nogueira (2004) para as transformações urbanas para o sítio de Aracaju, essa etapa metodológica foi de primordial importância, quando, através de fontes documentais levantadas junto a SEPLAN (Secretaria de Planejamento Urbano de Aracaju) nos deparamos com 132 praças públicas catalogadas e localizadas sobre o sítio urbano da cidade, dessa forma necessitou-se definir uma amostra (quantidade de praças) que fosse viável de se trabalhar levando-se em conta atenuantes como tempo limitado para trabalhos de campo, bem como um número relativamente grande de praças catalogadas.

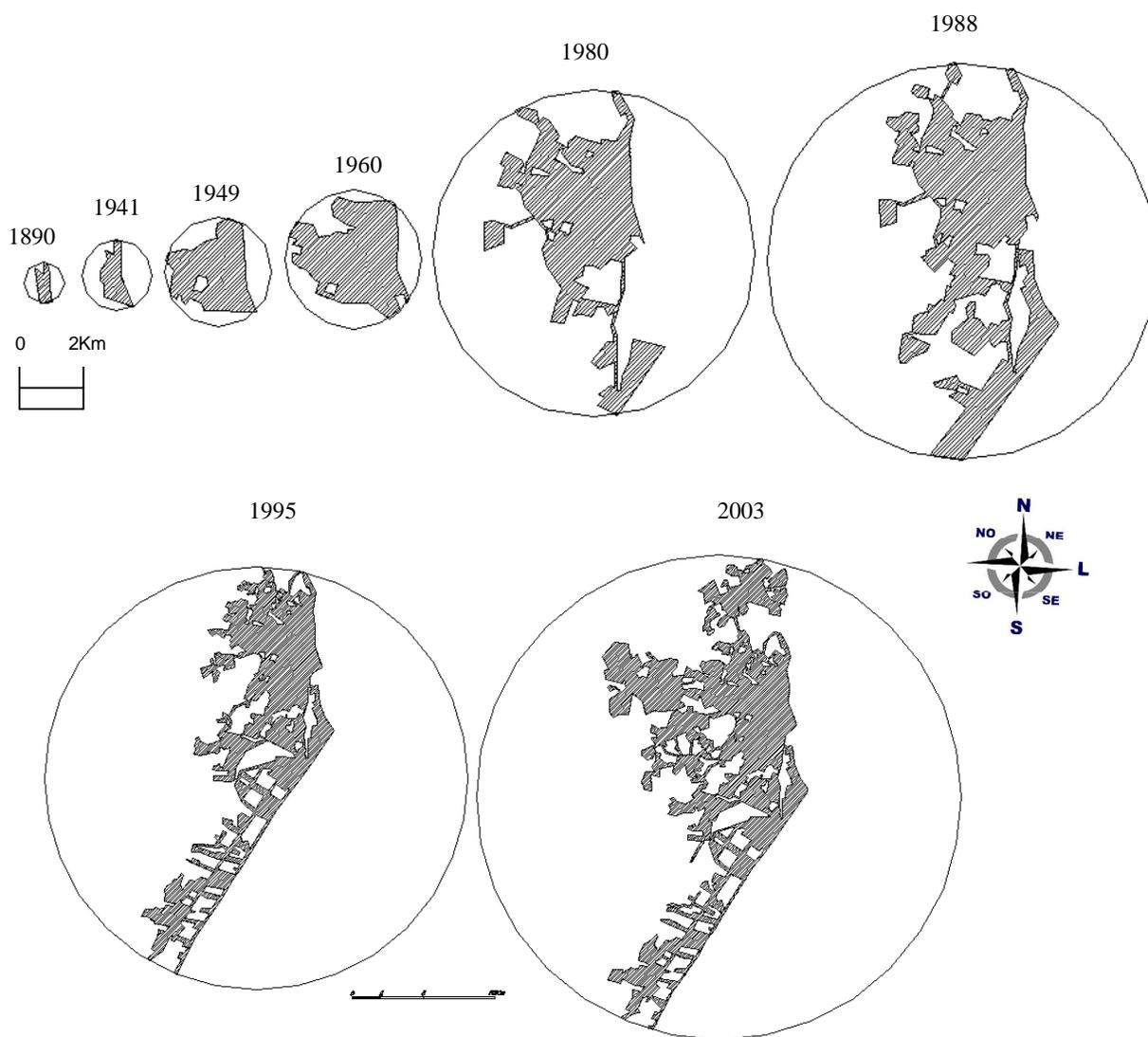


Figura 01. Crescimento urbano de Aracaju (Índice de Forma).
Fonte: Nogueira, 2004. p.310

A definição da amostra levou em conta a análise de crescimento urbano de Aracaju (1855-2003) demonstrado por Nogueira (2004), op.cit,p.310, conforme demonstrado na Figura 01, nitidamente percebido um crescimento em cruz a partir do Plano Pirro⁴.

A partir da análise do mapa de crescimento urbano da cidade, visualizar se a conformação de dois eixos de crescimento. O primeiro eixo foi aqui definido como “Eixo Histórico”, no sentido Leste/Oeste em decorrência da situação e implantação do Plano Pirro com relação ao Rio Sergipe. Este foi determinante para a ocupação inicial neste sentido e verificado a posterior por Nogueira (2006) devido ao maior crescimento da malha urbana da cidade para o setor oeste, onde as terras eram mais baratas e careciam de infraestrutura básica. De acordo com Figura 01 observa-se que entre 1890 e 1960, predominaram uma expansão urbana partindo do Leste (Quadrado de Pirro) seguindo na direção Oeste, além de uma expansão em menor escala para o Sul, fatos justificados pela presença das indústrias nesse setor.

A década de 1960 marca uma época de grandes avanços para Aracaju, com a descoberta de petróleo em solo sergipano coincidentemente com a formação de uma política habitacional nacional, responsáveis pela expansão urbana acelerada, fato verificado segundo Loureiro (1983, apud Nogueira, 2006), até a década de 1970.

Sendo assim, pôde-se visualizar a conformação do “Eixo Histórico” conforme descrito acima e a seguir foram selecionadas as praças que seriam objetos de estudo localizadas nas imediações do eixo supracitado. Dessa forma selecionou-se a Praça da Bandeira (P1), no bairro Cirurgia, contíguo ao Centro; a Praça Dom José Thomaz (P2), no bairro Siqueira Campos, “porta de entrada e saída da cidade” e, a Praça Tancredo Neves (P3), no bairro América, construída ainda na década de 1960 e situada, a margem mais próxima ao Eixo Histórico proposto na pesquisa (Fig.02). Neste eixo não foram consideradas praças “históricas” e dentre elas, justifica-se a desconsideração da Praça Fausto Cardoso por estar em reforma à época da definição e a Praça Camerino, por situar-se na mesma avenida (Av. Barão de Maruim) da Praça da Bandeira, sendo que esta última possui maior relevância por ser conformada por duas avenidas (Av. Barão de Maruim e Av. Pedro Calazans).

⁴ O “Plano de Pirro”, como ficou conhecido o projeto urbanístico de Aracaju, resumia-se a um traçado em xadrez, extremamente geometrizado, o que facilitaria a demarcação das ruas, atitude justificada pela pressa em se tornar Aracaju uma realidade. Mesmo existindo o quadrado de Pirro (32 quadras de 110mx110m cada uma), ocorreu outra expansão paralela, originada pela falta de recursos da população pobre para atender às exigências do Código de Posturas Municipal.

Ainda tendo como instrumento de análise o mapa de crescimento urbano de Aracaju (Fig.01) pôde-se observar a conformação de um segundo eixo de crescimento, definido como “Eixo de Expansão”, sentido Norte/Sul mais recente da cidade. A expansão urbana compreendida entre 1980 e 2003 foi conformada predominantemente no sentido citado, fato que pode ser justificado por uma série de fatores, tais como: ocupação dos vazios urbanos existentes; abertura de novas avenidas, que reintegram loteamentos e conjuntos à malha urbana; proximidade da praia (área do Mosqueiro – Zona Sul); aumento da densidade populacional da área central. Dessa maneira segundo Nogueira (2006) o crescimento de Aracaju não se dá apenas pelo “espraiamento” da zona urbana, mas também pela ocupação dos vazios urbanos existentes e pela verticalização das construções.

Uma vez definido o “Eixo de expansão” selecionaram-se duas praças pelas extremidades Norte/Sul, fixando a amostra na Praça Ulysses Guimarães (P4), bairro Santos Dumont (Norte) e a Praça Dario Ferreira Nunes (P5), situada no bairro São Conrado, Conj. Orlando Dantas (Sul).

A situação das praças selecionadas no sítio de Aracaju é exposta na Figura 02, auxiliada por setas demonstrativas dos eixos, Histórico e de Expansão.



Figura 02: Visualização dos eixos sobre o mapa de Aracaju.

Fonte: Secretaria de Planejamento Municipal – SEPLAN/PMA, 2003.

* Quadrículas do mapa: 1000 m x 1000 m

5.2.2- Caracterização e Avaliação das praças

Somente após a definição da amostra é que se iniciou a etapa de caracterização física das cinco praças selecionadas, considerando os equipamentos / estruturas apresentadas na ficha de levantamento abaixo (Fig.03).

Ficha de levantamento e caracterização de equipamentos e estruturas			
Nome da praça:			
Localização:			
Forma geométrica:	Área:	Data da avaliação:	
Equipamentos/ Estruturas	Sim	Não	Quantidade
1. Bancos - material:			
2. Iluminação alta			
2.1. Iluminação baixa			
3. Lixeiras			
4. Sanitários			
5. Telefone público			
6. Bebedouros			
7. Segurança / Policiamento			
8. Paisagismo			
9. Arborização alta			
10. Arborização baixa: arbustos / forração			
11. Conforto Térmico			
12. Conforto Acústico			
13. Conforto Visual			
14. Equipamentos portadores deficiência:			
15. Caminhos – material:			
16. Quadra esportiva			
17. Para prática de exercícios físicos			
18. Estrutura para terceira idade			
19. Parque infantil			
20. Palco / Coreto:			
21. Obra de arte – qual:			
22. Espelho d'água/chafariz:			
23. Identificação: placas esquinas			
24. Estacionamento			
25. Ponto de ônibus			
26. Ponto de táxi			
27. Banca de revista			
28. Quiosque de alimentação e/ou similar			
29. Edificação institucional:			
30. Templo religioso			

Figura 03: Ficha de levantamento e caracterização de equipamentos e estrutura.
Fonte: Silva, C. F. R da – Adaptada de De Angelis et al., 2000 b.

A ficha de caracterização teve como objetivo quantificar os equipamentos e estruturas de ocorrência mais comum nas praças, possibilitando um maior detalhamento do objeto de estudo e fornecendo um perfil mais amplo de cada praça a ser estudada (Apêndice 01). Juntamente com essa etapa foi realizado o registro fotográfico que se mostrou valioso para a exposição da caracterização.

O levantamento permitiu avaliar qualitativa e quantitativamente esses espaços públicos. Levou-se em consideração a existência dos equipamentos e estruturas, mas também, o estado de conservação dos mesmos. Todos os equipamentos listados foram avaliados por conceitos - péssimo, ruim, regular, bom e ótimo - aos quais correspondem notas que variam numa escala de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro), conforme explicitado por De Angelis et al (2000b), com a seguinte escala de valores:

Escala de Valores (De Angelis, 2000 b)

0,5 - 1,5	Péssimo / Ruim
1,5 - 2,5	Regular
2,5 - 3,5	Bom
3,5 - 4,0	Ótimo

Quadro 01: Escala de Valores
Fonte: De Angelis et al, 2000 b.

Escala de Valores Adaptada

	0,5 - 1,5	Péssimo / Ruim
	1,6 - 2,5	Regular
	2,6 - 3,5	Bom
	3,6 - 4,0	Ótimo

Quadro 02: Escala de Valores Adaptada
Fonte: Silva, C. F. R da – Adaptada de De Angelis et al., 2000 b.

A Escala de Valores criada por De Angelis et al (2000 b), Quadro 01, sofreu pequena alteração, conforme demonstrado no Quadro 2. Essa mudança teve como objetivo eliminar a hipótese de que qualquer categoria analisada se localizasse em duas escalas de valores diferentes. Em seguida, foi introduzida uma interpretação semiótica a esses valores, assim foi estabelecido que as avaliações com resultado Péssimo/Ruim seriam representadas através de cor quente (vermelho), as avaliações Regulares (laranja), as avaliações Boas (verde) e avaliações Ótimas (verde escuro) com cores frias. Esse recurso foi utilizado com o objetivo de facilitar a visualização rápida da avaliação das praças.

Em qualquer situação, qualquer que seja o elemento a ser avaliado qualitativamente é preciso estabelecer, previamente, critérios claros e determinar parâmetros rígidos que irão nortear o trabalho. Foram estabelecidos os critérios apresentados no Apêndice 02 para avaliação sobre cada um dos equipamentos identificados. Após o preenchimento da ficha foi atribuído a escala de valor acrescida de escala cromática. Esta etapa constituiu a

avaliação dos equipamentos e estruturas, realizada anteriormente a pesquisa sobre a percepção dos usuários.

5.2.3 - Tipologia e Morfologia das Praças

Associado a esses pontos, e para um conhecimento mais amplo desses espaços, foi oportuno que se analisasse a inserção das praças na trama urbana, ou seja, sua função e morfologia.

Os estudos tipológicos das funções das praças encontram categorizações das mais variadas em diversos autores e trabalhos desenvolvidos. É importante que se contextualize o momento em que se dá a caracterização da praça. De Angelis et al, (2000 b) chama a atenção para esse aspecto porque há que se considerar tipologias do passado da mesma forma que no futuro podem ocorrer outras, expondo estudos já realizados. Zucker (1959) classifica as praças em cinco arquétipos que vai da praça fechada em seu próprio espaço à praça envolvida por edifícios, ou ainda da praça amorfa onde seu espaço é indefinido; Sitte (1992), analisando a relação entre as praças e os seus edifícios circundantes, identificou duas categorias de praças: as de largura e as de profundidade. Por sua vez, embora Moughtin (1992) também identifica duas maneiras de se categorizar as praças, ele as define pela sua função e pela sua forma.

De Angelis (op.cit), a partir da exposição teórica apresentada acima, e considerando-se as peculiaridades do Brasil, propõe a seguinte categorização: praça de igreja; de descanso e/ou recreação; de circulação; monumental e de significação visual, sendo essa a tipologia adotada pelo presente trabalho.

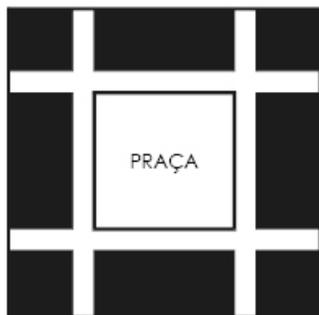
Quanto a morfologia observa-se que uma cidade tem como espinha dorsal de sua estrutura as vias públicas, sendo que, de toda infra-estrutura urbana, essa é a primeira a se fazer presente (Zmitrowicz e De Angelis Neto, 1997). Seus cruzamentos e interseções determinam não somente o fluxo de automóveis pela urbe, mas também o surgimento de logradouros públicos, no caso presente, as praças. A importância das vias públicas para as praças reside no fato de sua forma poder vir a ser definida pelas vias, determinando os diferentes tipos de configuração, definindo não somente sua forma, mas também sua função.

De Angelis et al (2000 b) definiu morfologicamente para o estudo das praças no Brasil, cinco (05) tipos de conformação das praças de acordo com o número de vias que

configuram o espaço, além de propor ainda dez (10) subtipos de conformações (Apêndice 03).

No contexto da cidade de Aracaju, predomina as praças públicas conformadas por quatro vias e com subtipo que originam espaços quadrangulares ou retangulares, fruto do cruzamento de quatro vias, sendo duas a duas paralelas entre si.

No que se refere às praças selecionadas podemos observar os seguintes tipos e subtipos:



Subtipo (a)

Figura 04: Esquema de praça conformada por 4 vias.
Fonte: De Angelis et al, 2000b.
Pça da Bandeira, Pça Ulysses Guimarães e
Pça Dario Ferreira Nunes



Subtipo (b)

Figura 05: Esquema de praça conformada por 3 vias.
Fonte: De Angelis et al, 2000b.
Pça Dom José Thomaz e Pça Tancredo

Conformadas por quatro vias e por subtipo (a) (Fig.04) foram as Praças da Bandeira, Ulysses Guimarães e Dario Ferreira Nunes. Enquanto que as Praças Dom José Thomaz e Tancredo Neves se enquadraram na conformação por três vias e subtipo (b) (Fig.05), formada por duas vias paralelas e uma ortogonal a elas, sendo que a quarta face é ocupada por edificações.

5.2.4 - Percepção Ambiental dos Frequentadores

Segundo Gibson (1966) percepção se caracteriza por ser um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos e cognitivos; o primeiro intimamente ligado aos cinco sentidos e o segundo recebendo contribuição da inteligência, pois a mente exerce parte ativa na construção da realidade percebida.

Assim, “a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe essas sensações passivamente”, pode-se afirmar que os mecanismos cognitivos (motivações,

humores, conhecimentos prévios, necessidades), na mente do sujeito agem de forma ativa na construção dessa realidade. (Fialho 2001)

A percepção é considerada como parte integrante do processo de conhecimento, e dependendo do observado, o componente visual (apesar de ocorrer pela síntese de todos os sistemas sensoriais) torna-se essencial, porque a noção do espaço processa-se a partir da forma física, que é percebida determinantemente pela visão (Piaget, 1979)

É fundamental indicar alguns conceitos e variáveis que influem em todo este processo, a fim de apontar a relação existente entre a percepção e a interação do homem com o meio ambiente.

Certamente, há várias maneiras de se ver o mundo e cada imagem e idéia a respeito do mundo são formulados a partir da experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória. Todos os tipos de experiência, desde as mais ligadas ao cotidiano do ser humano, ou as mais distanciadas do mundo diário, compõem o quadro individual da realidade. “A superfície da Terra é elaborada para cada pessoa pela refração por meio de lentes culturais e pessoais, de costumes e fantasias” (Machado, 1996:97-119, p.97).

Se a percepção sofre influência de vários conceitos e variáveis, podemos dizer que a idéia ou conceito de natureza e meio ambiente também passa pelo mesmo processo, o que explica a dificuldade de se chegar a um conceito ou visão de mundo comum para que se possa traçar diretrizes rumo a sustentabilidade.

Visto ser o processo perceptivo complexo, verifica-se que a percepção resulta em diferentes conceitos, ou identificação do que se observa. O homem desde os primórdios parece agir no campo ambiental claramente de formas diferenciadas. Seria muito difícil descrever os valores que influenciavam o homem pré-histórico, mas muito provavelmente, estes se baseavam em sua própria sobrevivência e subsistência. Uma boa caça, um bom abrigo e o respeito (forças naturais) pela natureza, e o desconhecido, provavelmente foram as primeiras intervenções do homem sobre o meio ambiente.

No início dos tempos, os recursos naturais eram extraídos de forma parcimoniosa, apenas o necessário, sem desperdícios e os resíduos eram degradados e absorvidos sem comprometer o meio ambiente, constituindo parte de um ciclo natural de decomposição. A percepção humana era extremamente desenvolvida na relação com o meio natural, pois era essencial à sua sobrevivência, como na procura por alimentos e na proteção contra animais e intempéries (Corleto, 1998).

Ao longo da História, verificamos o quanto essa “visão de mundo” modificou-se e no que diz respeito à percepção ambiental, constata-se a existência de uma percepção

enganosa sobre a natureza e seus recursos, posto que a percepção de dominador passou a dominar a relação do homem com a natureza.

É certo, que as condições de vida, as experiências e o próprio ser humano evoluíram, sob determinados aspectos e se modificaram ao longo do tempo. O que se pode, entretanto, é comentar sobre a percepção e os valores do homem com relação à natureza.

As necessidades, as emoções, expectativas e conhecimentos do homem moderno, são condizentes com uma época de exploração, depauperação e desprezo ao meio ambiente. Nos últimos séculos o homem somente explorava para satisfazer suas necessidades e expectativas, percebendo a natureza como uma fonte de riquezas inesgotáveis. Todo o avanço tecnológico e científico, quase nada favoreceu para uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente, ou seja, que permanecesse a percepção aguçada da inter relação do homem com o meio. Ao contrário, a industrialização, a tecnologia, e o estilo de vida desde então, apenas contribuíram para que a humanidade aprofundasse a distância de seu meio natural. Conseqüentemente, devido ao pouco contato do homem com a natureza e a sua insustentável percepção, surgiu uma necessidade de mudança.

O surgimento de uma percepção ambiental com diretrizes sustentáveis obrigatoriamente passa pela evolução do pensamento científico e ecológico que passou a estender seu alcance para além dos aspectos físicos e biológicos do meio ambiente, onde o homem passou a ser incluído “dentro” da biosfera, tomando em consideração uma parcela do imponderável que existe na mente humana.

Assim, a percepção ambiental vem sofrendo positivas mudanças e experimentando esforços no sentido de melhorar as relações comportamento- ambiente. As experiências e conhecimentos, também são notavelmente outros. A estrutura cognitiva atual do homem pode levá-lo a perceber seu mundo de forma diferente.

"A percepção ambiental é utilizada como uma forma de colocar em ênfase os valores e atributos de um lugar (cidade) e as expectativas que a sociedade espera para ele e para si própria" (Corleto, 1998, p.47). Assim, a percepção ambiental pode vir a auxiliar o planejamento urbano, o desenvolvimento sócio- econômico e ambiental de nossas cidades, visando uma boa qualidade de vida para a sociedade com uma maior integração ao meio ambiente.

Nesse sentido é importante a contextualização do conceito de ambiente, que assim como a problemática ambiental possui algumas variáveis conceituais dependendo da área de estudo em que se concentra.

Para paisagistas, segundo Magnolli (1986), o ambiente é o resultado das interações entre sociedade humana e a base física e biológica que a envolve, e segundo Pellegrino (1989), “a interação entre indivíduo e seu ambiente estabelece um contato de duplo sentido entre o sujeito interpretante e o signo objeto da interpretação caracterizando um processo de percepção ambiental...”

Essa noção de ambiente também é usual para os urbanistas entenderem o ambiente urbano como relações dos homens com o espaço construído e a natureza nas aglomerações de população e de atividades humanas.

Todavia a falta de conceitos sobre a natureza das relações constitutivas do ambiente urbano nos remete a busca da especificidade desse meio como instrumento para definição de um conceito de ambiente urbano. Entendemos como características do meio urbano, a aglomeração de população e de atividades humanas, o espaço construído, e a natureza profundamente modificada pela aglomeração. Assim na perspectiva urbanística que trata da apropriação e da fruição do espaço urbanizado e construído organizado pelo processo social, o ambiente é o conjunto de relações dos homens com o espaço construído e com os remanescentes da natureza que convivem com os homens no espaço urbanizado e construído.

Nossa mente, de acordo com Del Rio (1996) organiza e representa essa realidade percebida no espaço urbanizado e construído através de esquemas perceptivos e imagens mentais, com atributos específicos. (Fig.06)

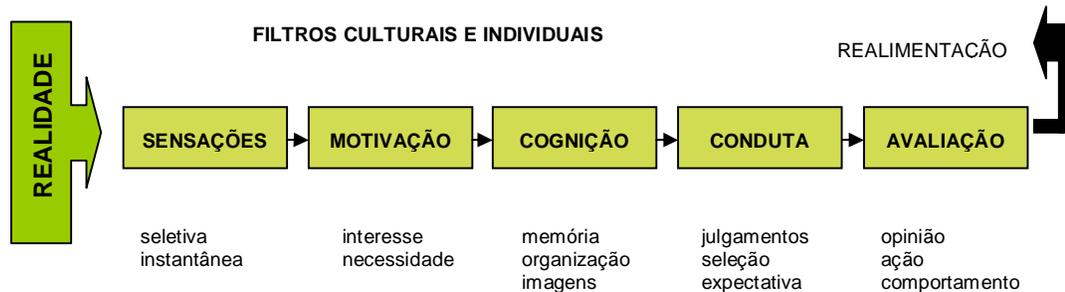


Figura 06: Esquema teórico do processo perceptivo.

Fonte: Cidade da mente, cidade real: Percepção Ambiental e Revitalização na área portuária do RJ. Vicente Del Rio, 1996. pág.04.

Tendo como pano de fundo o esquema teórico desenvolvido por Del Rio (1996) foi desenvolvido o questionário (Apêndice 04) ao qual os usuários das praças públicas

selecionadas foram submetidos no intuito de apreender suas percepções quanto ao referido espaço e quais as formas de uso e apropriação esses usuários exercem sobre as praças públicas na cidade de Aracaju.

Dessa forma, o questionário foi intencionalmente estruturado em quatro partes com o objetivo de apreender:

- **Perfil:** constituído da primeira parte do questionário, buscou traçar um perfil completo dos frequentadores das praças públicas pesquisadas, trazendo informações a respeito de ocupação, idade, escolaridade, local de residência, permanência e frequência no local.
- **Dimensão Íntima:** constituída da segunda parte do questionário, buscou trazer informações a respeito da motivação, sensações, comparações, uso e conhecimento das praças em questão.
- **Dimensão Interativa:** constituída da terceira parte do questionário, buscou trazer informações a respeito da avaliação pessoal dos frequentadores relacionada a acesso, situação, ambiente social e equipamentos.
- **Dimensão Biofísica:** constituída da parte final do questionário, buscou trazer informações a respeito da realidade captada segundo a percepção de cada frequentador, levando em consideração aspectos funcionais e cognitivos sobre a importância do espaço e sobre a natureza presente nas praças, além de lançar foco sobre a capacidade de cada frequentador em perceber o ambiente ao seu redor no que tange a ação dos demais usuários e por fim analisar a conduta dos frequentadores com relação aos respectivos espaços públicos.

Esta etapa do trabalho foi desenvolvida durante todo o mês de Novembro/2009 através de visitas diárias às praças selecionadas, conforme demonstrado no Quadro geral de visitas (Apêndice 05). Foram realizadas oitenta e cinco entrevistas (85) distribuídas da seguinte forma: Praça Dom José Thomaz (32), Praça da Bandeira (21), Praça Ulysses Guimarães (11), Praça Tancredo Neves (8) e Praça Dario Ferreira Nunes (6). As entrevistas foram realizadas em períodos variados do dia, manhã, tarde e noite para que o resultado obtido fosse o mais próximo possível da realidade apresentada pelas praças, assim como durante a semana e finais de semana. Ao longo das visitas diárias necessárias para que se realizasse todo o levantamento e avaliação, foram realçadas algumas diferenças

a respeito do número de entrevistas que precisavam ser realizadas em cada praça em questão.

Nas Praças Tancredo Neves e Dario Ferreira Nunes, em certos períodos do dia e da semana não havia freqüentadores, motivos que serão explicitados na análise específica de cada praça em questão, enquanto que na Praça Ulysses Guimarães devido a sua localização estratégica para o bairro havia movimento de pessoas o dia todo, mesmo que de maneira menos intensa em certos períodos do dia e da semana, já na Praça da Bandeira e Praça Dom José Thomaz, o fluxo de freqüentadores era considerável em todos os turnos, fato motivado pela localização estratégica da praça para a cidade e também para o próprio bairro. Essas impressões nortearam a quantidade de entrevistas em cada local.

5.2.5. Tratamento das informações

Com as informações obtidas pelo questionário, procedeu-se a execução de matriz cromática (Apêndice 06) construída através do Excell com o objetivo de proporcionar uma visualização rápida de todo o trabalho de campo realizado, ainda auxiliou essa visualização a plotagem em tamanho A1 da referida matriz. A seguir segue esquema cromático semiótico trabalhado.

	Avaliado Péssimo / Ruim pelo entrevistado
	Avaliado Regular pelo entrevistado
	Avaliado Bom pelo entrevistado
	Avaliado Ótimo pelo entrevistado
	Afirmação em perguntas de múltipla escolha

Quadro 03: Escala de Valores (avaliação dos usuários)
Fonte: Silva, C. F. R da – Pesquisa de Campo, 2009

A execução da matriz foi ferramenta fundamental na variedade de análise que a mesma possibilitou, tanto na visualização geral, como na geração de gráficos. Esses procedimentos tornaram viável análise pontual, intermediária e geral das cinco praças selecionadas. É importante frisar que o esquema de cores criado na ficha de avaliação de equipamentos e estrutura (Quadro 02), foi mantido na execução da matriz cromática sofrendo apenas um acréscimo da coloração azul, que na referida matriz trouxe informações baseadas em escolhas, ou seja, perguntas de múltipla escolha contidas no

questionário. Abaixo segue resumo das dimensões estruturadoras do questionário aplicado as entrevistas (Apêndice 04).

- **Perfil:** Local, hora, data, ocupação, idade, escolaridade, residência, tempo de residência, frequência e permanência.
- **Dimensão Íntima:** Motivação ao uso, o que agrada de imediato, avaliação comparativa, conhecimento sobre o local, agrada relacionado ao uso.
- **Dimensão Interativa:** Avaliação de quesitos como: acesso, situação, ambiente social e equipamentos.
- **Dimensão Biofísica:** Funções da praça, percepção e cognição, importância do local, presença da natureza, visão dos demais usuários e grupos específicos, o que reformaria e o que faz ou faria pelo local.

De maneira pontual a análise dos dados foi importante na visualização de cada categoria e parâmetro, enquanto que a análise intermediária trouxe a possibilidade de comparação, seja de parâmetros, seja de categorias entre as cinco praças analisadas e por fim uma análise geral que trouxe uma visão mais ampla do contexto e situação de cada praça estudada na cidade de Aracaju.

5.2.6. Análise das informações

Uma vez finalizada a etapa de criação e preenchimento da matriz cromática, foi possível a geração de gráficos para uma análise mais criteriosa, às vezes específica, às vezes comparativa de cada praça. A compatibilização do tratamento semiótico das intensidades de cores presentes nos quadros e matrizes elaboradas foi primordial para a comparação dos resultados obtidos na análise individual do pesquisador com os resultados das análises dos usuários.

Os gráficos obtidos da matriz cromática trouxeram uma visão mais analítica de vários fatores, entre eles uma caracterização detalhada de cada espaço, com informações relevantes sobre opinião, comportamento e avaliação de cada frequentador entrevistado em relação ao espaço público que se apresentava para o mesmo. Dessa forma foi possível uma completa caracterização de cada praça, bem como a apreensão da percepção ambiental dos frequentadores. Somente através dessa análise gráfica uma realidade muitas vezes não percebida num primeiro momento, se desvendou trazendo resultados e informações

relevantes no que tange ao planejamento urbano e sustentável dos espaços públicos abertos na cidade de Aracaju.

CAPÍTULO 6

RESULTADOS E DISCUSSÕES

intenso durante os dias da semana. Além desses fatores citados podemos acrescentar a importância de sua localização no “eixo histórico” (quadrado de Pirro) e a proximidade de edificações significativas no que diz respeito à história e ao poder da cidade e do Estado.

De acordo com a categorização tipológica proposta por De Angelis et al (2000b) na metodologia, a Praça da Bandeira se enquadrrou como: praça de descanso, de circulação e de significação visual, categorias funcionais que foram reforçadas na pesquisa com os usuários.

Mesmo recebendo um contingente elevado de pessoas ao longo do dia e nas entrevistas realizadas observarmos a presença de perfis variados em sua faixa etária, verificamos problemas quanto aos acessos mais básicos, o de portadores de deficiência, o de idosos e de crianças.



Figura 09: Detalhe Rampa de Acesso P.D
Fonte: Silva, C. F. R da – Pesquisa de Campo, 2009

A ficha de levantamento e caracterização traz o quantitativo dos equipamentos, estruturas, obras / patrimônio e serviços relacionados à praça. Enquanto que uma avaliação criteriosa seguindo parâmetros e critérios estabelecidos por De Angelis et al (2000b) foi realizada através da Ficha de Avaliação de Equipamentos e Estruturas (Fig.101). Sendo apresentados os fatos mais relevantes na citada avaliação.

Encontramos equipamentos como a rampa de acesso para portadores de deficiência executada incorretamente, apresentando na verdade mais um obstáculo para quem deveria contar com o equipamento correto, comprometendo igualmente o acesso de pessoas idosas (Fig.09).

Em muitos pontos da praça foram encontrados calçamento em más condições de uso, desvelando necessária a manutenção de uma estrutura imprescindível para a acessibilidade (Fig.10).

O processo de segregação e afastamento de certos grupos é acentuado quando olhamos estruturalmente para as condições encontradas no parque infantil (Fig.11). Nas muitas visitas feitas a Praça da Bandeira foram vistas pouquíssimas crianças utilizando essa estrutura.

Na contramão dos fatos citados acima, observamos pontos positivos na praça. A iluminação nova que o espaço recebeu em sua última reforma, de acordo com relatos colhidos nas entrevistas, foi o equipamento que recebeu maior nota na Ficha de Avaliação (Fig.101), justificado pela sua quantidade e qualidade. Ainda através de informações colhidas nas entrevistas, a iluminação eficiente



Figura 10: Estado de conservação do calçamento
Fonte: Silva, C. F. R da – Pesquisa de Campo, 2009

colaborou com o afastamento de marginais e usuários de drogas, aumentando a sensação de segurança e conseqüentemente o aumento na freqüência de pessoas no período noturno.



Figura 11: Estado de conservação do Parque Infantil
Fonte: Silva, C. F. R da – Pesquisa de Campo, 2009



Figura 12: Iluminação Baixa

Fonte: Silva, C. F. R da – Pesquisa de Campo, 2009

Como fator positivo observado foi a presença maciça de arborização, referido por muitos entrevistados como “natureza” (Fig12). Constatamos que a falta de manutenção não se aplica a vegetação e ao paisagismo da praça, durante as visitas encontramos regularmente funcionários municipais cuidando da vegetação. De acordo com nossa avaliação a situação dos equipamentos de forma geral obteve uma nota entre 2,6 – 3,5 (Bom), mas vale destacar que os quesitos arborização, conforto térmico e acústico, vegetação e

paisagismo, iluminação, elevaram muito o somatório final, mesmo a praça possuindo notas baixíssimas em lixeiras e equipamentos para portadores de deficiência.

Com relação à estrutura, a praça obteve uma nota entre 0,5 – 1,5 (Péssimo/Ruim). Contribuíram para esse desempenho as ausências de quadra esportiva, local para exercícios e estrutura para terceira idade, além do fato do parque infantil e calçamento, serem avaliados negativamente. Todavia, tratando-se de praça de descanso, circulação e significação social, a ausência desses equipamentos não é levada em consideração na avaliação de sua funcionalidade.

As Obras/Patrimônio possuem somente o quesito identificação, alcançando uma nota razoável e em Serviços, a praça foi avaliada positivamente, destaque para a nota de segurança/policiamento e para a presença de diversos serviços, entre eles o Museu da Bandeira.

Morfologicamente o surgimento das praças está intrinsecamente ligado aos logradouros públicos (ruas), isso se fez presente em nossa pesquisa, nos auxiliando no traçado do perfil do local, que em nossos estudos ficou configurada como uma praça conformada por quatro vias classificada segundo De Angelis et al (2000b) como quadrangular.

Nogueira (2004) em seu trabalho afirma a importância das vias públicas na configuração da cidade e no comportamento e reações de seus cidadãos, opinião

amplamente aceita em nossas discussões sobre a importância dos espaços públicos abertos na construção da sustentabilidade da cidade de Aracaju.

6.1.2- Perfis e Percepções

Foram realizadas 21 entrevistas com usuários na referida praça, sendo quinze (15) homens e seis (6) mulheres.

A Praça da Bandeira apesar de possuir somente dois pontos de parada de ônibus, recebe um contingente diário de pessoas intenso, isso ocorre devido a vários fatores, sua localização central privilegiada, a proximidade de ruas de grande concentração de comércio, serviços, hospitais, escolas, isto é, toda uma rede de infra-estrutura que a margeia.

Esses fatores refletem no perfil de ocupação do espaço (Fig.13), em sua maioria composta por prestadores de serviço seguidos de trabalhadores informais que usam a praça de forma bem distribuída através de suas estruturas, equipamentos e serviços.

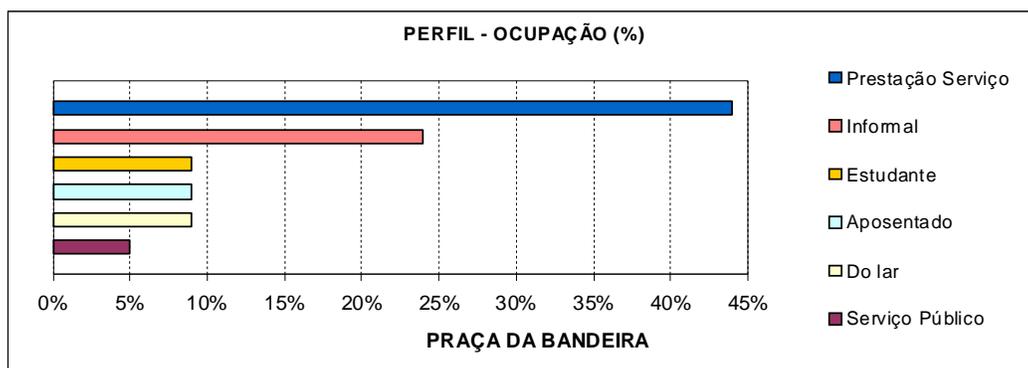


Figura 13: Perfil - Ocupação (%)

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 14: Vista Av. Pedro Calazans

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

O fato de a praça ser margeada por duas grandes avenidas – Av. Pedro Calazans (Fig.14) e Av. Barão de Maruim (Fig.15) – que recebem trânsito intenso durante os dias da semana, reforçou seu perfil multiuso, tanto em ocupação dos usuários quanto com



Figura 15: Vista Av. Barão de Maruim
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

relação à diversidade de faixa etária (fig.16).

Nas entrevistas realizadas no local encontramos perfis de usuários dos mais variados, desde jovem até pessoas da terceira idade, reafirmando a função social da praça enquanto espaço democrático e acessível a todos, fator essencial para sua existência.

Perguntados pela faixa etária, trinta e oito por cento (38%) dos usuários encontravam-se na faixa dos 31 a 45 anos, enquanto que vinte e nove por cento (29%) na faixa de 15 a 30 anos e com valores menores pessoas na faixa de 46 a 60 anos e mais de 61 anos (Fig. 16).

A presença de diversos e variados atores sociais e a proximidade de um razoável número de entidades de ensino, tanto públicas quanto privadas, resultou num preenchimento quase completo do quadro de escolaridade proposto no questionário, inclusive somente na Praça da Bandeira encontramos um estudante de ensino superior, fato marcante no contexto da pesquisa. Mesmo a quantidade de estudantes representando um número pouco significativo no universo da pesquisa na referida praça, estes se fizeram notar.

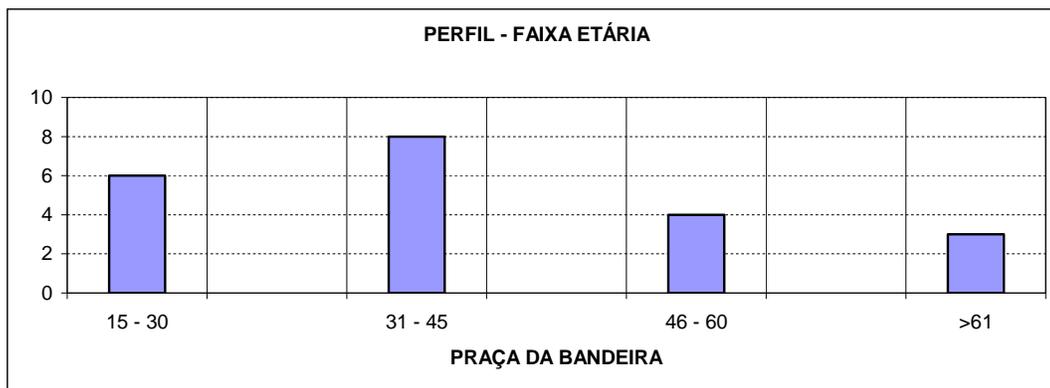


Figura 16: Perfil – Faixa Etária
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

A grande oferta de serviços, equipamentos e uma gama de infra-estrutura já citada, influenciaram diretamente nos perfis de residência, permanência e frequência dos usuários desse espaço. Analisando o perfil de residência x tempo (Fig.17), contatamos um alto índice de pessoas que moram em outros bairros da cidade (67%) e também a presença de

pessoas residentes em outras cidades (9%), todas corroborando com a caracterização tipológica de praça de circulação.

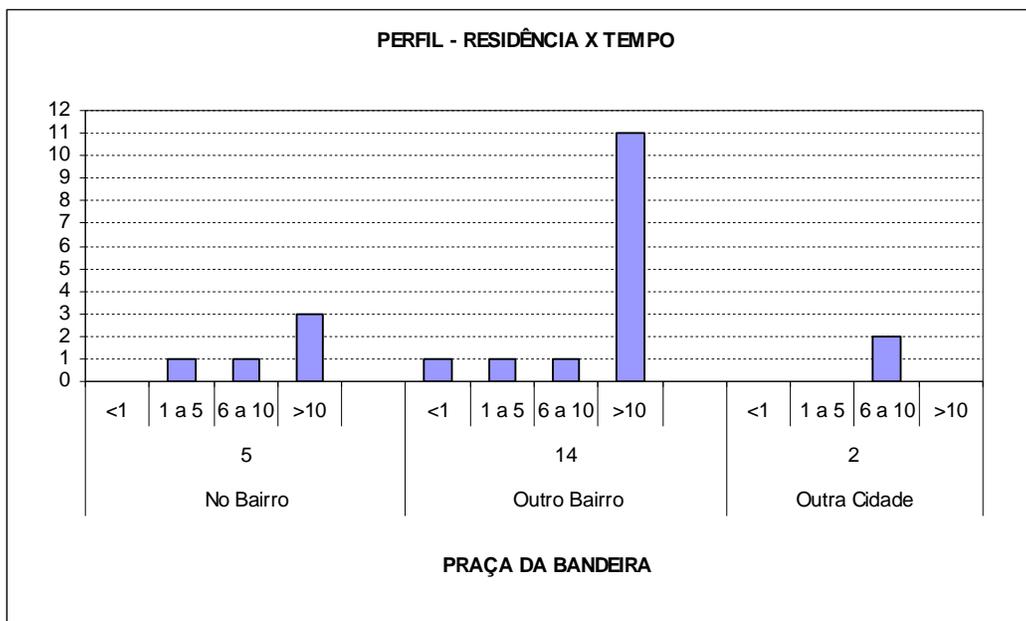


Figura 17: Perfil – Residência x Tempo
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

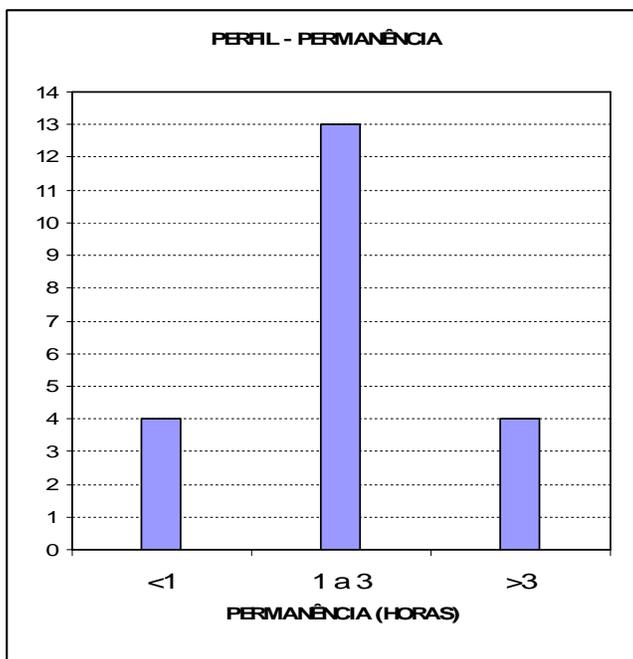


Figura 18: Perfil – Permanência (Horas)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Tal afirmação é reforçada pelos resultados da análise de tempo de permanência (Fig.18) e frequência (Fig.19) que delinearão claramente os usuários permanecendo no local entre 1 e 3 horas, caracterizados por pessoas esperando transporte, aguardando serem atendidas por clínicas médicas situadas no entorno da praça ou simplesmente relaxando após expediente de trabalho. As pessoas que permanecem mais de 3 horas são as que usufruem da estrutura e equipamentos locais

para o trabalho, a exemplo de donos de quiosques, chaveiros, taxistas, enfim, toda uma gama de trabalhadores que dependem diretamente da praça para seu sustento. Com relação

à frequência, os maiores valores foram verificados por trabalhadores do entorno e por aqueles que trabalham na própria praça.

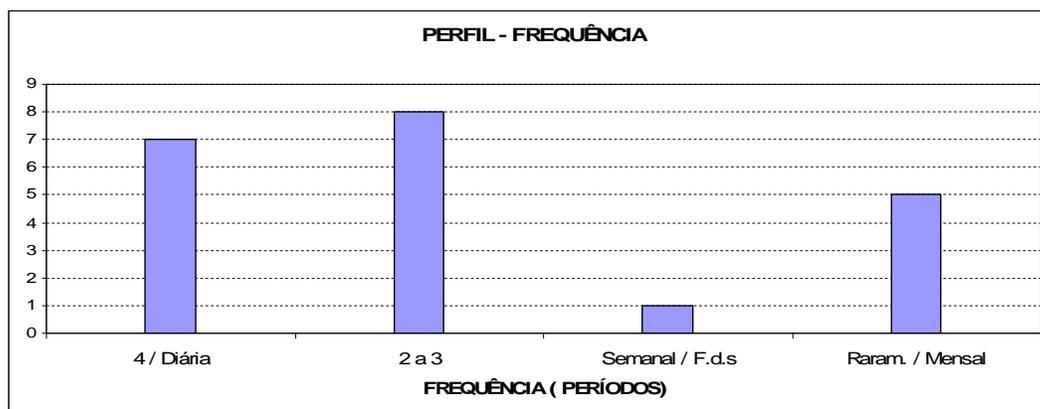


Figura 19: Perfil – Frequência

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Passada a segunda etapa do trabalho de pesquisa, e tendo em mãos um perfil detalhado de cada usuário entrevistado, conseguimos dar prosseguimento embasado em informações reais sobre os usuários do espaço. Seguindo o questionário como guia de pesquisa (Apêndice 04), submetemos os frequentadores a perguntas de dimensão íntima com a praça estudada. Perguntados sobre o que os motivam a frequentar a praça, muitas pessoas citaram o lazer como o principal motivo.

Considerando como sub-funções do lazer, o descanso, a caminhada e a contemplação, podemos afirmar que a “natureza” desempenha um papel fundamental na relação da praça com seus frequentadores.

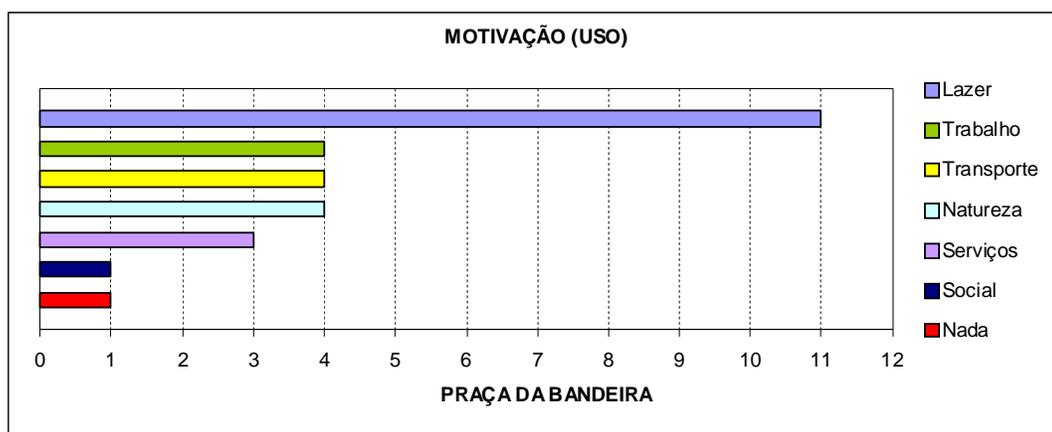


Figura 20: Motivação ao uso

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

O resultado obtido na tentativa de apreender as sensações seletivas e espontâneas (Fig.20 e 21) nos mostrou um fato muito importante no objetivo da busca por respostas acerca da sustentabilidade da cidade, a presença da “natureza” foi amplamente citada quando perguntado aos frequentadores “o que lhe agrada de imediato?”, concluímos dessa maneira que o lazer e a “natureza” estão intimamente relacionados ao cotidiano social da Praça da Bandeira.

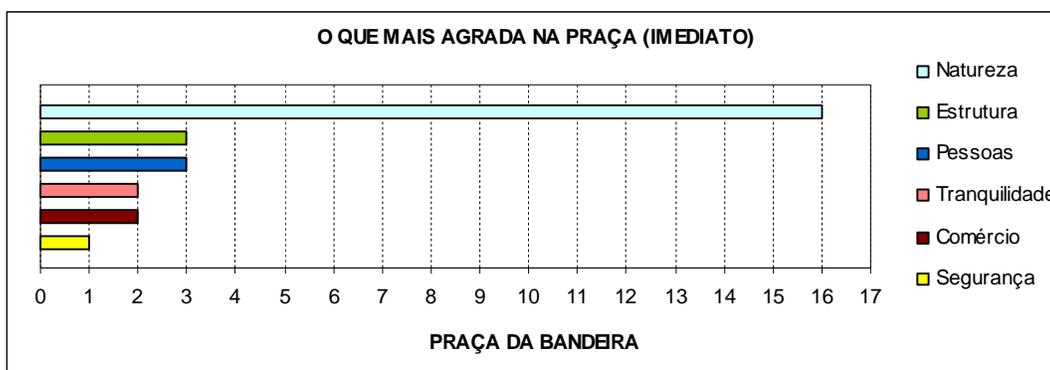


Figura 21: O que mais agrada na praça (Imediato)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Quando avaliada individualmente pelos frequentadores (Fig.22), a praça obteve valores positivos na opinião de 43% das pessoas e 28,5% a consideraram regular, sobressaindo nesses valores a “natureza” e a segurança, esta proporcionada pela nova iluminação além do contato social.

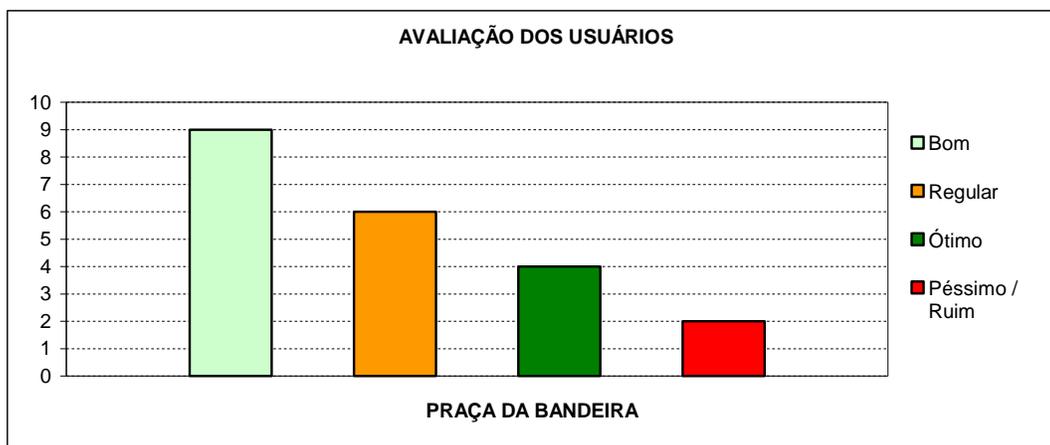


Figura 22: Avaliação dos usuários
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 23: Museu da Bandeira
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 24: Mastro central
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

do local.

No tocante ao conhecimento individual dos usuários e abordadas categorias como: toponímia, histórico do local (implantação e reformas), eventos e presença de monumentos, o resultados nos trouxe informações valiosas. Quase que a totalidade das pessoas (20) soube o nome da praça, mas poucos (3) conheciam sua história. Quanto ao seu histórico de reformas percebemos que as respostas positivas vieram de pessoas mais velhas ou que trabalham há algum tempo no entorno ou no local. Essa característica se

De acordo com Del Rio (1996), a motivação dos usuários é composta por duas vertentes quais sejam, o interesse e a necessidade que juntas levam os frequentadores a seus distintos usos e apropriações. A Praça da Bandeira mesmo com alguns problemas detectados, foi avaliada positivamente de forma geral devido às condições de sua estrutura em proporcionar lazer, contatos pessoais e contato com a “natureza”, mostrando-se adequada ao uso que oferece.

Ao levantar que tipo de uso se configurava predileto das pessoas que frequentam a praça observou-se novamente a relação lazer/ “natureza”. Em 21 entrevistas realizadas no local, o uso de equipamentos, estrutura e serviços foram lembrados nove vezes cada. Esses resultados nos ajudaram a entender o mecanismo de funcionamento da praça e aquilo que as pessoas buscavam e esperavam

repete com relação aos eventos. Algumas pessoas em suas respostas ora consideraram o Museu da Bandeira (Fig.23), ora a própria Bandeira Nacional estada no grande mastro central (Fig.24) como monumentos e patrimônio.

No questionário elaborado para as entrevistas tentamos de forma proposital relacionar os aspectos cognitivos e motivacionais que cada indivíduo nos apresentava, assim conseguimos identificar uma estreita relação da “natureza” com os motivos que os usuários têm como os mais fortes.

Essa relação foi lembrada em 16 ocasiões nas entrevistas, enquanto que estrutura, tranquilidade e contatos pessoais, foram citados em 10 ocasiões.

Todas as nuances explicitadas reaparecem na abordagem feita sob a ótica da dimensão interativa, quando solicitados a analisarem quesitos como acesso, situação, ambiente social e equipamentos (Fig.102).

Considerados como “ótimo” na avaliação interativa, acesso e ponto de encontro se destacaram pela centralidade marcante da praça e pela sensação de tranquilidade e aconchego que a “natureza” e a iluminação passam para seus frequentadores. Seu caráter funcional foi destacado através de contato com a natureza devido à grande quantidade de árvores, da presença de quiosques, banca de revista, barracas e comércio informal (Fig.25, 26 e 27)



Figura 25: Comércio Informal

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 26: Banca de revista
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 27: Quiosques de alimentação
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

De maneira contraditória a questão da segurança apresentou resultados distintos, usuários que freqüentam a praça no período noturno afirmaram que o local apresenta segurança satisfatória devido à nova iluminação, enquanto que usuários que freqüentam a praça em outros períodos avaliaram de forma extremamente negativa a segurança, a ausência de equipamentos de lazer e o potencial do lugar para festas e afins, todos esses quesitos compreendidos dentro de ambiente social da praça.

Na Praça da Bandeira foram encontradas pouquíssimas opções de lazer, fora o descanso e a contemplação. A ausência de quadra esportiva e estrutura para a terceira idade determinaram uma avaliação “razoável/ ruim” no quesito lazer.

Quando solicitados a avaliar equipamentos, ficou claro que os usuários se ressentem de uma quantidade maior de lixeiras ao tempo em que consideram boas as instalações de parada de ônibus (Fig.28) e telefonia pública (Fig.29).



Figura 28: Ponto de ônibus (Av: Barão de Maruim)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 29: Telefones públicos
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Praça da Bandeira		
Lazer	Contemplativo	16
	Caminhada	14
	Esporte	2
	Descanso	21
Social	Eventos	6
	Festas	0
	Encontros	2
Ecológica	Arborização	21
	Ventilação	21
Educativa	Signos	8
	Monumentos	3
Econômica	Formal	15
	Informal	19

Quadro 04: Funções da praça (visão dos usuários)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

ventilação. A entrevista destacou também a forte presença da função econômica, percebida de forma intensa pelos frequentadores. No entanto, foi observada a subutilização do Museu da Bandeira como espaço / função educativa.

A visão geral dos entrevistados veio corroborar com as características levantadas pela Ficha de Avaliação prévia (Fig.101).

O Quadro 04 mostrou de forma objetiva de que maneira os frequentadores percebem o espaço ao seu redor, conseguindo interpretar aquilo que lhes está sendo apresentado na forma de sensações e imagens. Isso prova a capacidade cognitiva das pessoas que atuando na qualidade de atores sociais, influenciam e são influenciados pelo ambiente em que estão inseridos.

A cada avanço nas entrevistas, buscou-se interagir na busca da apreensão da percepção ambiental dos atores sociais envolvidos na pesquisa com o objetivo de coletar informações essenciais na formação do quadro de cada praça. O passo seguinte forneceu aspectos cognitivos importantes na organização das imagens recebidas e formadas através da memória dos frequentadores sobre o local.

Perguntados “qual a primeira imagem que lhes vinham à cabeça se fechassem os olhos”, mais de 60% dos entrevistados relacionaram de forma positiva imagens da “natureza” para representar a Praça da Bandeira e pouco mais de 40% das respostas apontaram negativamente pontos como o trânsito e o cotidiano das pessoas. Sendo que, das 21 entrevistas realizadas na presente praça, todas citaram a praça pública como um espaço

Tão importante quanto à avaliação dos entrevistados, foi descobrir através do questionário a visão crítica dos frequentadores da praça quanto a sua função, adentrando a dimensão biofísica do trabalho (Quadro 04), dentro do rol proposto na pesquisa, funcionalmente os resultados mais relevantes dizem respeito a lazer e suas sub-funções de descanso e contemplação, além da função ecológica e suas sub-funções de arborização e

importante ou imprescindível para a cidade de Aracaju, além de afirmarem que na opinião pessoal de cada entrevistado a “natureza” se fazia presente na praça.

Nessa fase da pesquisa os dados mostraram que as pessoas que utilizam o espaço para trabalho, descanso e contemplação, ou seja, que passam um período de tempo maior presente na praça, foram as que relataram com maior precisão perguntas relacionadas à percepção.

As respostas apresentadas (Fig.30) sobre a visão dos freqüentadores a respeito da ação de outras pessoas ou grupos trouxeram subsídios para se entender o ciclo de funcionamento da Praça da Bandeira.

Na análise dos dados apresentados na Figura 30, concluiu-se que devido às características de centralidade e estar intimamente ligada a serviços e comércio, a praça se assemelha a própria cidade, pulsando de forma intensa durante os dias da semana e tendo seu uso drasticamente reduzido nos fins de semana, assim como o centro da cidade de Aracaju. Verificou-se a presença maciça de jovens durante a semana, principalmente em horários de saída escolar e a forte presença de adultos no período da noite e durante a semana, fato gerado pela presença dos quiosques de alimentação.

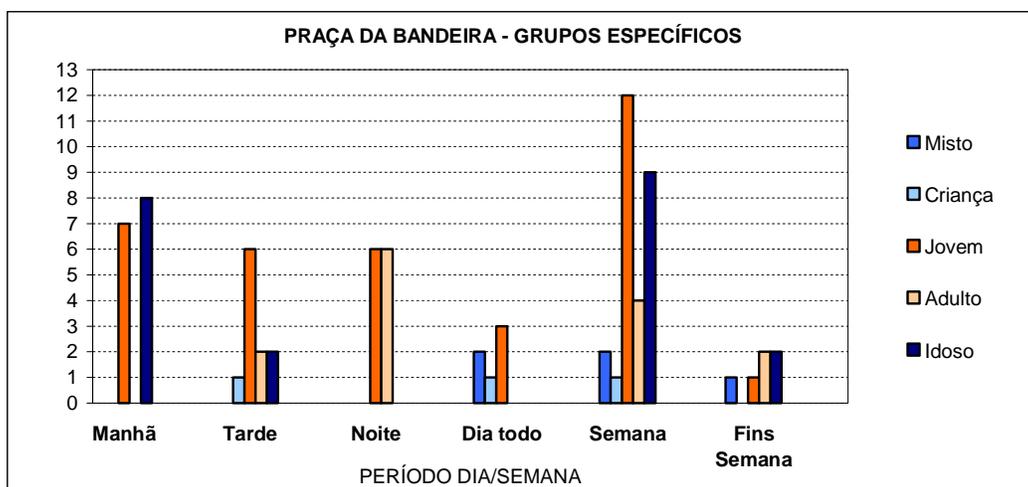


Figura 30: Grupos Específicos
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

A deficiência da praça em ofertar lazer infantil e lazer esportivo foi demonstrada pela quase que total ausência de crianças na opinião dos entrevistados (Fig.30).

O relato sobre a ação das outras pessoas reafirmou o que havia sido dito anteriormente, os quesitos relacionados à qualidade de alguns equipamentos, estrutura e serviços foram amplamente citados (Fig.31).

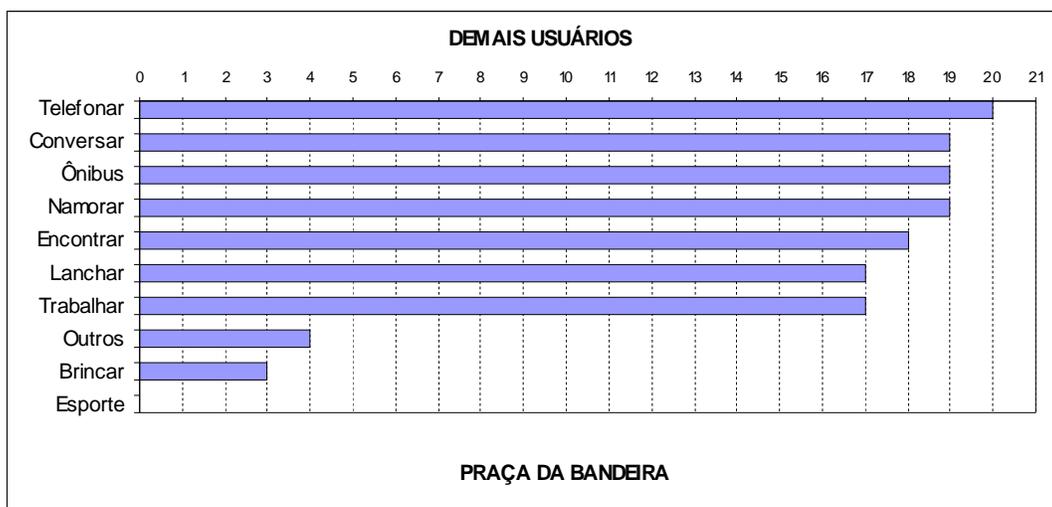


Figura 31: Demais usuários (visão dos entrevistados)
 Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Os aparelhos de telefonia pública foram classificados com uma boa nota de acordo com seu estado de conservação e funcionamento liderando a percepção dos frequentadores quanto à ação de pessoas que os rodeiam. Em seguida, observou-se o caráter interpessoal, o transporte e o encontro como ações bastante percebidas, enquanto que negativamente esporte e brincar foram pouco citados enquanto ações de terceiros.

Ainda na busca de respostas sobre opinião, ação e comportamento dos usuários, foi solicitado que opinassem sobre “o que reformariam na praça” se tivessem essa oportunidade. Obtiveram-se respostas que apontaram Estrutura (16) e Equipamentos (14), e na seqüência, Serviços (8) e Obras/ Patrimônio (3), respectivamente. Como argumentos para estrutura e equipamentos observaram-se as péssimas condições do calçamento de pedras portuguesas em vários locais e as precárias condições de alguns bancos, além de insuficiência de lixeiras.

Vale citar o fato da pergunta realizada no questionário não limitar as respostas pela capacidade real de reformarem o espaço, a pergunta aborda um lado hipotético da ação. Mas quando perguntados enquanto usuários e cidadãos, quais atitudes teriam ou poderiam ter em relação a uma melhoria do espaço, “66% responderam que teriam uma atitude positiva relacionada à limpeza e ao zelo da praça, enquanto que 34% responderam não ter a intenção de “fazer nada”.

A respeito da Praça da Bandeira, ficaram algumas impressões muito positivas, como a relação direta da “natureza” com os frequentadores e as atitudes positivas que uma maioria tem em detrimento a praça e aos demais frequentadores.

Na primeira metade do séc. XX, o crescimento econômico do Estado influenciou diretamente na vida da cidade. Nessa época, o Estado iniciou a implantação dos equipamentos urbanos importantes, como água encanada e bondes a tração animal (1908), energia elétrica (1913), serviços de esgoto (1914), rede de telefonia (1919) e bondes elétricos (1926), o que permitiu uma maior extensão do perímetro construído e o surgimento dos bairros Santo Antonio, 18 do Forte e Aribé, atualmente denominado Siqueira Campos.

Hoje um dos maiores bairros da Zona Norte de Aracaju, o Siqueira Campos ainda é muito conhecido entre a população pelo seu nome inicial: Aribé. A região era famosa pela grande produção de vasos de cerâmica – os aribés – e acabou sendo conhecida na cidade em decorrência do utensílio produzido.

Em torno de 1915, a Rede Ferroviária Federal chegou a Aracaju, com maior intensidade nessa área, acompanhada do surgimento de diversas oficinas para manutenção dos trens, trilhos e equipamentos ferroviários. Por isso, o local passou a ser conhecido também como Bairro das Oficinas.

Segundo o historiador Luiz Antônio Barreto, só depois da revolução de 1930 é que a região passou a se chamar Siqueira Campos. “Depois do levante tenentista do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, Sergipe resolveu então homenagear um dos “18 do Forte”: Antônio de Siqueira Campos”.

Conhecida popularmente pelo mesmo nome do bairro a “Praça do Siqueira”, tem em seu verdadeiro nome, Praça Dom José Thomaz, uma homenagem ao primeiro bispo de Aracaju.

Algumas impressões foram percebidas de imediato nas visitas realizadas a praça com o objetivo de levantar e caracterizar o espaço, o grande fluxo de pessoas é nitidamente favorecido pela facilidade de deslocamento proporcionado pelo grande número de ônibus



Figura 34: Ponto de ônibus (R: Santa Catarina)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

que saem do ponto localizado junto à praça (Fig.34).

Essa grande movimentação de pessoas que a praça tem como característica marcante influencia diretamente no contexto que será explicitado neste capítulo.

Primeiramente o espaço é o reflexo do bairro ao qual está inserido. Hoje, o

Siqueira Campos se configura como um segundo centro comercial da cidade, concentrando principalmente o setor de prestação de serviço.

Localizada no “Eixo Histórico” sentido Leste / Oeste (Fig.02), a Praça Dom José Thomas – de agora em diante simplesmente Praça do Siqueira – conserva as características encontradas em bairros mais centrais da cidade de Aracaju. A proximidade de uma das vias (R: Santa Catarina) mais importantes do bairro, responsável pelo escoamento de um fluxo grande de carros, e por se configurar como via de saída da cidade, colabora diretamente com a classificação funcional da praça.

De acordo com De Angelis et al (2000b), o espaço pode ser classificado como: praça de igreja, de descanso e/ou recreação e de circulação. Seu caráter multifuncional atrai um perfil muito diversificado de usuários que usam o espaço das mais variadas formas e ao longo de todos os períodos do dia.

Durante o processo de levantamento dos equipamentos para elaboração da Ficha de Caracterização (Apêndice 01) e registros fotográficos, confirmou-se a multifuncionalidade da Praça do Siqueira e foi verificado o mesmo problema detectado na Praça da Bandeira,



Figura 35: Estado de conservação das rampas de acesso
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

qual seja a falta de adequação das rampas de acesso para deficientes físicos e idosos.

espaços de convívio público devido à falta de manutenção na estrutura e equipamentos nesta e em outras praças.

Segundo relatos de trabalhadores informais entrevistados, “esses probleminhas estão ai há anos”, nas visitas observou-se que não são apenas os problemas relacionados à estrutura e

O calçamento e as rampas de acesso (Fig. 35 e 36) encontram-se em péssimas condições demonstrando a falta de preocupação da administração pública com esses usuários. Com efeito, as pessoas portadoras de deficiência e os idosos são constantemente renegados nos

Fig. 35 e 36) encontram-se em péssimas condições demonstrando a falta de preocupação da administração pública com esses usuários. Com efeito, as pessoas portadoras de deficiência e os idosos são constantemente renegados nos



Figura 36: Estado de conservação do calçamento
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo,



Figura 37: Equip. p/ prática de exercícios físicos
 Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 38: Estrutura das mesas
 Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

equipamentos que dificultam a acessibilidade de todos.

Igualmente à Praça da Bandeira o público infantil é preterido quando o espaço que lhe é reservado, devido à falta de cuidado, manutenção e vandalismo se tornam inapropriados para o uso. Mesmo assim existem pais que “arriscam” conduzindo suas crianças para o lazer nesses equipamentos e espaço presentemente inadequados.

A estrutura e os equipamentos reservados a terceira idade (Fig.38) também se encontram sem cuidado e ainda assim, são usados freqüentemente por essa faixa etária. A praça abriga uma quantidade significativa de pessoas idosas, tanto pela exclusividade do local em oferecer lazer no bairro, quanto pela quantidade de serviços oferecidos no seu interior e ao redor. Tais

como: bancos, supermercado, lanchonetes, padaria, lojas, igreja, enfim, uma rede de serviços muito vasta.

Outra característica importante encontrada na praça foi sua conformação espacial. De acordo com classificação proposta por De Angelis et al (2000b), o local se configura como praça conformada por duas vias paralelas e uma ortogonal a elas, sendo que a quarta face é ocupada por edificações.

Os resultados adquiridos na avaliação inicial (Fig.101) não foram muito expressivos. Com relação aos equipamentos obteve-se uma nota final razoável, destacaram-se negativamente os bancos, os equipamentos para portadores de deficiência, as lixeiras e o estado geral da vegetação, os itens de estrutura obtiveram resultados ainda piores, com destaque negativo para o péssimo estado do calçamento e estruturas deficitárias para crianças, jovens e idosos.



Figura 39: Lixeiras de coleta seletiva
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 40: Palco
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 41: Placa de identificação da praça
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

de uso e conservação.

A Praça é servida apenas por duas lixeiras (Fig.39), em um único ponto, esquina da Rua Neópolis com Rua Santa Catarina, devotando insuficiência desse serviço. Afora essas, foi observado apenas lixeiras pertencentes aos quiosques.

Obras / Patrimônio alcançou um resultado razoável bem próximo de uma avaliação péssimo/ruim, mesmo considerando a ocorrência de palco (Fig.40), obras de arte (busto) e placa de identificação da praça (Fig.41), pois o que pesou negativamente foi o estado de conservação desses quesitos.

Finalizando a avaliação do espaço os resultados não foram animadores. Destaque negativo para o nível de insegurança apresentado pela praça, verificada nas visitas diárias e pelos comentários das entrevistas realizadas.

Analisados somente em quantidade e estado de conservação, os quiosques alcançaram uma boa nota, cooperando de forma positiva na avaliação geral dos serviços ocorrentes.

Quando analisada de forma global, em função dos parâmetros considerados na Ficha de Avaliação (Fig.101), a Praça Dom José Thomaz mostrou-se deficiente sob vários aspectos, em sua grande maioria avaliada em péssimas condições

6.2.1- Perfis e Percepções

Demandando uma quantidade superior de entrevistas comparada a outras praças, devido ao grande fluxo de pessoas observado no momento das visitas e dos registros fotográficos, foram realizadas 32 entrevistas sendo (17) homens e (15) mulheres entrevistados.

Assim como na Praça da Bandeira, encontrou-se um perfil de freqüentadores muito variado quanto à ocupação, idade, escolaridade, local de residência, tempo de residência, freqüência e permanência no local.

Realizadas de maneira que pudesse “mapear” o local e seus freqüentadores, as entrevistas desvelaram informações que permitiram a caracterização da Praça sob o olhar de seus usuários.

Mesmo apresentando muitas deficiências, a praça é ocupada, apropriada e usada de forma muito intensa, principalmente por prestadores de serviços, tipo de ocupação mais



Figura 42: Comércio local na Rua Sergipe
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 43: Comércio local na Rua Santa Catarina
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

recorrente nas respostas de 44% dos usuários, que consideram o comércio das ruas do entorno da Praça uma extensão da mesma.

As ruas Sergipe e Santa Catarina concentram grande parte do comércio e serviços presentes no entorno da praça, definindo quase que exclusivamente o funcionamento diário do local.

A sua localização próxima a saída da cidade via Av. Osvaldo Aranha / BR-101 faz com que o espaço receba um bom fluxo de pessoas advindas de municípios próximos da capital, como Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras, entre outras. Esse fluxo é basicamente composto de estudantes e trabalhadores informais.

A presença de instituições de ensino privado e público nas imediações da praça foi fator preponderante para que 22% dos entrevistados fossem estudantes. Outra

influência do bairro sobre a praça diz respeito à faixa etária dos usuários, delineada na Figura 45 com 13% de aposentados. O bairro Siqueira Campos por ser um dos mais antigos de Aracaju, abriga uma população considerável de pessoas da terceira idade.

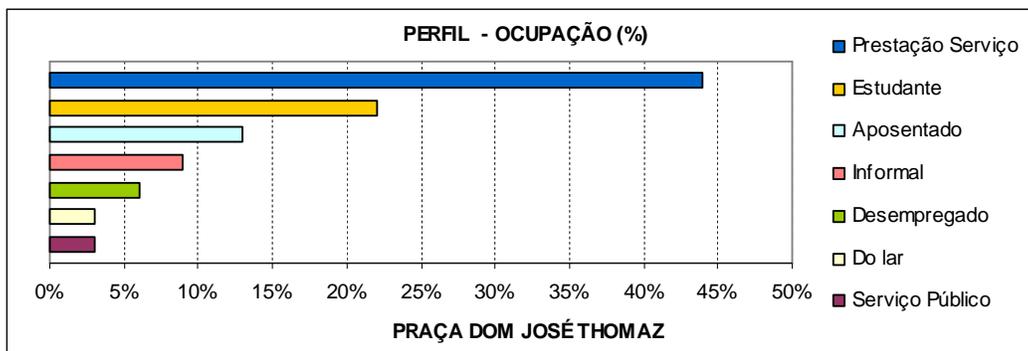


Figura 44: Gráfico Perfil – Ocupação (%)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Mesmo em diferentes proporções o perfil de ocupação da Praça do Siqueira teve representantes de todas as tipificações propostas, em especial os prestadores de serviço. Perceptivelmente em alguns períodos como finais de tarde durante a semana, destacam-se os aposentados nas mesas de dominó, enquanto outros preferem usar o local para “namorar”, ação facilitada pela presença de garotas de programa, segundo relato de alguns entrevistados. Já a presença de trabalhadores informais (9%), muitos se estabelecendo de forma definitiva no espaço, que somados aos 44% de prestadores de serviços demonstram a força que o comércio e o fluxo constante de pessoas têm sobre o funcionamento da praça.



Figura 45: Barracas de comércio informal (lanches)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Assim como o perfil de ocupação dos entrevistados (Fig.44) a distribuição por faixa etária também se apresentou bastante variada, mas com maiores percentuais encontrados entre 31 – 45 anos (40%) e 15 – 30 anos (31%), correspondendo à representatividade de prestadores de serviços e estudantes. As pessoas entre 46 – 60 anos representaram 15% da amostra e com mais de 61 anos 14%, podendo relacioná-los, sobretudo aos aposentados, mas também aos desempregados, do lar e àqueles ocupados no mercado informal



Figura 46: Trailler de chaveiro (com pneus vazios)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Diferentemente da Praça da Bandeira, os estudantes entrevistados na Praça do Siqueira (22%) representaram um contingente mais significativo no total das entrevistas (32) realizadas no local, justificado pela ocorrência de várias escolas e por ser um “ponto” de chegada e partida. Com efeito, foram identificados estudantes do colégio Senhor do Bonfim, mas também de outras situadas em bairros adjacentes, onde a maioria residente na

cidade vizinha de Nossa Senhora do Socorro, sendo que cinco destas foram entrevistadas.

Quanto à escolaridade, 44% têm ensino fundamental incompleto; 19% ensino fundamental completo que, somados, representam mais da metade dos entrevistados.

O resultado do restante do perfil de escolaridade ficou disposto como demonstrado na Figura 47. Com ensino médio completo e incompleto nove entrevistados (28%); dois com nível superior e um com curso técnico.

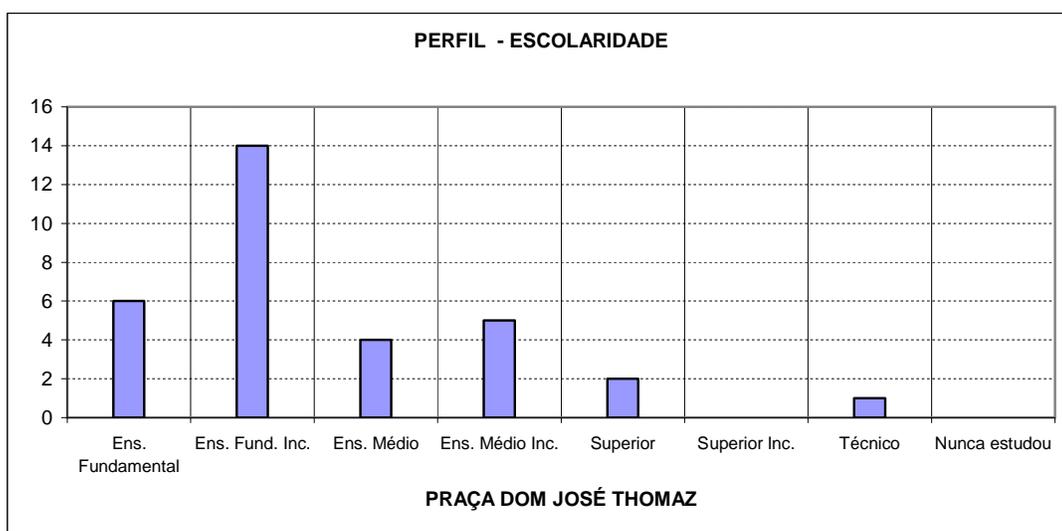


Figura 47: Gráfico Perfil - Escolaridade
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

As respostas a respeito do local de residência e tempo de residência não trouxeram grandes surpresas no contexto geral da pesquisa, obtivemos uma amostra de 15 pessoas

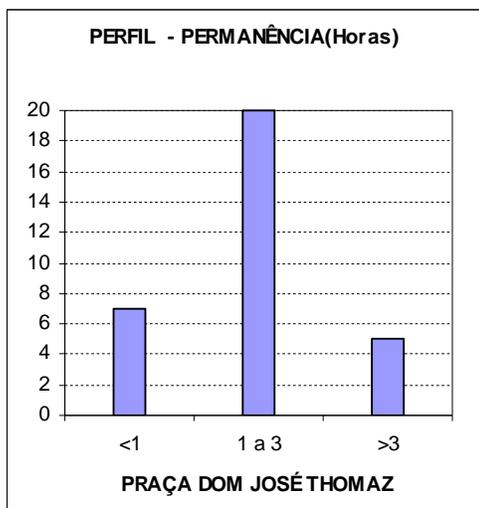


Figura 48: Gráfico Perfil – Permanência (horas)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

residentes no próprio bairro, 12 pessoas residentes em outros bairros e 5 pessoas residentes em outras cidades.

Quanto ao tempo de permanência (Fig.48) e frequência em dias (Fig.49) foi constatado um índice de permanência entre 1 a 3 horas pela maioria dos entrevistados (20) e o maior índice de frequência semanal dentre as praças pesquisadas (17 pessoas afirmaram frequentar o local quatro vezes por semana). Tal realidade justifica-se pelo fato da praça receber trabalhadores do entorno, estudantes, trabalhadores

informais, pessoas que buscam deslocamento para outras áreas de cidade e moradores do próprio bairro.

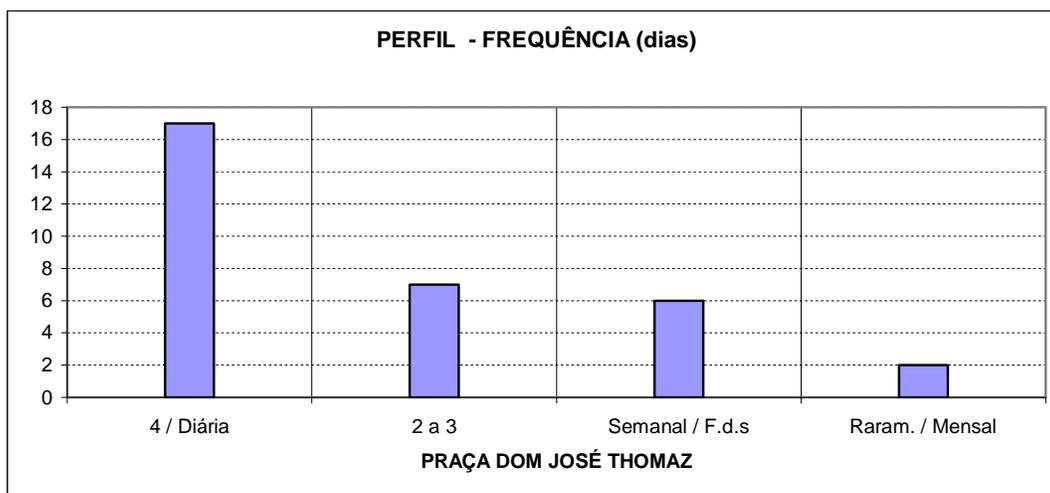


Figura 49: Gráfico Perfil – Frequência (dias)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Completada a etapa dos perfis dos frequentadores, iniciou-se a dimensão íntima da pesquisa, embasada na investigação dos verdadeiros interesses e necessidades dos entrevistados.

Novamente o lazer obteve altos índices relacionados à motivação pessoal dos frequentadores, diferentemente da Praça da Bandeira, aqui se observou atividades de lazer mais ligadas ao social, isto é, intimamente associada à diversão (quiosques) e também ao

descanso, assim como foram poucas respostas que associaram o lazer a presença da “natureza”. A localização e a facilidade de deslocamento elevaram os valores dados a transporte, enquanto que as atividades ligadas à prestação de serviços e ao comércio formal e informal foram responsáveis pelas respostas associadas aos serviços (Fig.50)

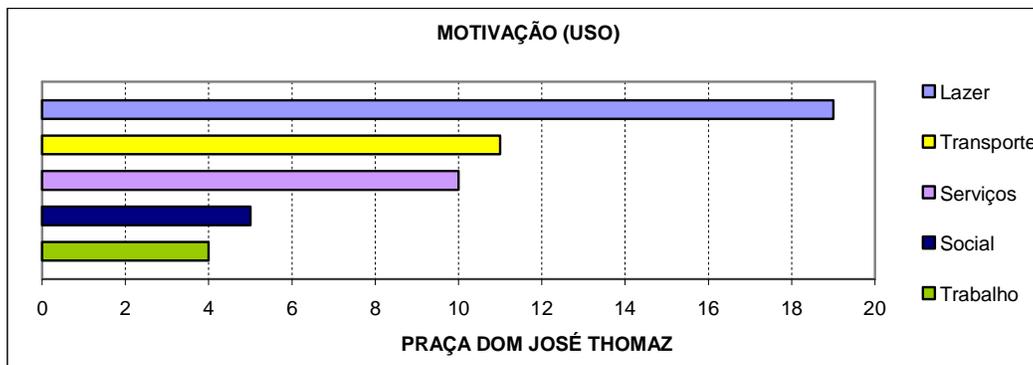


Figura 50: Motivação ao uso

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

As percepções imediatas através das sensações seletivas e espontâneas mostraram que o ambiente social da praça favorece o encontro, a co-presença e a interação social. Aqui a “natureza” não assume o papel principal no contexto do espaço, mas sim as pessoas. Destaque negativo nessa etapa do processo foi o quesito segurança, citado em apenas uma ocasião (Fig.51).

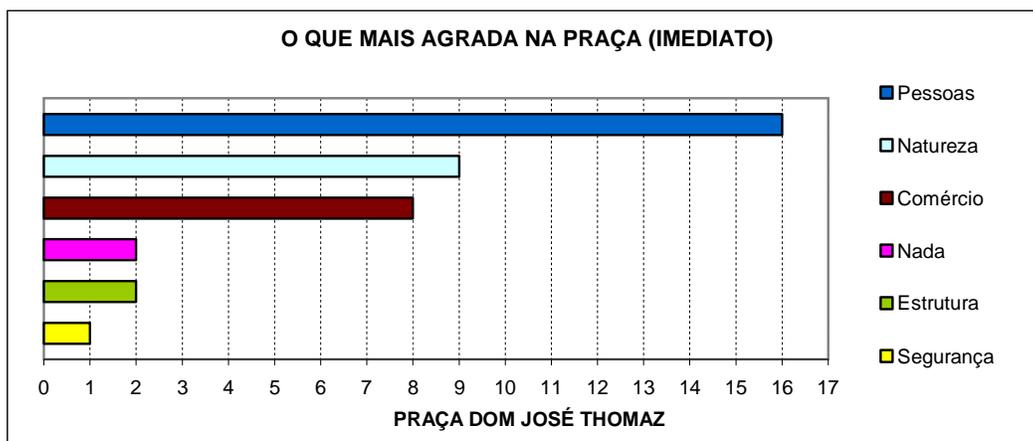


Figura 51: O que mais agrada na praça (Imediato)

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Com o objetivo de avaliar a praça, buscou-se através de imagens e memórias informações de como os usuários avaliariam a Praça do Siqueira em comparação com outras de seu conhecimento. A Praça é considerada péssima / ruim por quase metade dos

entrevistados (47%) e regular por (28%). No outro extremo da avaliação, apenas (4%) a consideraram ótima, enquanto 21% a consideraram boa (Fig.52).

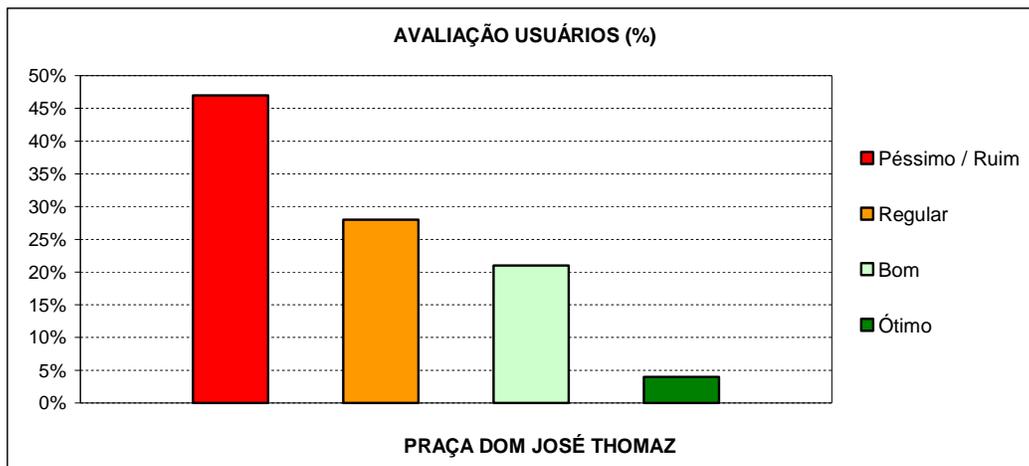


Figura 52: Avaliação dos usuários (%)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 53: Visão da Praça pela Rua Sergipe. Conjunto de quiosques em primeiro plano e igreja ao fundo, na Rua Distrito Federal.

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

As drogas, a prostituição e a insegurança foram os fatores negativos mais citados e que colaboraram para a avaliação mais negativa. Dessa maneira, os entrevistados deixaram claro o seu descontentamento com relação à segurança e ao policiamento. Em algumas entrevistas foi relatado até um assassinato ocorrido nas vésperas do trabalho de campo.

A Praça se apresenta como local estratégico de encontro, de transporte, de lazer e devido a essa realidade, apresenta também significativo comércio e serviços. Com efeito, quando perguntados sobre o que usam na

praça, serviços foram citados vinte e quatro vezes, estrutura dezessete vezes e

equipamentos onze vezes. Embora alguns frequentadores citarem fazer vários usos, é evidente que a existência dos quiosques e do comércio influi no uso primordial dos serviços que a praça oferece.

O uso intenso do local revelou um alto índice de conhecimento dos frequentadores no que diz respeito ao nome da praça, enquanto que pouquíssimos sabiam sua época de implantação, mas com um perfil de frequência maior caracterizado pelo uso diário do espaço, o conhecimento a respeito de reformas e eventos foi ampliado.

Perceberam-se uma ligação estreita entre o uso e a presença dos quiosques, responsáveis pela perda de vínculo da praça com a igreja, citada raramente nas entrevistas. Podemos observar a ruptura na captação visual da paisagem ao longo do espaço, posto que no primeiro plano destacam-se os quiosques (Fig.53).

Relacionando fatores de empatia dos frequentadores com sua real motivação de uso, pode-se afirmar que o caráter social da Praça do Siqueira se caracteriza como a mola mestra de seu funcionamento, posto que a presença de variados atores sociais legitime a praça como o coração pulsante do bairro.



Figura 54: Equipamentos de lazer infantil depredados
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 55: Estado de conservação precário dos sanitários
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Ao analisar a avaliação interativa dos frequentadores (Fig.102) quanto ao acesso, à situação, ao ambiente social e aos equipamentos, observou-se que os níveis mais elevados, foram alcançados pelo acesso, facilitado por vias de intenso fluxo de pessoas e veículos, pelo caráter social da praça enquanto ponto de encontro e pela presença do comércio local. Na contramão desses valores constataram-se quesitos avaliados como péssimos pelos frequentadores, tais como: local de lazer, segurança e local para festas (ambiente social) e bancos, lixeiras, telefone público, ponto de ônibus e sanitários (equipamentos).

A avaliação negativa foi perfeitamente justificada quando observado o estado de conservação de determinados equipamentos da praça. E, em alguns casos, da quase ausência, de lixeiras e bancos com encosto em vários pontos.

Os relatos de assaltos ocorridos na praça estabelecem um comportamento padrão nos usuários do espaço, qual seja a grande preocupação com segurança e policiamento, tornando-a um local inseguro para os frequentadores e também para manifestações populares como festas e afins.

Após avaliarem de forma interativa, os frequentadores responderam perguntas pertencentes à dimensão biofísica. O objetivo proposto nessa etapa foi a obtenção de informações sobre a organização da memória, imagens, condutas e expectativas dos frequentadores.

Praça Dom José Thomaz		
Lazer	Contemplativo	8
	Caminhada	10
	Esporte	30
	Descanso	25
Social	Eventos	7
	Festas	14
	Encontros	2
Ecológica	Arborização	30
	Ventilação	24
Educativa	Signos	1
	Monumentos	14
Econômica	Formal	28
	Informal	31

Sob um foco mais amplo e do ponto de vista dos entrevistados a praça se configurou funcionalmente de acordo com dados do Quadro 05.

Destaques positivos da função lazer, as sub funções de esporte e descanso foram citadas muitas vezes pela existência de duas quadras esportivas no local e pelo índice de pessoas que permanecem na praça por um período entre 1 – 3 horas.

A função social foi reforçada pelo conhecimento dos entrevistados a respeito da vida cotidiana da praça, relatos indicam a existência de “pagodes” promovidos pelos quiosques.

Quadro 05: Funções da praça (visão dos entrevistados)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Ecologicamente mesmo não possuindo uma vegetação muito extensa, arborização e ventilação foram sub funções amplamente citadas, assim como a função econômica, justificada pelo comércio formal e informal.

Determinado como cada frequentador entrevistado compreendeu funcionalmente o espaço ao qual está inserido, buscou-se apreender do ponto de vista cognitivo quais imagens e memórias formatam suas opiniões, ações e comportamentos em determinados locais e situações. Solicitados a relacionarem visualmente aquilo que mais lhe agradavam com a imagem que mentalmente possuíam da praça, o resultado enfatizou o caráter dicotômico de muitas respostas, mesmo conseguindo apontar de forma clara suas

preferências, a imagem mental serviu para “lembrá-los do senso crítico a respeito das deficiências do espaço”. Se de um lado a presença de pessoas, de bares e diversão demonstrou influências positivas sobre a opinião dos usuários, por outro, o estado de conservação da praça, a vida cotidiana corrida e a insegurança definiram imagens negativas do espaço.

As opiniões adversas sobre a importância da praça na vida cotidiana dos cidadãos foram minoria nas respostas obtidas, em grande parte os frequentadores destacaram o espaço como importante ou imprescindível para a cidade. Seguindo o mesmo padrão de respostas, muitos consideraram a natureza presente na praça, amplamente apoiados na vegetação existente, mesmo que escassa.

Quanto à sociabilidade do local a participação dos frequentadores foi surpreendente com preenchimento / respostas em todos os quesitos propostos pelo questionário, como demonstrados na Figura 56. Nas entrevistas foi confirmada a presença de usuários de drogas e garotas de programa no ambiente social da praça. Todas as características apresentadas anteriormente reaparecem na percepção dos usuários entrevistados, o encontro social, o deslocamento para outras áreas, a presença de quiosques e comércio em geral, as quadras esportivas, conformando os fatores relevantes no funcionamento da praça.

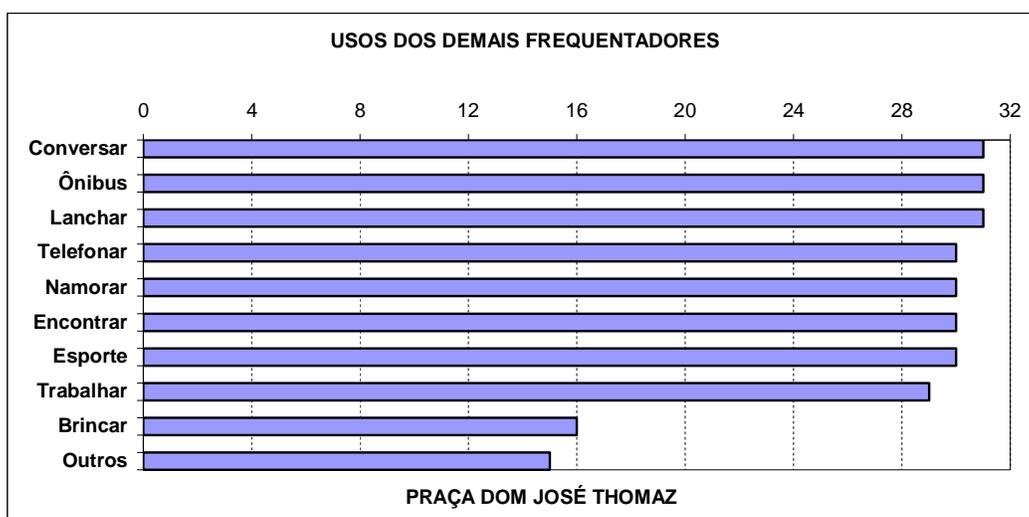


Figura 56: Usos dos demais frequentadores (Visão dos entrevistados)

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Identificadas as ações, foi solicitado aos frequentadores que fossem mais específicos e relatassem a disposição da frequência de determinados grupos.

A presença intensa de estudantes e pessoas em busca de diversão nos bares foi preponderante para que o grupo jovem se destacasse (Fig.57), em colaboração os quiosques foram responsáveis pelo alto índice de frequência noturna de jovens e adultos. O perfil do bairro Siqueira Campos direcionou os dados relacionados à frequência de idosos, marcadamente presentes na praça no período da tarde.

Assim como a Praça da Bandeira, a Praça do Siqueira recebe influência direta da vida comercial do bairro, verificada através do declínio de frequência nos finais de semana.

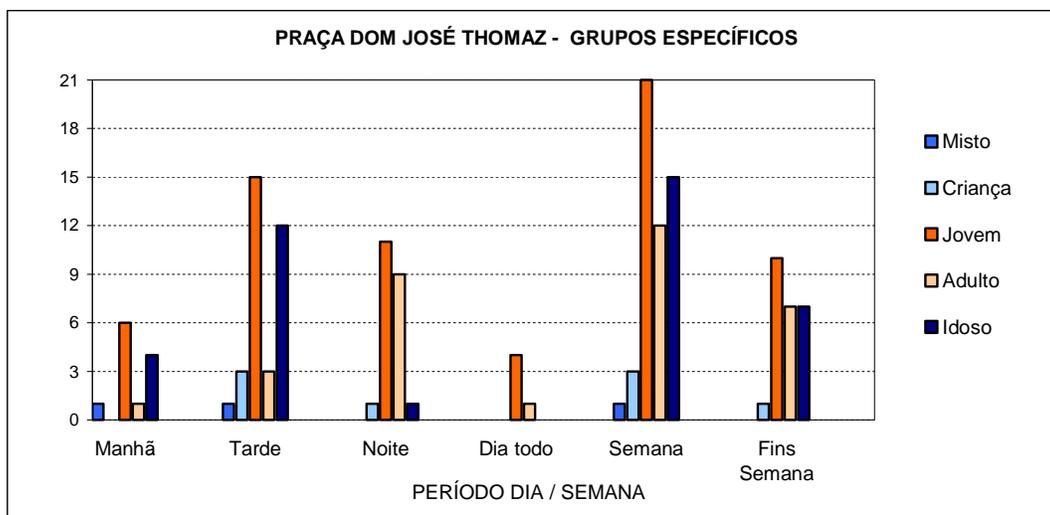


Figura 57: Grupos Específicos

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Na última etapa do processo de percepção, quando analisados sob a ótica de suas ações e comportamentos, 60% dos freqüentadores entrevistados assumiram uma postura positiva em relação à praça, no sentido de limpeza (lixo) e zelo, enquanto que 40% disseram não se importar com o espaço e com suas ações, postura comprovada e muitas vezes estimulada pelo estado de conservação de algumas estruturas e equipamentos, a esse respeito cabe mais considerações quando analisadas conjuntamente do ponto de vista da sustentabilidade. Ora, embora freqüentada 4 dias por semana ou mais, predominantemente de 1 a 3 horas (permanência), é uma praça de passagem, com ponto de ônibus urbano e interurbano; uma praça de “saída” da cidade; uma praça / bar com um conjunto considerável de quiosques abertos 24 horas e, portanto, vários tipos de público presente e usufruindo da praça.

6.3 - Praça Ulysses Guimarães – Santos Dumont

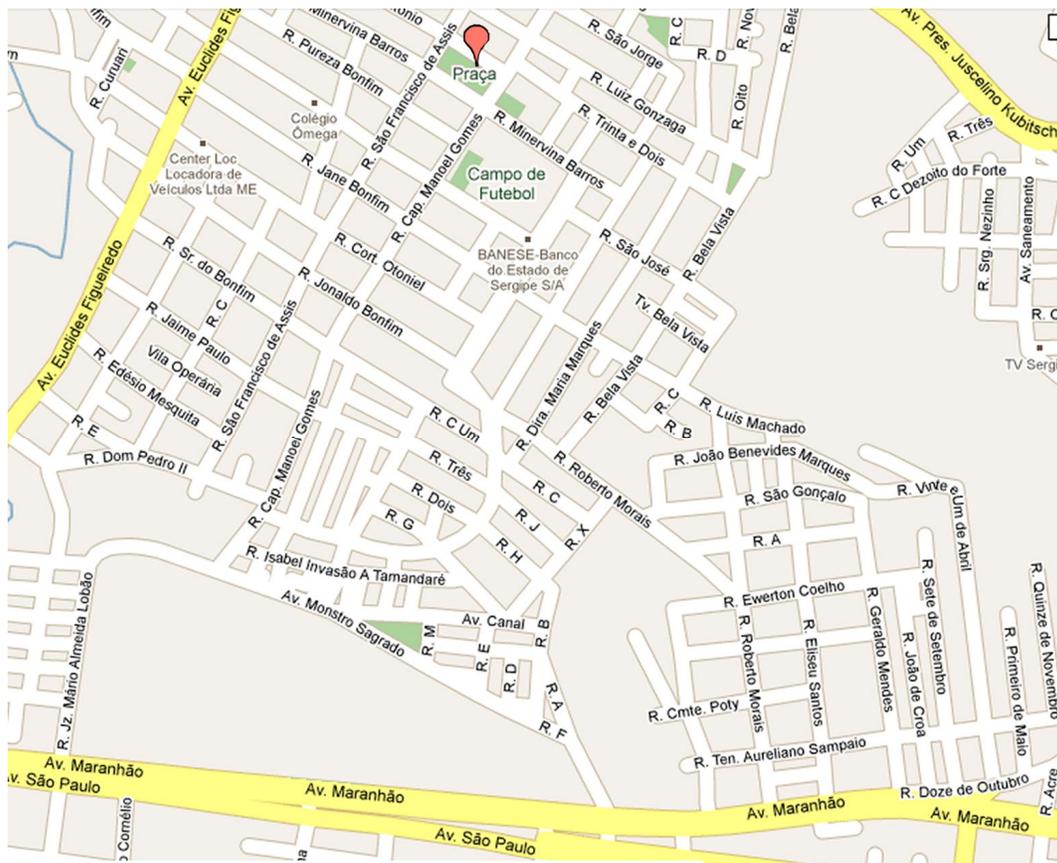


Figura 58: Mapa ampliado do entorno – Praça Ulysses Guimarães
Fonte: Google Maps

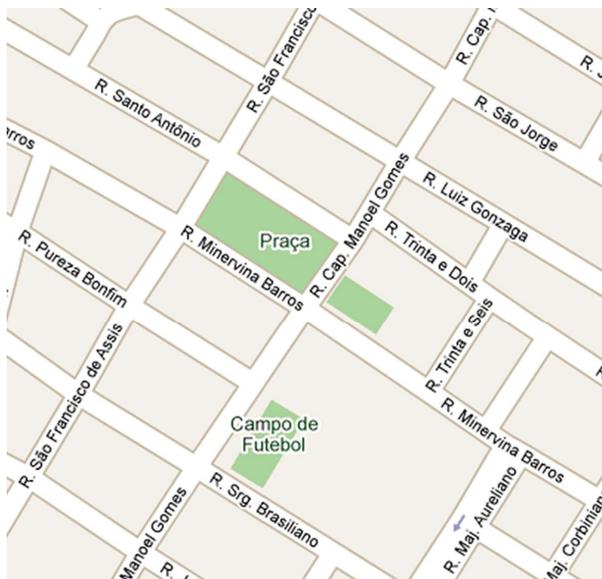


Figura 59: Mapa reduzido do entorno – Praça Ulysses Guimarães
Fonte: Google Maps

Situada na zona norte da capital sergipana, a Praça Ulysses Guimarães tem cerca de 6.400 m², dentre as cinco praças objetos da pesquisa foi a única reformada a menos de um ano. Para o objetivo da pesquisa esse fato foi muito interessante no tocante a análise comparativa das praças.

Espacialmente, o local se configura como praça conformada por quatro vias, duas a duas paralelas entre si, e funcionalmente podemos classificá-la como praça de igreja, de descanso e/ou

recreação.

A praça é margeada por vias importantes do bairro, a Rua São Francisco de Assis se caracteriza pela presença de comércio e serviços, além de receber um tráfego intenso de veículos durante a semana, assim como a Rua Capitão Manoel Gomes. A Rua Santo Antonio na quadra frontal a praça possui quase que exclusivamente residências, enquanto que a Rua Minervina Barros abriga a paróquia do bairro, a Igreja São Francisco de Assis.

Diferentemente das Praças da Bandeira e Dom José Thomaz, a estrutura e equipamentos encontrados no local estavam em perfeitas condições de uso e conservação, fato que causou surpresa no contexto da pesquisa. Acerca da acessibilidade o espaço causou surpresa, apresentando rampas de acesso (Fig.60) em ótimo estado, bem como a presença de piso táctil (Fig.61) para deficientes visuais e vagas de estacionamentos para portadores de deficiência.



Figura 61: Piso Táctil
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 60: Rampas de acesso à P.D.
Fonte: Silva, C. F. R da –
Pesquisa de Campo, 2009

Ao contrário das primeiras praças analisadas, no local ocorre um padrão de apropriação diferenciado, por ter recebido uma grande reforma recentemente o espaço praticamente foi “adotado” pelos moradores do bairro, além dos moradores do entorno. O zelo e cuidado com que as pessoas tratam o lugar contribuem para o afastamento e diminuição da presença das drogas e da marginalidade no ambiente social da praça, efeito que trouxe conseqüências positivas.

É visível a presença de muitos pais com seus filhos e até mesmo um número razoável de crianças sozinhas brincando no local em alguns períodos do dia.



Figura 62: Iluminação alta
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Com notas muito boas na ficha de avaliação, os equipamentos para portadores de deficiência e as lixeiras (Fig.63) elevaram conceitualmente a avaliação geral dos Equipamentos.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que colabora com a iluminação alta, a ausência de arborização de grande porte compromete o conforto ambiental da praça com poucos locais sombreados, lembrando que as árvores mais altas foram mantidas durante a reforma e foram plantadas novas árvores, ainda em estágio de crescimento.

A Ficha de Avaliação de estrutura e equipamentos do local (Fig.101) obteve as melhores avaliações dentre as cinco praças. Os Equipamentos destacam-se pela qualidade dos bancos de concreto (com encosto) e pela quantidade, bem como pelo bom estado de conservação. Outro fator que merece destaque é a eficiência da iluminação alta (Fig.62) que o local possui, a presença de poucas árvores de grande porte colabora positivamente na iluminação da praça pelo fato de existir somente iluminação alta no local.



Figura 63: Lixeiras bem conservadas.
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Mesmo contando com 04 telefones públicos (Fig.64) espalhados pela praça, quantidade considerada satisfatória no contexto geral, o estado de conservação desses equipamentos deixou a desejar, pois foram verificados o mau funcionamento e a depredação dos mesmos.

Quanto a estrutura e serviço, vale destacar a avaliação positiva do calçamento (nota máxima) devido ao seu ótimo estado de conservação, ao material empregado e a presença de piso tátil e, fugindo totalmente aos padrões do bairro, dentro de serviços, os quesitos segurança e policiamento obtiveram notas positivas. Comprometendo a avaliação geral de



serviços, encontrou-se um único ponto de ônibus em frente à praça e, por sinal, em péssimo estado de conservação e manutenção.

Figura 64: Depredação telefones públicos
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

6.3.1 - Perfis e Percepções

Após caracterização e avaliação de equipamentos e estruturas, foi dado início a etapa da pesquisa caracterizada pelas entrevistas com freqüentadores da Praça Ulysses Guimarães. Foi realizado um total de 11 entrevistas distribuídas entre 06 homens e 05 mulheres.

O perfil de ocupação foi composto por 36% de pessoas ligadas ao lar (mulheres), 27,5% de prestadores de serviço, 27,5% de trabalhadores informais e representando 9% do contexto das entrevistas 01 pessoa aposentada.

A localização periférica da praça foi fator preponderante na definição do perfil dos freqüentadores, no local foram realizadas 09 entrevistas com moradores do bairro e somente 02 entrevistas com moradores de outros bairros e nenhum entrevistado de outros municípios.

LOCAL	PESSOAS	TEMPO	PESSOAS
No Bairro	9	<1	
		1 a 5	3
		6 a 10	3
		>10	3
Outro Bairro	2	<1	
		1 a 5	1
		6 a 10	
		>10	1
Outra Cidade		<1	
		1 a 5	
		6 a 10	
		>10	

Possuindo um número superior de moradores locais, e residentes na faixa de 1 a mais de 10 anos no bairro, o perfil encontrado forneceu subsídios para melhor entender a relação diferenciada que a população local tem com a praça.

O perfil etário e de escolaridade nos trouxe os seguintes dados: 27% dos entrevistados na faixa de 15-30 anos, a mesma porcentagem de 31-45 anos e 27% maiores que 61 anos,

representados em menor número 19% na faixa etária de 46 – 60 anos.

Enquanto que do total de entrevistas referida praça, 55% possuíam ensino fundamental incompleto, 18% ensino médio incompleto e outros 18% ensino médio completo, por fim uma única entrevista realizada com um freqüentador que nunca havia

estudado, representando 9% do total.

Quadro 06: Perfil – Residência / Tempo

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

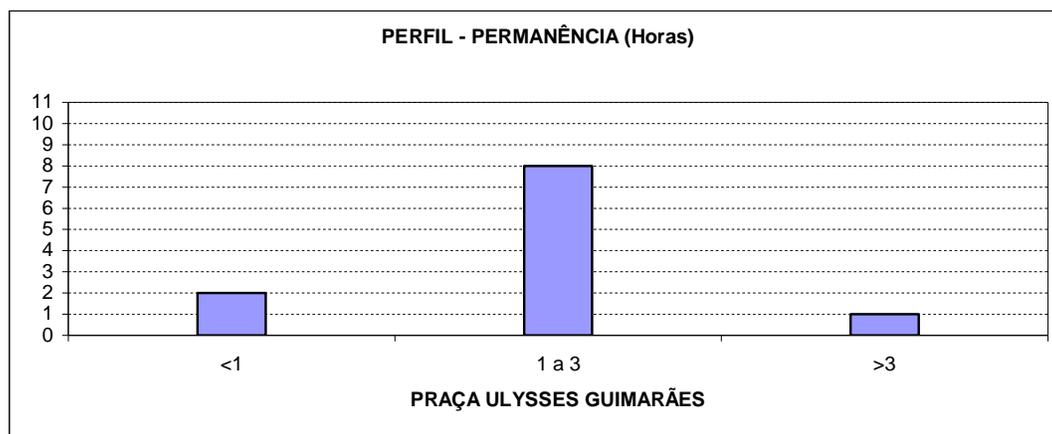


Figura 65: Gráfico Perfil – Permanência (horas)

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Embasado pela entrevista verificou-se que usuários com permanência inferior à uma hora usam o espaço para descanso ou aguardar transporte. A permanência entre 1 e 3 horas caracteriza freqüentadores que usam a praça em busca de lazer (caminhadas, relaxamento, exercícios). Já a permanência por mais de 3 horas caracteriza o usuário que além do lazer, utiliza os serviços da praça (quiosques) (Fig.65).

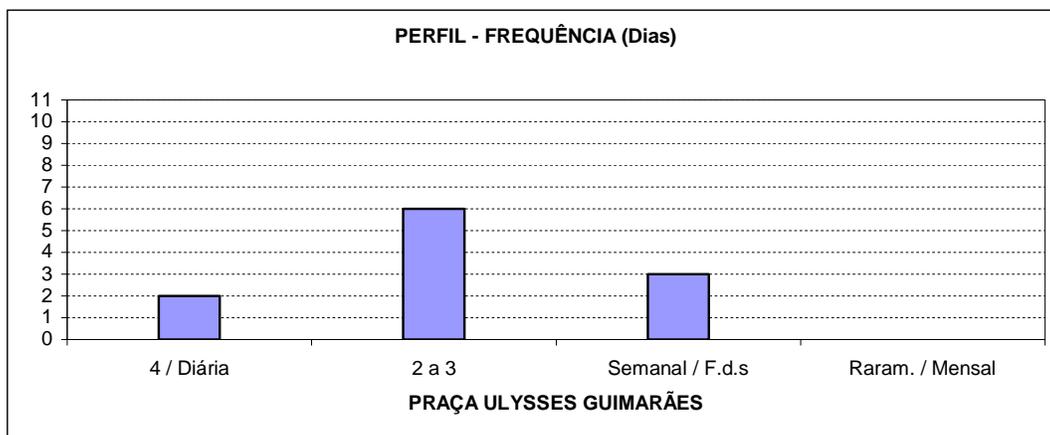


Figura 66: Gráfico Perfil – Frequência (dias)
 Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

A frequência diária trouxe um perfil de frequentadores que usam o local para trabalho e transporte, enquanto que a frequência de 2 a 3 dias foram de pessoas em busca de lazer, a ausência da frequência raramente/mensalmente corroborou com a característica do local em abrigar em sua maioria frequentadores residentes no próprio bairro (Fig.66).

Uma vez traçado o perfil da totalidade de pessoas entrevistadas na Praça Ulysses Guimarães, partiu-se em busca de informações sobre a dimensão íntima desses frequentadores com o local pesquisado.

Interesses e necessidades foram a mola motriz da motivação e foi sob essa ótica que apreendemos informações importantes para a análise da sustentabilidade urbana compreendida através dos espaços públicos abertos, as praças.

A categoria lazer dominou as respostas sobre motivação, oito pessoas a elegeram como fator condicionante ao uso do espaço. Caminhada, exercícios, brincadeiras infantis, descanso, foram os tipos de lazer mais citados, enquanto que a “natureza”, a segurança, os serviços, o transporte e o trabalho foram os motivos dos demais frequentadores entrevistados (Fig.67).

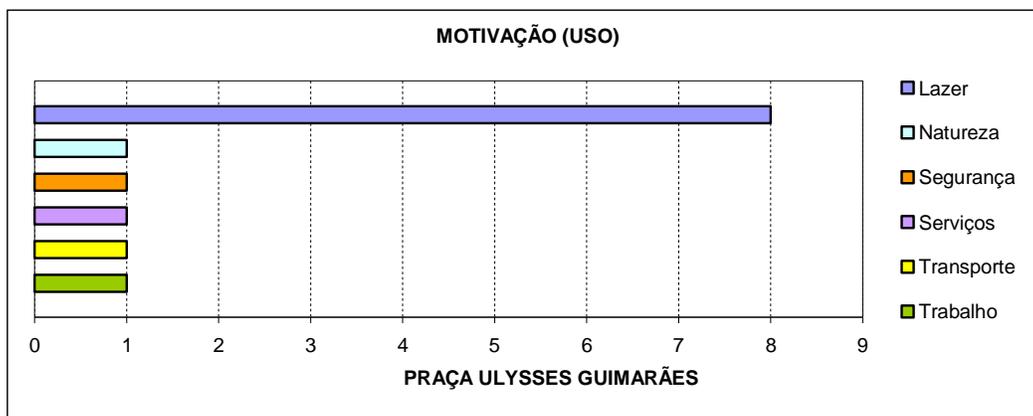


Figura 67: Motivação ao uso

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

...nea sobre o que lhes agradavam na praça, os frequentadores mostraram alegria e contentamento por estarem podendo usufruir de um espaço com qualidade, isso foi comprovado quando elegeram a estrutura da praça como o fator principal de satisfação, com destaque também para segurança (Fig.68).

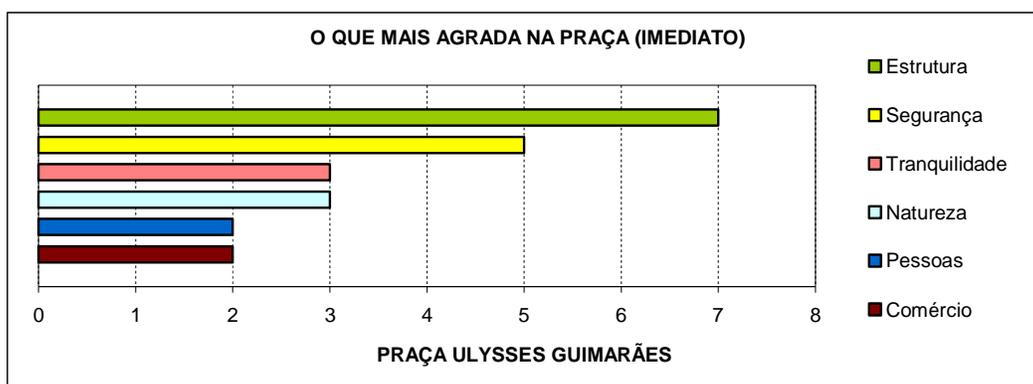


Figura 68: O que mais agrada na praça

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Na escala de valores proposta na metodologia, a Praça Ulysses Guimarães obteve os melhores índices de satisfação dos frequentadores, comparando o local com outras praças da cidade, 55 % consideraram a praça “ótima” enquanto que 45% a avaliaram com conceito “bom” (Fig.69). A avaliação positiva com certeza teve como pano de fundo a reforma recente feita no local, influenciou também os resultados a respeito do uso dos frequentadores, com maioria das respostas citando a estrutura como categoria de maior uso, seguidas de serviços e equipamentos.

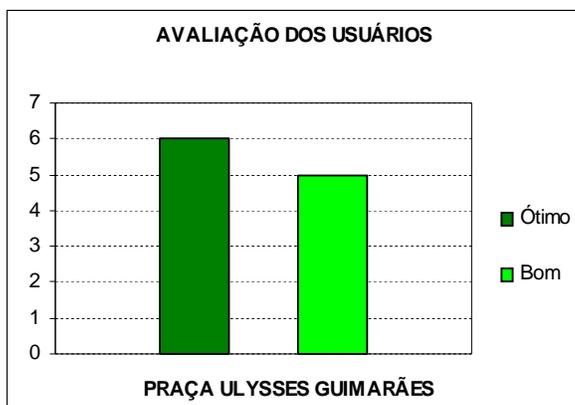


Figura 69: Avaliação dos usuários
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Ainda dentro da dimensão íntima, foram questionados sobre os conhecimentos a respeito da história da praça e seus acontecimentos cotidianos. A praça apresentou resultados afirmativos para o conhecimento de seu nome, época de implantação, reformas e, resultado negativo apenas sobre a presença ou não de monumentos.

Perguntados novamente sobre o que lhes agrada na praça, só que dessa vez fazendo uma associação com motivo para o uso, a “segurança” liderou de forma surpreendente o resultado levando em consideração os altos índices de violência que o bairro apresenta. Seguidamente apresentaram-se a “natureza” e a estrutura da praça como preferidos dos usuários (Fig.70). Vale destacar que todos os parâmetros foram citados, mostrando de forma diversificada a predileção dos frequentadores.

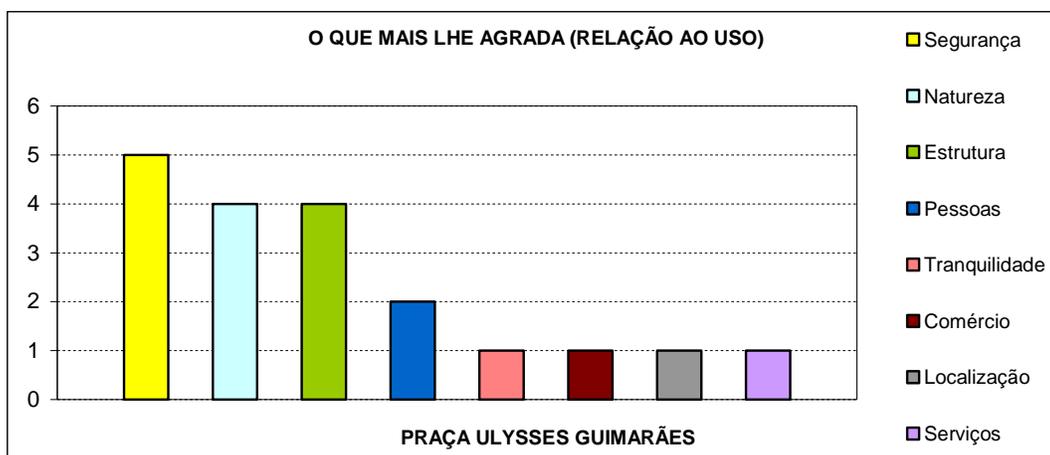


Figura 70: O que mais agrada na praça (relação ao uso)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Finalizada a etapa da dimensão íntima da pesquisa, iniciou-se a avaliação interativa do espaço sob a ótica dos frequentadores (Fig.102). A avaliação buscou apreender como se dá essa relação com a praça de maneira crítica, quais são os julgamentos e em que bases percebem o espaço.

Considerando não somente o acesso para se chegar à praça, mas também o seu acesso interno, isto é, a facilidade de se deslocar sobre a estrutura construída, esse quesito foi avaliado como “bom” pelos entrevistados. O ótimo estado do piso e a boa distribuição dos equipamentos favoreceram a avaliação positiva do acesso.

A situação do local na avaliação de muitos obteve uma ótima nota, muito influenciada pela reforma recente. Ambiente social e equipamentos de uma forma geral

foram muito bem avaliados, deixando a desejar somente o quesito “ponto de ônibus”, destoante no contexto geral de maneira negativa. Funcionalmente avaliada a Praça Ulysses Guimarães obteve os seguintes índices (Quadro 07):

Praça Ulysses Guimarães		
Lazer	Contemplativo	6
	Caminhada	9
	Esporte	11
	Descanso	9
Social	Eventos	5
	Festas	0
	Encontros	0
Ecológica	Arborização	10
	Ventilação	10
Educativa	Signos	2
	Monumentos	1
Econômica	Formal	10
	Informal	10

Quadro 07: Funções da praça (visão dos usuários)

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

A função lazer apresentou resultados excelentes, com destaque para o lazer esportivo, graças ao ótimo estado de conservação da quadra de esportes. Mais uma vez os moradores locais demonstraram ter um conhecimento bem amplo do cotidiano da praça, quase 50% dos entrevistados relataram eventos da terceira idade e eventos para a juventude, ambos ligados a prática de exercícios.

A função ecológica da praça também foi reconhecida por ampla maioria, assim como a presença do comércio, seja formal ou informal.

Através da organização de imagens mentais e cognitivas foi possível apreender as percepções dos usuários a respeito do entorno da praça, qual seja a importância que o espaço tem para o mesmo e se a vegetação existente na praça seria considerada como “natureza”.

Novamente, a oferta de lazer proporcionada pelo local destacou-se nas entrevistas, bem como a estrutura encontrada. Com índices irrisórios citam-se a insegurança (1) e o cotidiano atribulado das pessoas (1). A importância da praça foi afirmada por 100% dos entrevistados e a presença da “natureza” confirmada por 90% dos mesmos.

A visão dos frequentadores, ao perceberem o que acontece ao seu redor, é uma forma intensa de interação com o coletivo da praça, seu funcionamento, seu ciclo, seus acontecimentos cotidianos, isto é, sua percepção do ambiente que se apresenta no construído e no não construído, que são as ações do “outro”.

Segundo os entrevistados, a praça tem seus períodos de ocupação e uso bem definido (Fig.71), pela manhã o local se transforma no território da terceira idade, que usam o espaço principalmente para fazer caminhada e exercícios. O período da tarde ainda comporta pessoas da terceira idade, mas já se observa uma maior interação de outras faixas etárias, tais como jovens e crianças. O público adulto aparece somente no período da noite, ação desencadeada pelo uso dos quiosques e da quadra esportiva, fatores que influenciam a grande presença de jovens nesse período. Assim como em outras praças o movimento concentra-se durante a semana, mas vale ressaltar que diferentemente das demais, aqui os jovens estão presentes nos finais de semana também.

Ao mesmo tempo em que caracterizaram os períodos de uso, os frequentadores puderem identificaram quais ações são mais comuns a esses outros grupos. De maneira bem equilibrada foram assinaladas ações como: conversar, lanchar, pegar ônibus, telefonar, namorar, trabalhar, encontrar, praticar esporte e brincar.

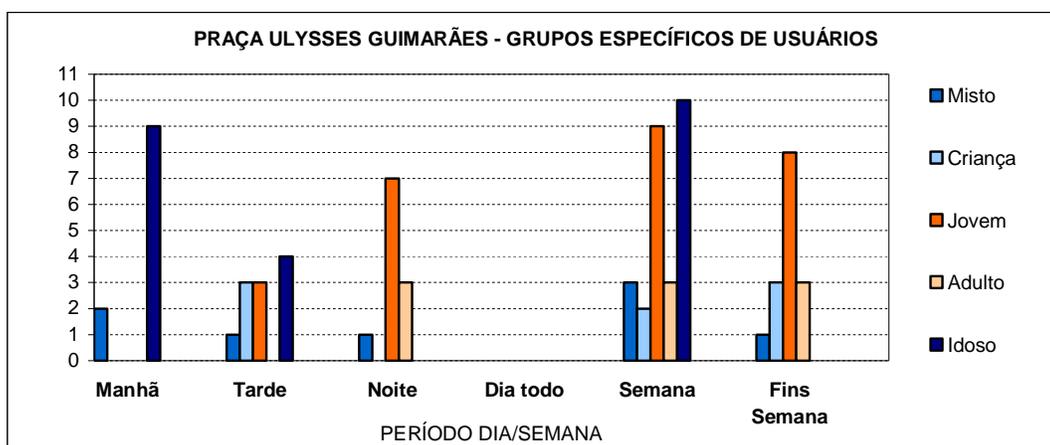


Figura 71: Grupos Específicos

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Para finalizar, a apreensão da realidade da praça através da percepção de seus frequentadores, a avaliação final constou de perguntas relacionadas à opinião pessoal de cada um, bem como sobre as ações e comportamentos próprios para com a praça.

“A percepção ambiental é utilizada como uma forma de colocar em ênfase os valores e atributos de um lugar e as expectativas que a sociedade espera para ele e para si própria” (Corleto,1998, p.47).

Diante dessa afirmação questionou-se hipoteticamente a possibilidade dos frequentadores de realizarem uma reforma na praça, além de questionar o que cada um faria ou poderia fazer enquanto cidadão para melhorar o espaço.

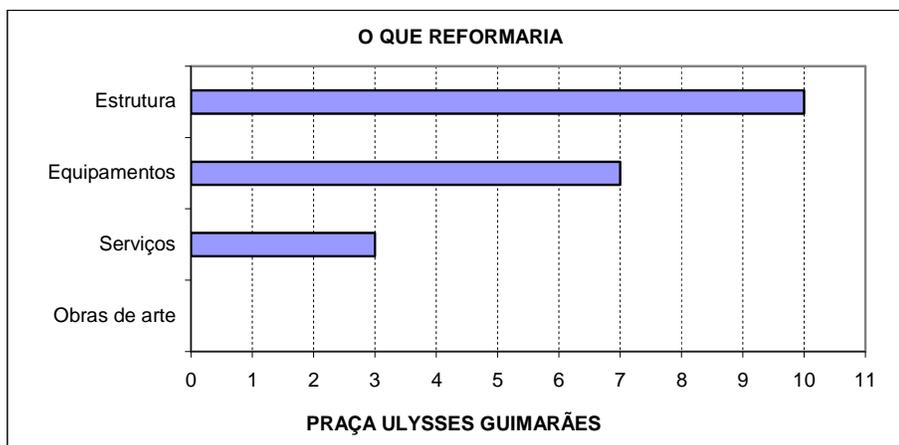


Figura 72: O que reformaria

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

A Figura 72 mostra os parâmetros de Estrutura como os que sofreriam maiores reformas. Vale ressaltar que nas entrevistas as respostas apontam para a falta de arborização do local. Esse quesito “arborização” está enquadrado dentro da categoria Estruturas, e assim concluí-se, que o descontentamento dos frequentadores concentrou-se apenas na insuficiente vegetação existente.

A grande surpresa, decepcionante, foi identificada na resposta de 36% dos entrevistados que afirmaram “não fazer” ou “não poderem fazer nada” com relação à melhoria da praça. Essa postura passa a ser mais preocupante quando constatado que o zelo e o cuidado dos frequentadores são essenciais para a preservação do local.

Felizmente ainda, uma maioria de 64%, dizem ter uma postura positiva com relação ao local, zelando, cuidando e limpando um espaço que é construído para a população.

“A mobilização popular sempre foi uma característica muito forte no bairro América. A união da comunidade foi fundamental em diversos momentos de sua história, desde a construção da igreja até a luta contra os efeitos nocivos da instalação da Fábrica de Cimento Portland nas proximidades do bairro”, explica a historiadora e professora de história da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Valéria Maria Santana Oliveira.

A batalha durou vários anos, sempre capitaneada pela Igreja São Judas Tadeu. Até que, em 1984, a fábrica foi interditada e parou de produzir cimento. “Passou a trabalhar apenas com calcário, o que não representava perigo ambiental”, diz Valéria. No entanto, em 1987 ela tentou retomar as atividades com a produção de cimento, mas foi impedida pela Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema).

Infelizmente o histórico de mobilização e luta, parece que ficou somente na memória dos moradores mais antigos do bairro, assim como a influência da Paróquia São Judas Tadeu.

Localizada no eixo Leste/Oeste (crescimento histórico da cidade) proposto na metodologia, o local se configura tipologicamente segundo De Angelis et.al (2000b) como praça de descanso e/ou recreação, de circulação e significação visual. Morfologicamente o espaço classifica-se como praça conformada por três vias, sendo duas vias paralelas e uma ortogonal a elas e a quarta face ocupada por edificações (residências); conforme a Figura 05.

Durante o levantamento para caracterizar e avaliar itens como estrutura, equipamentos, serviços e obras de arte / patrimônio foram verificadas as reais carências do local e, durante a realização das entrevistas, foi apreendida a percepção de seus usuários quanto ao espaço.

O fato que mais chamou atenção foi a ausência de equipamentos para portadores de deficiência, impossibilitando o acesso ao ambiente da praça, não somente por esse grupo que sofre com a falta de acessibilidade mas, devido a topografia íngreme do local, percebeu-se a segregação de grupos como idosos e crianças.

A segregação espacial imposta pelo ambiente aos seus freqüentadores está presente de modo generalizado, nos acessos por grandes escadarias sem a mínima preocupação com segurança, na falta de um corrimão central nas escadas (Fig.75); nas rampas fora dos padrões de inclinação que não levam a lugar algum, pois terminam num caminho de terra (Fig.76). São estes os obstáculos impostos a idosos, cadeirantes e crianças.



Figura 75: Escadaria da Praça Tancredo Neves
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 76: Rampas de Acesso
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 77: Péssimo estado da Quadra Esportiva
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Obstáculos que infelizmente acabam definindo um perfil de usuário em detrimento de muitos outros. Além desses problemas relacionados ao acesso, a praça apresentou carência em itens importantes de estrutura e equipamentos.

Toda infra-estrutura da praça encontra-se comprometida. Faltam condições de uso para equipamentos tais como: bancos (ausentes), lixeiras (ausentes), arborização e paisagismo; encontram-se precárias as estruturas como calçamento, locais para prática de exercícios, parque infantil e os equipamentos para terceira idade.

O abandono e a péssima manutenção contribuem diretamente no perfil dos usuários da praça, transformando-a num local de encontro de casais de namorados, jovens em busca de lazer esportivo (pelada) e usuários de drogas.

Como destaque positivo, podemos citar a presença do prédio institucional (escola) e do templo religioso (Igreja São Judas Tadeu), além de um posto policial, que influenciam positivamente no seu uso e na “possível” segurança de

seus usuários.

Com base na ficha de avaliação proposta por De Angelis et al (2000b), de maneira geral, a avaliação não obteve índices positivos, para equipamentos, já destacados



Figura 78: Péssimo estado do calçamento
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 79: Parque Infantil
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 80: Grades que cercam o espaço do palco
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

anteriormente. Os itens mal avaliados foram bancos, lixeiras, escassa vegetação, bem como a falta de estrutura para o uso (caminhos, parque infantil, pode-se destacar positivamente a presença de palco (concha acústica) com arquibancada em bom estado de conservação, mas infelizmente os espaços bem cuidados encontram-se isolados por grades de ferro, impossibilitando o acesso e uso irrestrito (Fig.80)

Com resultados tão negativos, os itens que se destacaram positivamente passaram a ter um peso ainda maior na avaliação do local, não podendo deixar de citar a localização da praça, implantada num dos pontos mais altos da cidade e com vista privilegiada da mesma, gerando de maneira intensa um conforto visual ausente nas outras praças estudadas.

Ao mesmo tempo em que a “natureza” proporciona uma vista incrível através de sua topografia, do ponto mais alto da praça (Fig.81), nota-se uma enorme precariedade em vegetação arbórea e jardins, tornando o ambiente inóspito durante todo o dia.

Fatores esses responsáveis pela péssima avaliação no quesito conforto ambiental.



Figura 81: Vista da cidade do ponto mais alto da praça
 Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 82: Iluminação alta e a ausência de árvores
 Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Contraditoriamente, a ausência de arborização alta colabora para uma maior eficiência na iluminação da praça, graças ao fato de somente possuir equipamentos (postes) de iluminação alta (Fig.82) que não tem a sua função atrapalhada pelas copas das árvores inexistentes.

Diferentemente das praças onde a presença de quiosques influencia diretamente no ambiente social das mesmas, na Praça Tancredo Neves a ausência desses serviços colabora para uma menor degradação espacial e moral do espaço, se não fosse a existência de telefones públicos e da quadra esportiva a praça teria seu espaço totalmente subutilizado.

6.4.1 - Perfis e Percepções

Com a etapa de caracterização e avaliação da praça finalizada, foi dado início às entrevistas, tendo sido abordados, quatro (04) homens e quatro (04) mulheres, num total de oito entrevistados. Com relação à faixa etária e a ocupação o perfil dos entrevistados foi o seguinte: 03 estudantes compreendidos na faixa etária entre 15 -30 anos; 02 prestadores de serviço com faixa etária dos 15 -30 e 31 -45 anos respectivamente; 01 servidor público na faixa etária dos 31 -45; 01 trabalhador informal na faixa etária dos 46 -60 anos e 01 pessoa do lar na faixa etária 46 -60 anos.

O pouco fluxo de usuários / freqüentadores na praça refletiu na totalidade da amostra correspondente de moradores do bairro, 07 pessoas residem de seis a mais de dez anos no bairro, enquanto 01 pessoa reside há menos de seis anos.

Do total de 08 entrevistados, 05 freqüentam o local de 2 -3 dias na semana com permanência na faixa de 1 -3 horas.

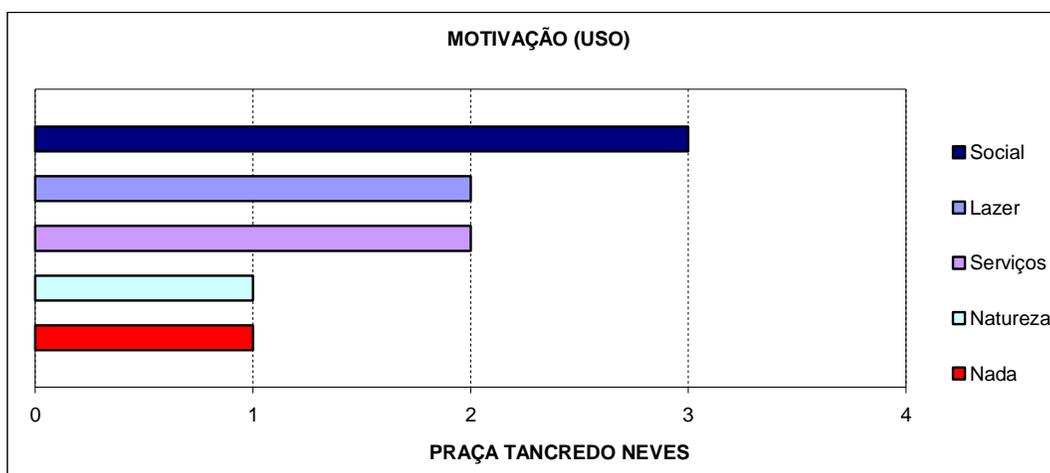


Figura 83: Motivação ao uso

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Do ponto de vista motivacional (Fig.83), o encontro com amigos dentro da categoria social foi um dos usos mais citados. Fortalecidos pela prática esportiva e contemplativa, lazer também teve algumas citações. Mesmo a igreja tendo uma maior influência na formação do bairro do que no ambiente da praça, entrevistamos duas pessoas que usavam o local como circulação, passagem para se chegar à igreja.

Destacou-se negativamente a “natureza”, citada apenas uma vez enquanto motivo ao uso, resultado totalmente compreensível quando analisada do ponto de vista do conforto ambiental. Além disso, constatou-se o grande incômodo que a praça se tornou para pessoas que residem na Rua Colômbia pelo fato da quadra esportiva ser de areia, a casa dessas

pessoas sofre com o “pó” que advêm da quadra, por esse motivo um dos entrevistados mostrou um grande descaso com a praça quanto a sua motivação para usar o espaço.

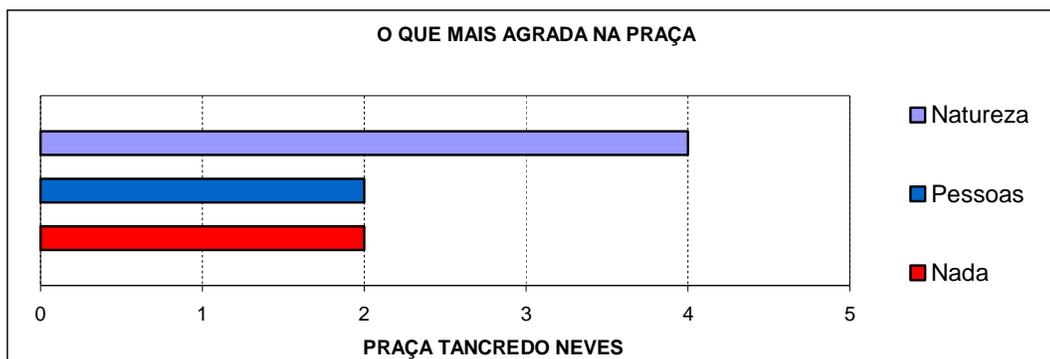


Figura 84: O que mais agrada na praça (imediate)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Solicitados a responder de forma instantânea sobre o que lhes agradavam na praça, os frequentadores mostraram descontentamento com relação à estrutura presente, mas de forma surpreendente citaram a “natureza” como satisfação imediata relacionada ao uso, além da questão social proporcionado pelo encontro e pela co-presença (Fig.84).

De maneira comparativa, relacionando a praça com outras existentes na cidade, obteve-se uma avaliação extremamente negativa, intimamente relacionada à ausência de boa estrutura e equipamentos básicos de acesso e uso (Fig.85).



Figura 85: Avaliação dos usuários (%)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Com amostra de 100% de moradores do próprio bairro, o questionamento a respeito do conhecimento da praça trouxe resultados satisfatórios quanto ao nome do local, data de implantação e reformas. A tentativa de relacionar empatia com motivação para o uso confirmou os resultados da pergunta sobre empatia imediata, realizada anteriormente.

A dimensão interativa nos trouxe uma visão mais ampla do universo da praça visto por seus frequentadores. Com péssimo desempenho avaliativo apresentaram-se acesso, situação, ambiente social e equipamentos. Com ótimo desempenho isolado, foram identificados itens como ponto de encontro, segurança (ambiente social) e telefones públicos (equipamentos).

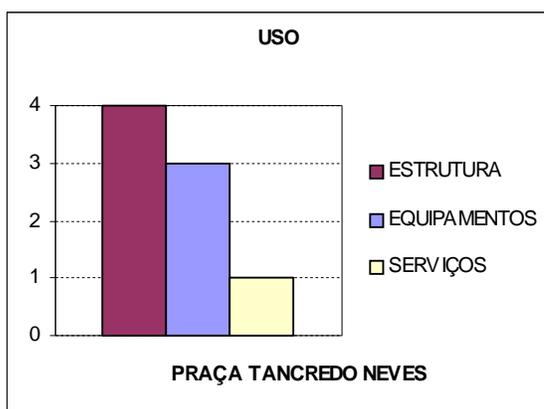


Figura 86: Uso

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

A praça como local de encontros e namoros tem suas características reafirmadas e garantidas pela proximidade do posto policial, influenciando de forma positiva um maior uso do local. Bem como a quadra esportiva, item responsável pelo uso maior da estrutura da praça.

Dentro das funções (Quadro 08)

ligadas ao lazer e percebidas pelos frequentadores destaca-se a prática esportiva e a contemplação (vista do local).

Praça Tancredo Neves		
Lazer	Contemplativo	4
	Caminhada	0
	Esporte	8
	Descanso	1
Social	Eventos	3
	Festas	1
	Encontros	0
Ecológica	Arborização	4
	Ventilação	7
Educativa	Signos	0
	Monumentos	0
Econômica	Formal	4
	Informal	5

Quadro 08: Funções da praça (visão dos usuários)

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

A falta de uma boa estrutura e equipamentos reflete na função social ligada a eventos e festas, mesmo o espaço possuindo palco com arquibancada, essas funções foram pouco percebidas, principalmente pelo fato do local onde se encontram esses itens ficar permanentemente fechado por grades (Fig.80).

Mesmo o ambiente da praça se apresentando inóspito em alguns períodos, devido à escassa vegetação, a função ecológica foi lembrada pela maioria dos entrevistados, principalmente no que tange a ventilação, reforçada pela topografia.

A presença do comércio faz-se presente influenciado pelas atividades paroquiais, como missas e encontros religiosos, o que atraem ambulantes e barracas de alimentação.

Os resultados de memória, organização e imagens (cognição) trouxeram de maneira bem acanhada imagens mentais que relacionam a praça com o lazer e a paisagem, ao mesmo tempo em que a falta de cuidado e manutenção do local se destacaram mentalmente de forma negativa.

Quando questionados sobre a importância da praça em suas vidas e para a cidade como um todo, surpreendentemente ao contrário de outras praças, 03 pessoas, que na amostragem dessa praça representam 37,5%, disseram que o espaço é desnecessário, sem importância alguma, opiniões baseadas no péssimo estado de conservação do local.

Essa mesma postura pode ser verificada quanto à presença da “natureza” na praça, de maneira mais intensa as respostas não reconheceram a vegetação, a pouca arborização existente, a topografia diferenciada e o visual como formas representativas de “natureza”.

A percepção dos entrevistados a respeito dos demais freqüentadores delinearum um sub-uso do local, freqüentado especificamente por jovens e adultos em períodos da tarde e da noite durante a semana, com ações como conversar, namorar, praticar esporte e telefonar.

O uso caracterizado pelos demais usuários apresenta uma forte contradição, verificada quando comparada questões de segurança que na presente praça não se apresentou como fator negativo, pelo fato da existência de posto policial contíguo a praça, mesmo assim verificou-se segundo relatos a presença de usuários de droga no local, especialmente no período noturno. Fica aqui o questionamento, a proximidade da policia colabora na segurança do local? De acordo com a percepção dos entrevistados, a “sensação” de segurança é ampliada pelo posto policial, mas não inibe a presença de usuários de drogas.

Para finalizar a pesquisa de percepção dos freqüentadores foram abordadas situações em que a opinião, ação e comportamento fossem relevantes para a conclusão do quadro perceptivo dos freqüentadores entrevistados na Praça Tancredo Neves. Perguntados hipoteticamente o que reformariam no local se tivessem a oportunidade, equipamentos, estrutura, obras de arte/patrimônio e serviços (Fig.87) foram amplamente citadas, demonstrando um profundo descontentamento relacionado ao estado de conservação da praça de forma geral.

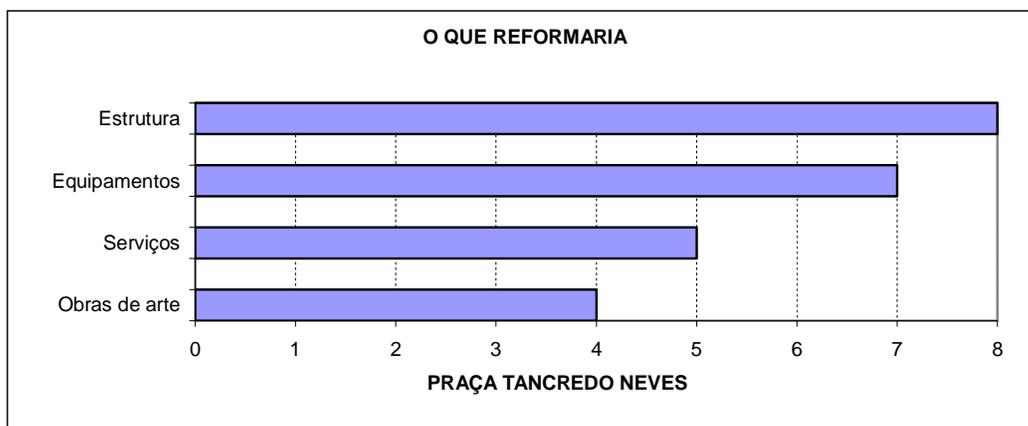


Figura 87: O que reformaria

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Essa postura foi reafirmada no comportamento de indiferença com relação ao que faria ou poderiam fazer para melhorar o local, pois 100% dos entrevistados disseram não fazer nada para a melhoria da praça. A negação de seus freqüentadores se dá numa relação de duas vias idênticas, ao mesmo tempo em que o espaço nega sua função primordial, que é servir de local de encontro, lazer e bem estar, os freqüentadores negam a importância que a praça tem para o cotidiano do bairro e das pessoas.

6.5. Praça Dario Ferreira Nunes – São Conrado

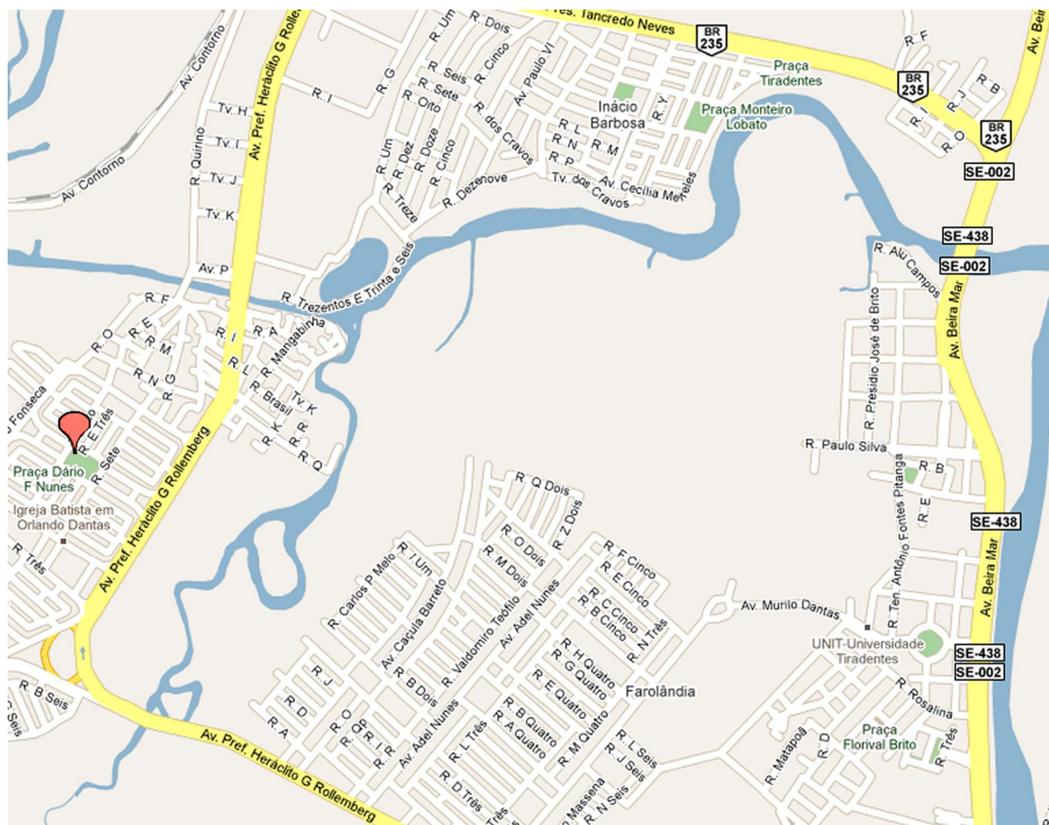


Figura 88: Mapa ampliado do entorno – Praça Dario Ferreira Nunes
Fonte: Google Maps

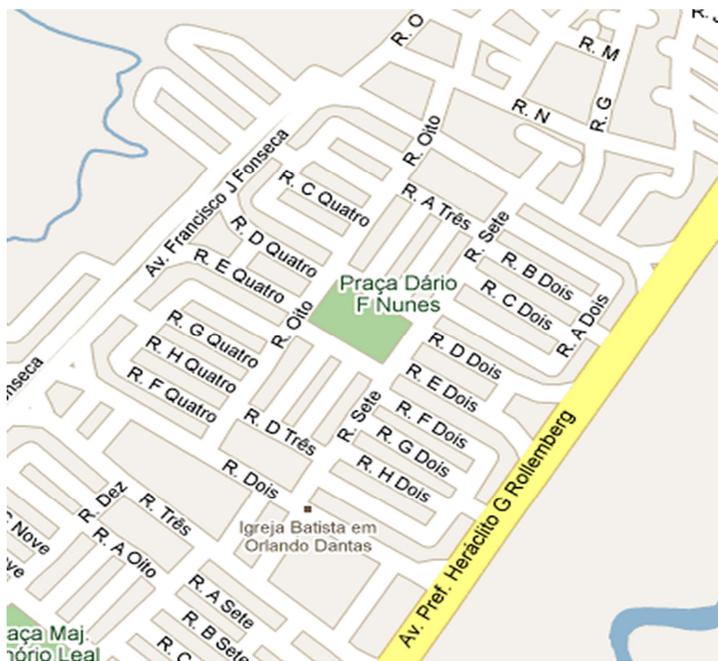


Figura 89: Mapa reduzido do entorno – Praça Dario Ferreira Nunes
Fonte: Google Maps

Localizada no bairro São Conrado, mesmo local do Conjunto Orlando Dantas, um dos maiores e mais populosos conjuntos residenciais da cidade de Aracaju, a Praça Dario Ferreira Nunes com suas vias duas a duas paralelas entre si conformam um espaço retangular e pode ser classificada como praça de descanso e/ou recreação (De Angelis, 2000a).

O levantamento da existência de mobiliário urbano (Apêndice 01), registros fotográficos e avaliação do estado de conservação dos equipamentos e estruturas (Fig.101), possibilitaram uma completa caracterização da praça.

Durante esse processo, foi encontrado um local muito defasado em sua função de proporcionar descanso e recreação, pois durante as visitas observou-se o total abandono do local por motivos de vandalismo, depredação e insegurança. Além disso, tanto a estrutura quanto os equipamentos estão em péssimo estado de conservação, ou totalmente depredados.

A ausência de equipamentos como: bancos com encosto, lixeiras, rampas de acesso (Fig.90), bem como as condições de depredação do parque infantil (Fig.91) e da quadra esportiva (Fig.93) influenciaram negativamente na avaliação do espaço.

Ao longo da avaliação os respectivos registros fotográficos foram revelando uma série de outros problemas, entre eles o vandalismo e a depredação completa dos equipamentos e da estrutura da praça.



Figura 90: Rampas para P.D com rachaduras
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 91: Estado de conservação do Parque infantil
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Um desses exemplos foi a quadra esportiva (Fig.93), restrita a um grande areal, que não oferece a mínima condição de segurança devido a má conservação, os alambrados de proteção estão esburacados e o espaço vem sendo ocupado por usuários de droga no

período noturno. Outra constatação foi o estado em que se encontraram os telefones públicos, todos pichados e depredados (Fig.92).



Figura 92: Pichação dos Telefones Públicos

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 93: Quadra Esportiva

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Com relação ao conforto térmico, a ausência de arborização de grande porte e a pequena quantidade de vegetação existente no local compromete o uso da praça em determinados períodos do dia, fazendo com que o ambiente pareça completamente abandonado.

Aliado a esse fato como já colocado, ainda há a presença da marginalidade e de usuários de drogas que se apropriam do local durante o período noturno.

Positivamente, pode-se citar a presença de prédio institucional (antiga escola que hoje abriga programa do governo estadual) e de três quiosques de alimentação (Fig.95). Após preenchimento da ficha cadastral de equipamentos e da ficha de avaliação da praça, partiu-se para a entrevista com usuários do espaço, sendo realizadas 06 entrevistas compostas por cinco homens e uma mulher, com perfil de ocupação variado. São eles: prestadores de serviço (02), serviço público (01), trabalhador informal (01), comerciante (01) e do lar (01).

A faixa etária dos entrevistados é formada por quatro pessoas na faixa de 31 -45 anos, uma pessoa entre 15 -30 anos e uma na faixa de 46-60 anos (Fig.94). Vale destacar nesse item que a presença de crianças foi fato raro nas visitas e relatos.

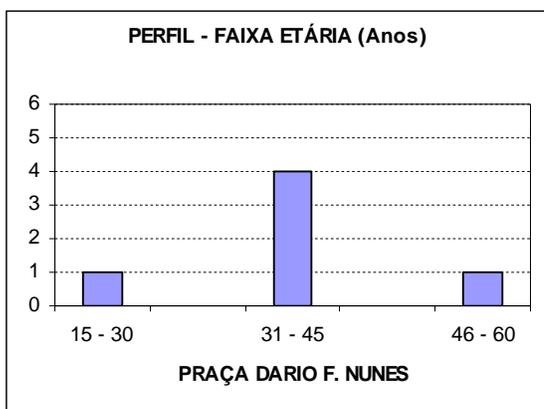


Figura 94: Gráfico Perfil – Faixa Etária
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Assim como em outras praças periféricas, encontramos aqui principalmente moradores do próprio bairro (04), residentes no local há mais de seis anos, e somente duas pessoas de outro bairro. Esse perfil comprovou a falta de atração que o local exerce sobre a população, o que pela sua localização não é uma constatação negativa. O que corrobora para a impressão negativa é a suposição de um uso intensivo logo após sua construção e o conseqüente abandono após a degradação dos equipamentos de lazer – parque infantil e quadra esportiva, de socialização – bancos, de acesso – rampas e calçamento.

A frequência e permanência corroboraram com a idéia de força de expulsão que o local possui. O uso diário foi configurado somente por quem trabalha na praça, enquanto que os outros entrevistados revelaram usar o local semanal ou raramente.



Figura 95: Quiosques de alimentação da Rua Sete
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

6.5.1 - Perfis e Percepções

De posse das informações relevantes acerca do perfil dos entrevistados, iniciou-se os questionamentos de dimensão íntima da pesquisa. Como resultado relevante cita-se o fato do lazer não ter muita importância na motivação dos frequentadores. Não houve surpresa na obtenção desse dado, pois esse padrão foi percebido na primeira etapa de caracterização do espaço. A total falta de equipamentos e de uma estrutura satisfatória é responsável por essa desmotivação, mesmo o bairro não possuindo muitas alternativas de lazer (Fig.96).

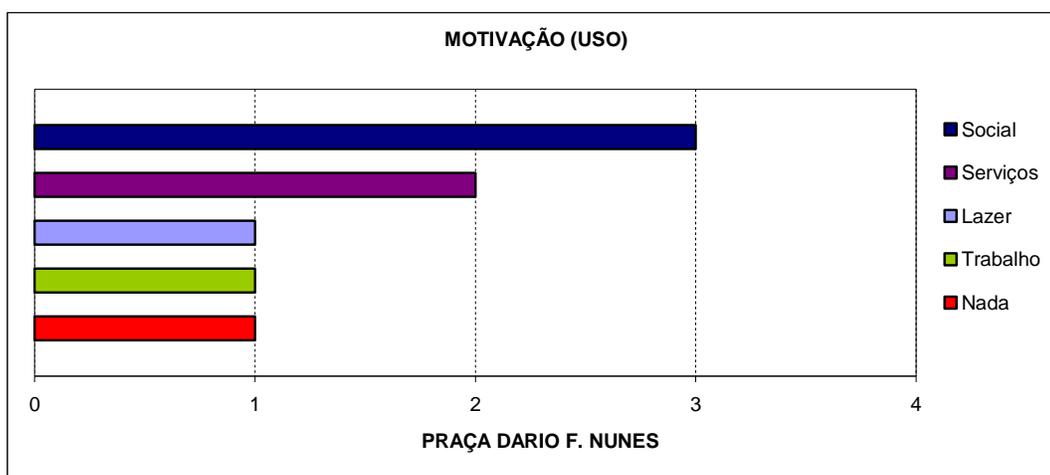


Figura 96: Motivação ao uso

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Os serviços ligados aos quiosques revelaram serem importantes motivadores de uso da praça, aliados ao consumo de bebidas alcoólicas e ao encontro de amigos, fatores que contribuíram para que o item “social” fosse o mais citado (Fig.96).

A apreensão da realidade segundo sensações instantâneas e seletivas trouxe um fato importante, a imagem da “natureza” liderou as citações, mostrando-se presente no imaginário e na carência das pessoas, mesmo o espaço sendo carente de arborização e sombreamento, negativamente duas pessoas relataram não se agradar com “nada” na praça, mais uma vez o descontentamento e a indiferença se fazem presentes (Fig.97).

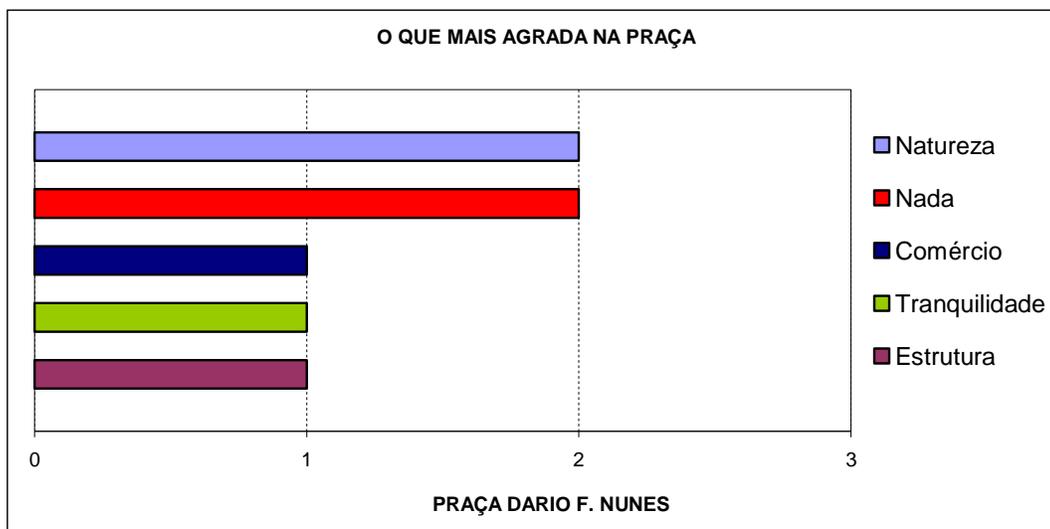


Figura 97: O que mais agrada na praça (imediate)
 Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

E como era de se esperar, quando solicitados a avaliarem a praça em função de uma opinião comparativa com outras praças existentes na cidade, a avaliação foi extremamente negativa e unânime ao apontar os fatores de má conservação, falta de alguns equipamentos básicos e o estado crítico da estrutura como preponderantes nessa análise.

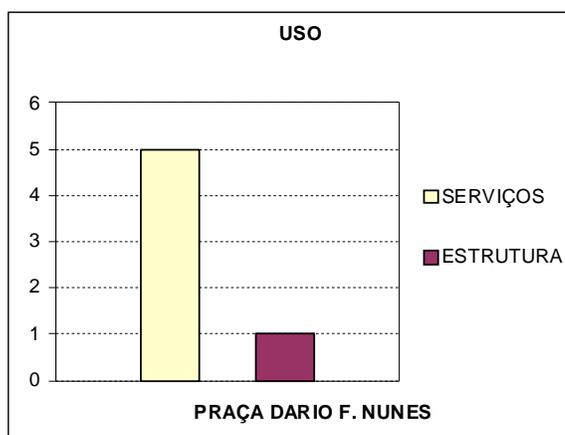


Figura 98: Uso
 Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Como fato relevante dessa parte da pesquisa, foi a revelação da existência de uma feira itinerante que era organizada em frente à praça e que sua mudança para outro local colaborou e muito com o processo de abandono sofrido pelo espaço.

Norteados pela escala de valores proposta na metodologia, adentramos na dimensão interativa da pesquisa na busca de uma avaliação geral dos frequentadores diante das categorias propostas, tais como acesso, situação da praça, ambiente social e equipamentos.

Como únicos atrativos da praça, os quiosques aparecem novamente na motivação de uso (serviços) de 83% dos frequentadores entrevistados (Fig.98), que quando perguntados sobre um conhecimento mais íntimo do local, quase todos sabiam o nome da praça, mas nenhum soube informar a data de sua implantação.

Com notas variando entre “razoável” e “bom” o quesito acesso obteve uma boa avaliação, diferentemente do quesito situação, avaliado negativamente pela maioria dos entrevistados. Quanto ao ambiente social, destacou-se somente o espaço como lugar de encontros, enquanto que na avaliação de equipamentos o destaque positivo ficou com a telefonia pública, mesmo se encontrando em péssimo estado de conservação, a simples oferta desse item acaba facilitando o cotidiano da população.

Praça Dario Ferreira Nunes		
Lazer	Contemplativo	0
	Caminhada	0
	Esporte	6
	Descanso	6
Social	Eventos	1
	Festas	0
	Encontros	0
Ecológica	Arborização	5
	Ventilação	4
Educativa	Signos	1
	Monumentos	0
Econômica	Formal	6
	Informal	6

Quadro 09: Funções da praça (visão dos usuários)

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Cumprida a etapa ligada à dimensão interativa, iniciou-se a pesquisa sob a ótica do dimensionamento biofísico, primeiramente buscando a visão dos freqüentadores sobre a função que admitiam possuir a praça, obteve-se 100% das respostas identificando o lazer para descanso e o esporte como funções presentes no local, enquanto que a função social (eventos, festas e encontros) foi amplamente negada. Ecologicamente, a arborização e ventilação se destacaram como função, mas não tanto quanto a função econômica, tais como o comércio formal e informal. (Quadro 09)

Vale ressaltar que com relação à “natureza”, isto é, a presença da vegetação, de jardins e paisagismo, tanto na Ficha de Avaliação (Fig.101), como na avaliação feita pelos usuários (Fig.102), este item

apresentou resultados negativos, mas na opinião dos usuários mesmo assim a praça possui a função ecológica, sendo bem ou mal desempenhada.

Quanto aos aspectos mais cognitivos da pesquisa, a inter relação entre a imagem que se apresenta para cada freqüentador e a imagem que cada um processa, sofrendo influência da vivência e experiência, incrivelmente apresentou somente aspectos negativos e todos ligados à falta de manutenção visível do espaço.

Mesmo percebendo o espaço de forma negativa, todos os entrevistados admitiram a importância da praça para a cidade e justificaram-se sob argumentos da falta de locais para o lazer, o contato com a “natureza”, ou seja, a verdadeira carência urbana de locais destinados ao lazer coletivo.

Após obtenção dos dados relativos à percepção do ambiente, procurou-se apreender a visão dos usuários quanto ao que acontece ao seu redor, quanto ao uso da praça ao longo do dia e da semana pelos entrevistados e pelos demais freqüentadores.

Novamente aspectos ligados a função social da praça como conversar, namorar e encontrar foram percebidos facilmente enquanto ação de outros usuários, aspectos ligados ao uso dos quiosques reaparecem novamente e, mesmo que precariamente, a prática de esporte acontece na praça.

Com a intenção de um aprofundamento maior, foi-lhes solicitado que identificassem determinados grupos que usavam a praça e em que período esse uso ocorria. Como resultado obteve-se a informação de que o grupo dos idosos frequenta o local pela manhã pra caminhadas; pela tarde, há aqueles que conversam e jogam dominó e, o final de tarde é marcado como um período de transição dos grupos que usam a praça, grupos mistos (jovens e adultos) começam a chegar para beberem nos quiosques, jogarem futebol e usarem drogas no local (Fig.99).

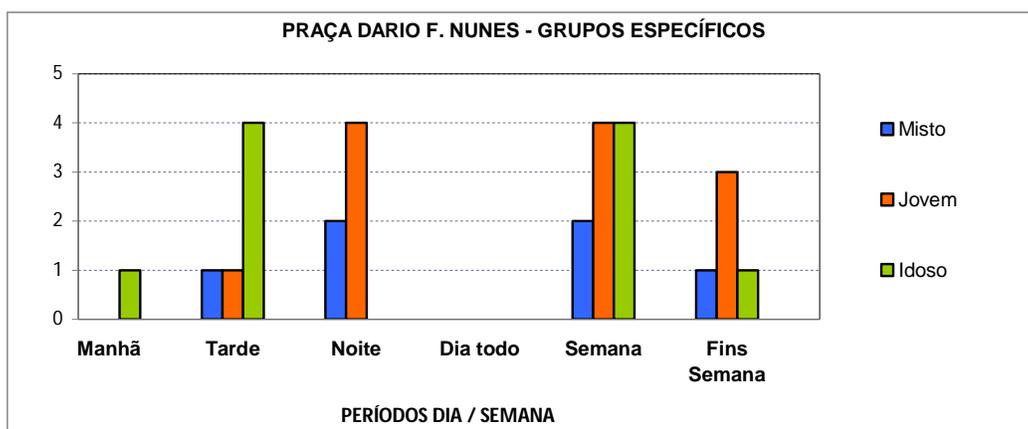


Figura 99: Grupos Específicos (Visão dos entrevistados)

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

A prática de esporte se configura como ação corriqueira para jovens, tanto durante a semana como nos finais de semana. Ressalta-se que durante a caracterização da praça não foi observado a presença de crianças, assim como esse grupo não foi citado pelos entrevistados.

Para finalizar o processo de percepção por parte dos frequentadores entrevistados questionou-se hipoteticamente a possibilidade de reformarem a praça e sem surpresa alguma foi relatado a vontade de reformarem “tudo”, desde equipamentos (mais arborização, bancos com encosto, lixeiras), estrutura (calçamento, parque infantil, etc) até serviços (segurança / policiamento). Até a colocação de obras de arte e patrimônio histórico foram citadas, ressaltando a total carência da população por esses espaços públicos abertos (Fig.100).

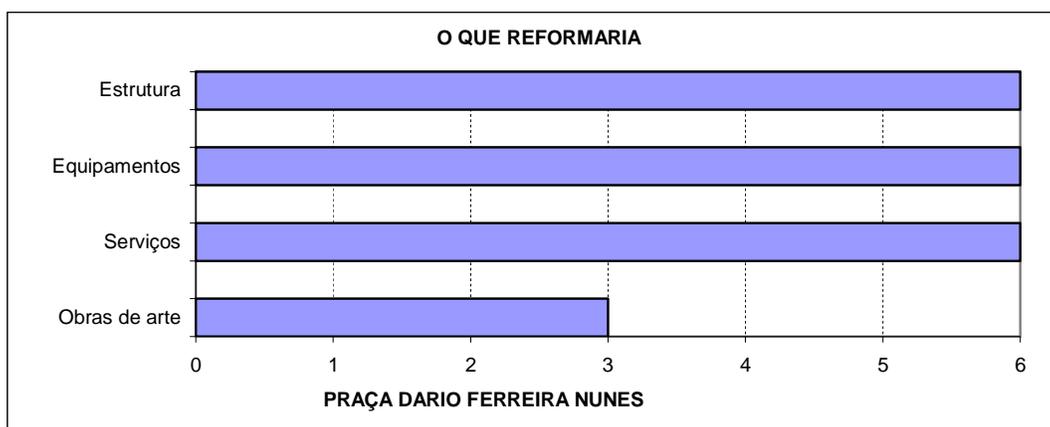


Figura 100: O que reformaria
 Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Com base na ação, opinião e comportamento, constatamos que 33% dos entrevistados tinham uma conduta de indiferença com a praça, enquanto que 67% se comportavam com otimismo e positividade com relação ao espaço, atitudes essas ligadas ao zelo e a limpeza.

6.6 - Análise Comparativa das Praças

A afirmação de Gomes (2005) de que “o lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez reafirmam o estatuto público desse espaço, e dessa dinâmica surge uma forma-conteúdo, núcleo de uma sociabilidade normatizada, o espaço público”, vem corroborar com os pressupostos dessa pesquisa, de que estrutura física e uso são pontos fundamentais na investigação da percepção dos frequentadores das praças públicas pesquisadas.

A estrutura física encontrada e analisada nas cinco praças influenciou diretamente no perfil dos usuários, nas avaliações sobre os espaços, seus usos e apropriações, mesmo considerando similaridades e diferenças entre elas. Positivamente destacou-se a Praça Ulysses Guimarães devido a sua estrutura recém reformada, enquanto que nas quatro praças restantes (Dom José Thomaz, Bandeira, Tancredo Neves e Dario Ferreira Nunes) em maior ou menor grau encontramos espaços precários e deficitários, principalmente quando analisados à luz da acessibilidade total e irrestrita.

A Praça Ulysses Guimarães mostrou excelentes resultados nos parâmetros para a caracterização e para os acessos. Já a Praça da Bandeira localizada em área central da cidade, quando caracterizada, avaliada e pesquisada teve sob a ótica da acessibilidade uma avaliação comprometida pelo estado de conservação da estrutura e dos equipamentos básicos de acessibilidade. O mesmo padrão foi repetido nas análises sobre as Praças Dom José Thomaz e Tancredo Neves, onde a avaliação dessa pesquisa mostrou uma acessibilidade deficitária.

O resultado apresentado para a Praça Dario Ferreira Nunes não trouxe nenhuma surpresa, a estrutura física da praça corroborou com a péssima avaliação no que tange parâmetros de acessibilidade.

Os principais problemas encontrados relacionados à estrutura física foram: rampas de acesso para portadores de deficiência em desacordo com normas técnicas de execução (Praça da Bandeira), rampas sem manutenção ou reformas (Praças. Dom José Thomaz e Dario Ferreira Nunes) e a ausência total de acesso para portadores de deficiência (Praça Tancredo Neves), local onde a própria topografia natural do terreno já se constitui como uma barreira arquitetônica.

Esse tipo de deficiência não foi encontrado na Praça Ulysses Guimarães, que além de contar com oito rampas de acesso em perfeitas condições de uso, possui ainda piso tátil no calçamento. O acesso irrestrito não diz respeito somente à presença ou não de rampas de acesso, como fator importantíssimo nesse quesito pode-se citar os caminhos ou calçamento das praças, neste aspecto somente a Praça Ulysses Guimarães destacou-se positivamente, enquanto que as demais possuíam muitas ressalvas ao estado de conservação do calçamento, apresentando muitos buracos e desníveis, isto é, se configurando como um grande risco para crianças e idosos.

Com relação à estrutura física, a Ficha de Levantamento e Caracterização (Apêndice 01) traz dados quantitativos a respeito dos locais, como: quantidade, presença ou ausência de determinados equipamentos, já a Ficha de Avaliação (Fig.101) fornece dados qualitativos segundo os parâmetros definidos como norteadores e delimitadores desse estudo.

AVALIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS					
Equipamentos	P1	P2	P3	P4	P5
Bancos	1,7	0,7	2,7	0,5	0,6
Iluminação alta	1,6	1,2	2,9	1,5	2,6
Iluminação baixa	4	1,7	X	X	X
Lixeiras	1,4	0,5	3,3	X	0,5
Sanitários	X	1,8	X	X	X
Telefone público	1,9	2,6	0,9	1,7	0,7
Bebedouros	X	X	X	X	X
Arborização alta	3,8	1,9	1,3	1,2	1,6
Arborização baixa	3,7	1,3	X	1	X
Paisagismo / Vegetação	3,7	1,3	1,7	0,5	1,5
Conforto Térmico	3,1	1,7	1,6	1,1	1,4
Conforto Acústico	3,1	1,6	2,3	2,5	1,8
Conforto Visual	3,1	2	2,8	2,9	1,4
Equipamentos portadores deficiência	0,6	0,9	3,8	0,5	0,5
Avaliação					
Estrutura					
Caminhos - material:	1,1	0,9	4	1,1	1,6
Quadra Esportiva	X	2,4	2,7	0,9	0,7
Prática exercícios físicos	X	0,5	2,6	0,5	X
Terceira Idade	X	1	2,3	0,5	X
Parque Infantil	1	0,5	2,7	0,5	0,5
Avaliação					
Obras arte					
Palco / Coreto	X	1,6	X	2,7	X
Obras arte	X	0,7	X	X	X
Espelho d'água / chafariz	X	X	X	X	X
Identificação	1,7	1,7	2	0,5	1,4
Avaliação					
Serviços					
Segurança / Policiamento	3,8	0,7	3,4	2,6	X
Estacionamento	1,6	1,6	3,5	1,6	2,1
Ponto de Ônibus	1,6	1,1	1,1	1,6	X
Ponto de Táxi	1,7	2,1	X	X	X
Banca de Revista	2,8	2	X	X	X
Quiosque de alimentação / similar	2,7	2,6	2,8	X	2,6
Edificação Institucional	2,7	2	X	2,6	1,8
Templo Religioso	X	2,5	2,2	2,9	X
Avaliação					

	0,5 - 1,5	Péssimo / Ruim
	1,6 - 2,5	Regular
	2,6 - 3,5	Bom
	3,6 - 4,0	Ótimo

P1	Praça da Bandeira - Centro
P2	Praça D. José Thomaz - Siqueira Campos
P3	Praça Ulysses Guimarães - Santos Dumont
P4	Praça Tancredo Neves - América
P5	Praça Dario F. Nunes - Orlando Dantas

Figura 101: Ficha Avaliação de Equipamentos e Estruturas das Praças
 Fonte: Adaptação de De Angelis et al (2000b)

Além de o ambiente físico orientar as práticas e guiar comportamentos, a estrutura da praça age diretamente sobre o perfil motivacional de seus frequentadores, estimulando e desestimulando seus usos.

Através da análise comparativa entre os parâmetros definidos com a avaliação interativa dos frequentadores (Fig.102) obteve-se uma resposta afirmativa sobre a influência do ambiente físico sobre as ações objetivas e subjetivas dos frequentadores de cada uma das praças.

		AVALIAÇÃO INTERATIVA DAS PRAÇAS PELOS FREQUENTADORES				
		P1	P2	P3	P4	P5
ACESSO						
SITUAÇÃO						
A M B I E N T E	Ponto de Encontro					
	Local de Comércio					
	Prática de Esportes					
	Local de Lazer					
	Segurança					
	Local de Festas					
E Q U I P A M E N T O S	Lixeiras					
	Telefone Público					
	Bancos					
	Quadra Esportiva	X				
	Ponto de Ônibus					X
	Ponto de Táxi			X	X	X
	Sanitários	X		X	X	X
	Bebedouros	X	X	X	X	X

	0,5 - 1,5	Péssimo / Ruim
	1,6 - 2,5	Regular
	2,6 - 3,5	Bom
	3,6 - 4,0	Ótimo

P1	Praça da Bandeira - Centro
P2	Praça D. José Thomaz - Siqueira Campos
P3	Praça Ulysses Guimarães - Santos Dumont
P4	Praça Tancredo Neves - América
P5	Praça Dario F. Nunes - Orlando Dantas

Figura 102: Avaliação Interativa das praças pelos frequentadores
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

A Ficha de Avaliação (Fig.101) foi preenchida com base no levantamento quantitativo e qualitativo das praças públicas e a Ficha de Avaliação Interativa (Fig.102) foi preenchida pelos entrevistados de acordo com suas opiniões e diante disso podem-se destacar alguns pontos.

Para os usuários das Praças da Bandeira e Dom José Thomaz o acesso ao local recebeu uma avaliação “ótima”. Em suas respostas foi levada em conta somente a facilidade de deslocamento proporcionado pela oferta de transporte público e pela localidade da praça, enquanto que na avaliação do pesquisador foram observadas essas questões supracitadas além de uma análise criteriosa proposta por De Angelis (2000a) (Apêndice 02), tendo sido considerados fatores como: material empregado nos caminhos ou calçamento, o estado de conservação dos mesmos, a presença de rampas e equipamentos para diferentes faixas etárias, entre outros. Isso justifica algumas diferenças observadas em alguns itens / parâmetros. No entanto a análise “visual” e geral entre as duas fichas (Fig.101 e Fig.102) estampou o predomínio das cores verdes na Praça Ulysses Guimarães, seguido da Praça da Bandeira, ou seja, ambas apresentaram os melhores índices nas duas abordagens.

A observação mais atenta das fichas mostra ainda a aproximação dos resultados nas duas abordagens para as Praças Tancredo Neves e Dario Ferreira Nunes, sobretudo com relação ao acesso, ponto que pesquisador e freqüentadores, acordaram com relação as condições do acesso bem como ao deslocamento interno do espaço. Com relação à Praça Ulysses Guimarães, o estado de otimismo provocado pela recente reforma, contribuiu para uma boa avaliação do acesso por parte dos freqüentadores, mesmo o local sendo em área periférica da cidade onde o transporte público se faz precário. Assim o ótimo estado em que a praça se encontra influenciou diretamente nas avaliações.

O nível de acessibilidade de cada praça condiciona de que forma o espaço será utilizado e por quem, ainda de acordo com Serpa (2007) se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo.

Como condicionante do uso, a estrutura física pôde ser claramente percebida na Figura 103, destacando-se das demais categorias observamos o item “serviços” citado várias vezes pelos freqüentadores entrevistados, esse fato é perfeitamente justificável pela presença de quiosques de alimentação e bebidas junto à praça, considerando que a busca por diversão (lazer) muitas vezes passa pelo uso do espaço físico edificado, podemos afirmar que mesmo tendo como principal motivação a diversão, o uso do freqüentador fica condicionado à estrutura física.

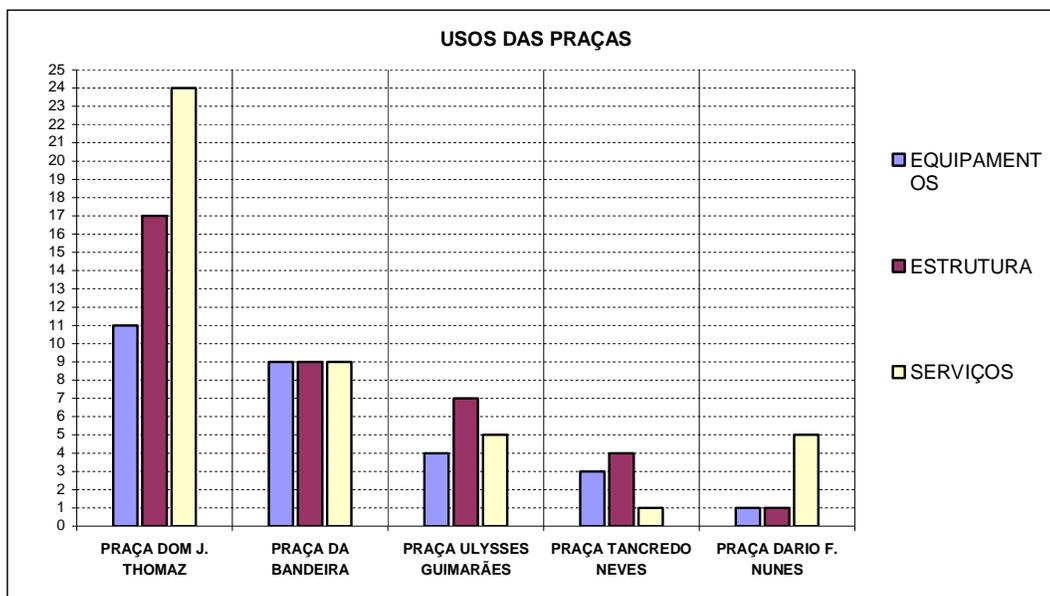


Figura 103: Usos das praças

Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

No caso dos quiosques existem características controversas sobre sua presença na maioria das praças, salvo exceção a Praça Tancredo Neves (ausência de quiosques), mesmo servindo como atrativos ou chamariz, isto é, trazendo um público freqüentador para o espaço, gerando renda e trabalho, seu custo-benefício socialmente é maléfico. Isto se dá pela presença de bebidas alcoólicas nas imediações de escolas, pela presença de bêbados e drogados num ambiente que deveria ser freqüentado por famílias.

Com efeito, embora em todas as praças independentemente de suas condições, os equipamentos, a estrutura e os serviços definiram seus usos, mas a presença de destaque de bares nas Praças Dom José Thomaz e Dario Ferreira Nunes, determinou os usos das mesmas se comparado com os demais usos

Nesse universo complexo onde as manifestações podem ser tão variadas que podem ocorrer por meio da apropriação física (quiosques), com estruturas fixas (barracas, tendas) ou por ocupações simbólicas (territorialização), as estratégias de ocupações são diversas e as conseqüências vão desde a degradação física do espaço até a degradação moral.

Percebe-se que os espaços públicos, guardam traços de espaço privado, de acordo com o grau de acesso e uso, onde certos grupos fazem demarcações territoriais que variam de simples convenções de caráter simbólico, mas que na prática funcionam como se houvesse uma regulamentação. Às vezes, as concessões ocorrem por decreto do poder público municipal, que favorecem uma minoria, mas se exige da responsabilidade de

manutenção desse espaço, deixando esse trabalho a cargo de empresas privadas. (Ribeiro, 2008)

Esse processo pôde ser verificado com maior intensidade na Praça Dom José Thomaz, pois os quiosques degradam o espaço ao atrair grande fluxo de pessoas com interesses diversos, quanto ao encadeamento de usos proporcionados a partir dos bares criando muitas vezes territórios dentro da praça, áreas dominadas por usuários de drogas, prostitutas e malandros, com degradação física em pichações, depredações, vandalismo e sujeira, além de degradação moral que pode ser citada mesmo não sendo o objetivo da análise. Guardadas as proporções de fluxo e horário de funcionamento, os aspectos negativos e o surgimento de “territórios” específicos em decorrência do ambiente gerado pelos bares / quiosques, tal realidade também foi constatada nas Praças da Bandeira e Dario Ferreira Nunes.

Mais uma vez tivemos a Praça Ulysses Guimarães como exceção, embora também possua quiosques que fornecem bebidas alcoólicas, sofre influência de outros fatores que colaboraram na formação de um cenário diferente. O perfil de freqüentadores com pessoas do próprio bairro, com postura de zelo e cuidado pelo espaço recém reformado, fez com que a praça não sofresse os efeitos de degradação presentes em outras localidades. Além disso, há uma grande diferença quando observado comparativamente para o gráfico de uso (Fig.103) e o de motivação (Fig.104). O item com maior índice de uso na Praça Ulysses Guimarães é “estrutura” e não “serviços”, ação totalmente justificável graças ao calçamento impecável, um ótimo parque infantil, mesas/ bancos para terceira idade e quadra esportiva. E a motivação para o uso é o lazer e não serviços, onde se encontram os bares / quiosques.

Existe ainda a diferença com relação aos tipos de lazer procurados na Praça Ulysses Guimarães, caracterizados pela busca por esporte, descanso, relaxamento, enquanto que em outras praças o lazer se caracteriza pela busca por diversão ligadas aos bares / quiosques e, em consequência, consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas.

De maneira geral os dados colhidos durante todo o processo metodológico reafirmam a idéia principal da pesquisa, que o fator preponderante para o uso e motivação pode ser configurado pela presença da estrutura física, seja em boas condições (Praça Ulisses Guimarães) ou com problemas de degradação como nas demais praças.

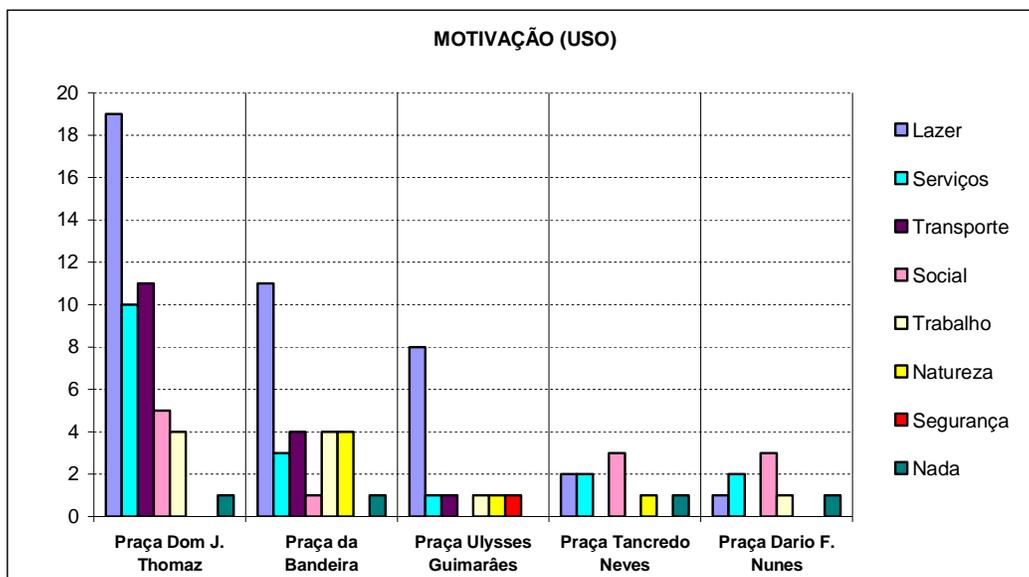


Figura 104: Motivação ao uso
 Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 105: Apropriação física (Pça da Bandeira)
 Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 106: Apropriação física (Pça Dom José)
 Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009

Essas ações motivadoras estabeleceram-se claramente em função do lugar físico, exemplo disso, em locais que existiam pontos de ônibus onde a localização e a facilidade de deslocamento devido à oferta de transporte público se faziam presentes, o item transporte se destacou nos levantamentos de dados. Tal fato pode ser generalizado para as demais praças, cada uma com sua estrutura física específica.

Em todas as praças observou-se um processo de apropriação do espaço, seja ele físico ou simbólico, mas sempre transformando o ambiente da praça através da demarcação territorial de usos específicos. Em praças onde o comércio e serviços são abundantes constatou-se uma



Figura 107: Apropriação física (Pça Dom José)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 108: Apropriação física (Pça Ulysses Guimarães)
Fonte: Silva, C. F. R da - Pesquisa de Campo, 2009



Figura 104: Avaliação de Equipamentos e Estruturas das Praças

maior presença de ambulantes, barracas diversas, além é claro da presença dos bares, com quantidade regulada pela demanda da praça. Nesses casos a apropriação física fez surgir territórios simbólicos. Cada vendedor informal já possui seu lugar pré - estabelecido, afinal já “trabalha ali há anos”, os bares criam em torno de si um ambiente propício ao consumo de bebidas alcoólicas e mais definido pela presença de adultos e jovens em busca de diversão.

A territorialização antes citada possui a característica de se fazer e desfazer durante períodos do dia, esse fato foi muito bem observado na Praça Dom José Thomaz, onde pela manhã e começo de tarde o público freqüentador dos quiosques era de pessoas idosas e estudantes, enquanto que no final de tarde e noite havia uma imensa transformação neste ambiente, com grande fluxo de pessoas consumindo bebidas alcoólicas e drogas. Esse fenômeno se repete nas Praças da Bandeira e Dario Ferreira Nunes guardando as devidas proporções de uso e demanda.

Interessante destacar que esse “fazer” e “desfazer” de territórios não ocorrem na Praça Ulysses Guimarães devido a um fator primordial, verificado somente nesta praça.

Os quiosques do local funcionam de maneira idêntica ao das outras praças, o que difere neste local é a apropriação feita por seus freqüentadores, na maioria das vezes

moradores do bairro. O sentimento de pertencimento e participação que foi criado após a reforma, culminou com a atitude de cuidado e zelo por parte da maioria dos frequentadores, afastando baderneiros e usuários de droga do local. Vale lembrar que segundo relatos dos entrevistados a praça apresentava os mesmos “sintomas” de degradação que os demais locais pesquisados.

Vale destacar também a especificidade da Praça Tancredo Neves posto que a ausência ou precariedade da estrutura física foi, ao contrário das demais, o determinante para a apropriação de determinados grupos e a constituição de territórios de “maloqueiros”, conforme relatado. É fato que a realidade de degradação física desta praça não é recente, condição imposta aos demais frequentadores.

Sem os usuários, o espaço acessível ao público tem pouco significado, não se legitima. O uso ou não uso dos espaços públicos abertos, as praças, está condicionado às suas funções que, por consequência, são definidas pela estrutura física, sejam as propostas nos planos originais ou aquelas vinculadas às novas necessidades e demandas dos cidadãos.

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.0 - Considerações Finais

Dos dados obtidos nessa pesquisa, apoiados pelo referencial teórico-metodológico, pelas observações em campo e a análise das entrevistas, foram realizadas as seguintes considerações.

Com o objetivo maior de relacionar a importância das praças públicas na construção da sustentabilidade urbana com a percepção ambiental de seus frequentadores, podemos analisar as praças pesquisadas sob vários aspectos.

Segundo Leff (2007) assim como a cidade se transformou em local do acúmulo do capital, da degradação moral e natural de seu entorno, onde o processo urbano artificializou a natureza, as praças da cidade de Aracaju sofreram e sofrem do mesmo processo, pois estão inseridas num contexto mais amplo que é o contexto da própria cidade. A insustentabilidade pode ser verificada se considerarmos que os preceitos defendidos por Pillet, Odum, 1987, apud Acserald, 1999, sobre eficiência ecoenergética, isto é, a redução do impacto entrópico das práticas urbanas através de tecnologias poupadoras de espaço, matéria e energia, voltadas para a reciclagem de materiais não estão presentes no contexto atual das praças pesquisadas, pois essa retórica não faz parte dos principais objetivos com que esses espaços públicos foram e são concebidos.

Mesmo quando diretrizes sustentáveis relacionadas ao uso misto dos locais (praças) puderam ser verificadas, somente a Praça Ulysses Guimarães, não esbarrou num aspecto totalmente relevante que foi a ausência de manutenção desses espaços (Harvey, 2000). Mesmo assim deve-se salientar o fato da referida praça ter passado por reforma recente.

Referencialmente a fundamentação teórica trouxe embasamento para que se analisasse as praças pesquisadas sob um enfoque sustentável, através de definições e conceitos. Sob essa ótica encontrou-se praças que se apresentaram muito distantes do conceito sistêmico de sustentabilidade, enquanto que outras trouxeram resultados mais positivos se observados no âmbito geral da pesquisa.

Em Aracaju, as praças ainda são apropriadas como espaço de lazer na maioria dos casos. Uma parcela da população usa seu tempo livre para passear, praticar atividades esportivas, se alimentar, enfim, desfrutar os momentos de folga em companhia de outras pessoas. Dessa forma a análise sob a avaliação da qualidade de vida trouxe aspectos sustentáveis quando motivação e uso apresentaram-se pautadas no lazer e na presença da natureza.

Com um potencial enorme desprezado tanto pela política pública municipal quanto por seus freqüentadores, a Praça Dom José Thomaz situada no bairro Siqueira Campos, caracterizou-se pela degradação física e moral, fatores que influenciaram diretamente na sua avaliação da sustentabilidade. A praça em questão assume uma de suas funções essenciais, determinante para espaços públicos, a função social, importante na capacidade de atrair pessoas, comércio, gerar empregos e renda. E a cada vez que isso ocorre, constrói-se silenciosamente algo de muito valioso para o cotidiano de qualquer cidade, grande ou pequena: relações de cuidado - a antítese da violência- infelizmente não se observou isso na Praça Dom José Thomaz.

O fluxo de pessoas e freqüentadores é muito intenso no local, atraídos pela facilidade de deslocamento (transporte público), pelo forte comércio localizado no Bairro Siqueira Campos e pela presença de alguns quiosques no interior da praça, fato esse responsável pela degradação moral do espaço. Essa ocorrência pode ser justificada pela venda de bebidas alcoólicas indiscriminadamente, uso de drogas nos sanitários e pela prostituição presente no ambiente social da praça principalmente no período noturno.

A insegurança gerada pelos fatores acima explicitados contribuiu de forma categórica na percepção do espaço apreendida pelos freqüentadores entrevistados, o sentimento de não pertencimento ao local e a postura de negação foi visivelmente exposta nas entrevistas. O ambiente hostil em que a praça emerge em determinados períodos do dia como finais de tarde e noites, acabam fortalecendo a criação de territorialidades negativas, afastando assim famílias do uso cotidiano do espaço.

Ao mesmo tempo em que as apropriações físicas e simbólicas atraem, também expulsam muitos freqüentadores, diante dessa realidade, rouba-se da população o seu espaço mais nobre. A população por sua vez, a despeito de tudo quanto se criou e surgiu de alternativo para seu entretenimento, sequer protesta pelo espaço que se esvai. É a cumplicidade passiva da população que alimenta atitudes dos gestores públicos através de uma ação pautada pela especulação e pelo descaso com a “coisa pública”, atitudes responsáveis pela realidade insustentável apreendida na Praça Dom José Thomaz.

Corroboraram com esse cenário, segundo Acselrad (1999), a queda da produtividade dos investimentos urbanos, através de sua incapacidade de acompanhar o ritmo de crescimento das demandas sociais, isto é, cada vez mais a população necessita de espaços públicos abertos para a promoção do lazer e do descanso num cotidiano cada vez mais atribulado pelas exigências da vida moderna e o poder público por sua vez não consegue

suprir essa necessidade as vezes por falta de recursos financeiros e as vezes por falta de uma visão mais holística do papel representado por esses espaços públicos.

Quanto às praças, Tancredo Neves (Bairro América) e Dario Ferreira Nunes (Bairro São Conrado), o que se viu foi um completo e total abandono do espaço no que diz respeito a determinados grupos sociais, a ausência de crianças e idosos pode ser justificada pelas péssimas condições de estrutura e equipamentos em ambas as praças, bem como a apropriação dos referidos locais por usuários de drogas em determinados períodos.

Na análise da qualidade ambiental, o que mais se destacou como prejudicial à apropriação e/ou permanência de usuários nas praças refere-se ao conforto ambiental (insolação), mobiliário urbano (ausência e estado de conservação) e as condições de higiene (salubridade). Os autores Mascaró (2004); Gouvêa (2002) apontam que em áreas de clima tropical, a insolação é um fator que afasta as pessoas da praça, por isto a vegetação deve ser o elemento estruturante, para propiciar a permanência.

Nas entrevistas realizadas em ambas as praças citadas acima, verificou-se novamente a ocorrência da negação do local, uma postura de indiferença em relação ao espaço por parte dos freqüentadores, mas deve-se destacar que ocorreu uma diferença quanto à percepção dos entrevistados. Na Praça Tancredo Neves essa postura não foi gerada pela insegurança do local, considerada boa por parte dos entrevistados, mas sim pela hostilidade causada pelo próprio ambiente físico, as péssimas condições estruturais afastando as pessoas da praça. Enquanto que na Praça Dario Ferreira Nunes essa postura negativa ocorreu pela apropriação do espaço por jovens usuários de drogas e pelo consumo de bebidas alcoólicas no local, gerando insegurança e medo nos demais freqüentadores, delineando de forma abstrata a formação de territórios, estabelecendo horários em que determinados grupos se apropriam do espaço.

Favole (1995) afirma que a praça contemporânea como um espaço que não tem uma função específica, nem depende de um edifício ou de um monumento, tem a finalidade de se constituir em um lugar atrativo de encontro e reunião. Pode-se perceber essa característica em algumas das praças pesquisadas, com a presença de igrejas no entorno tivemos a Praça Ulysses Guimarães, a Praça Dom José Thomaz e a Praça Tancredo Neves, sendo que nenhuma delas é influenciada por essas edificações de cunho religioso, enquanto que na Praça da Bandeira (Centro) a existência de prédio institucional (Museu da Bandeira) não altera em nada o funcionamento cotidiano do local, sendo um espaço na maioria das vezes subutilizado.

Positivamente podemos destacar os resultados obtidos na Praça da Bandeira e Ulysses Guimarães, mas vale frisar que esses resultados obtidos derivaram de fatores diferentes em cada uma das duas praças.

Com enorme destaque no contexto do espaço, a vegetação foi fundamental na avaliação da sustentabilidade da Praça da Bandeira, se não fosse pelas carências referentes à acessibilidade, poderíamos afirmar com convicção que o referido espaço poderia ser considerado sustentável, mas diante da carência estrutural e de equipamentos destinados ao lazer coletivo, além de não promover um acesso igualitário a todos os grupos sociais, infelizmente os resultados não foram suficientes para essa afirmação. Mesmo assim podemos enunciar alguns fatos interessantes no que tange a percepção de seus freqüentadores.

Dos locais pesquisados, a Praça da Bandeira foi a única com índices muito positivos com relação ao conforto ambiental, fator verificado pela exuberante vegetação. “As áreas verdes cumprem um papel importante como instrumento de equilíbrio do ambiente urbano e como local de lazer. Nisto encontramos nelas um elemento de equilíbrio psicológico, de reconstituição da tranquilidade, de recomposição do temperamento. (...) uma cidade sustentável deve valorizar as suas áreas verdes, como instrumentos efetivos de qualificação do espaço urbano” (Silva, 1999, p.266).

Diante de tal afirmação conclui-se que para atingir níveis de sustentabilidade a Praça da Bandeira precisaria somente melhorar em alguns aspectos, entre eles, uma melhor estrutura para portadores de deficiência, um maior cuidado com o calçamento, além de equipamentos infantis e para terceira idade.

Na pesquisa a praça melhor avaliada foi a Praça Ulysses Guimarães, podendo-se afirmar que a reforma recente colaborou e muito nos quesitos avaliados além da pesquisa de percepção de seus freqüentadores. O que mais chamou atenção nos resultados dos questionários aplicados foi o enorme orgulho com que os freqüentadores, (em sua maioria, moradores do bairro), respondiam as perguntas realizadas durante a entrevista.

A dinâmica do bairro fortemente caracterizada pela pobreza e violência, parece não contagiar a praça, a postura de pertencimento dos moradores com o local criou barreiras simbólicas que afastaram a degradação física e moral do espaço.

Do ponto de vista ecológico, a praça deixou a desejar com relação ao conforto ambiental, a pouca vegetação existente contrasta com a ótima estrutura e equipamentos do local, a falta de sombreamento prejudica seu uso durante períodos mais quentes e ensolarados do dia.

Outro fator preocupante diz respeito à postura e conduta dos frequentadores quando questionados sobre o que faziam ou poderiam fazer para melhorarem o ambiente da praça, uma parte dos entrevistados disseram não fazer nada, isto é, apresentaram uma conduta passiva, relutantes em assumirem uma postura mais propositiva com relação a um espaço que lhes pertence por direito.

Mesmo a praça estando localizada na periferia da capital (Zona Norte), o respeito à acessibilidade reafirma a capacidade do local em apresentar índices de sustentabilidade num futuro próximo. O questionamento que paira sobre a Praça Ulysses Guimarães nos mostrou duas vertentes, a atual praça seria uma exceção na cidade de Aracaju? Ou os resultados positivos obtidos se deram devido à recente reforma ocorrida no espaço?

No âmbito geral da pesquisa há que se destacar um aspecto importante que diz respeito à injustiça social e a co-responsabilidade da comunidade por esses espaços. Aracaju possui praças distribuídas por todo seu território urbano, com maior concentração na região central e adjacências, mesmo carentes de investimentos e de manutenção, há que se responsabilizar a comunidade pela rápida depredação que ocorre nesses locais.

Somente através da transferência da autoridade e do poder decisório, isto é, da descentralização das políticas urbanas e da inclusão da população nas decisões será possível o fortalecimento e o desenvolvimento local das comunidades e municípios. Portanto, reformas nesse sentido seriam muito bem vindas, pois viabilizaria a concretização de ideais sustentáveis.

Mesmo apresentando resultados diversos nas avaliações realizadas nas cinco praças supracitadas no que tange a sustentabilidade das praças, pode-se afirmar categoricamente a importância desses espaços públicos na sustentabilidade urbana. O contexto urbano das cidades brasileiras e mais especificamente da cidade de Aracaju, onde o crescimento urbano acontece sem planejamento e o poder público não consegue suprir as carências de uma população cada vez mais ávida na busca por espaços públicos com qualidade e que possam estar suprimindo uma demanda por lazer, descanso e prática esportiva, as praças públicas se configuram como espaço de suma importância na busca da sustentabilidade urbana.

Dessa maneira, mesmo a pesquisa apresentando espaços degradados física e moralmente, sem a mínima preocupação com a população usuária, que faz do local a única opção de lazer para o seu tempo livre, foi verificado um uso intenso das praças pesquisadas, mesmo algumas praças não alcançando um resultado satisfatório nos diversos itens avaliados, pode-se afirmar que esses espaços públicos abertos desempenham um

papel essencial quando analisados sob a ótica da sustentabilidade urbana, pois ao mesmo tempo em que apresentam um inegável caráter social também se constituem em espaços ambientalmente importantes no contexto ecológico da cidade, além de proporcionarem lazer também proporcionam conforto ambiental, fatores primordiais em nossas cidade cada vez mais carentes de área verde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSERALD, H. *Discursos da Sustentabilidade Urbana*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Publicação semestral da Anpur (maio/novembro) N. 1, maio de 1999.

ARANTES, O. *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*. In: ARANTES et al. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000

BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudança da agenda 21*. Petrópolis, RJ. Vozes 1997.

BRANCO, S. M. *O meio ambiente em debate*. 30. Ed. São Paulo: Moderna, 1999.

CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / EDUSP, 2000.

CAMARGO, A. L. B. *Desenvolvimento Sustentável, dimensões e desafios*: Papirus, 2005.

CHAVES, M. P. S. R. *Desenvolvimento sustentável*. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 13, Set. 2006.

CNUMAD, 1991. *Nosso Futuro Comum: Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

CORLETO, F. *A microbacia do Passa Vinte- Palhoça- SC e o Problema das Inundações*. Florianópolis, março- 1998. 43-44p Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária e Ambiental). Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental.

DE ANGELIS, B. L. D. *A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá-PR*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000 a.

DE ANGELIS, B. L. D; CASTRO, R.M.; DE ANGELIS NETO, G. *Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil*. Faculdade de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá, 2000 b.

DEL RIO, V. I. ; OLIVEIRA, L. (org.). *Percepção Ambiental: A experiência Brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

DINIZ, J. A. F. (1987) *O subsistema urbano-regional de Aracaju*, SUDENE, Recife.

FAVOLE, P. *La plaza en la arquitectura contemporánea*. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

FERRARA, L. *As máscaras da cidade. Olhar Periférico*. São Paulo: Edusp/Fapesp. 1993.

FERREIRA, L. da C. Limites ecossistêmicos novos dilemas e desafios para o Estado e a sociedade. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F., org. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: EdUnicamp, 1992

- FIALHO, F. *Introdução às Ciências da Cognição*. 1 ed. Florianópolis: Insular, 2001.
- FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- FRANÇA, V. L. A. (1999) *Aracaju: Estado e Metropolização*. São Cristóvão: Editora UFS.
- FURTADO, C. *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, A Noite, 1954.
- GODARD, O. *A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios delegitimação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- GOMES, M. A. S. *As praças de Ribeirão Preto-SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.
- GONÇALVES, C. W. P. *A Globalização da natureza e a natureza da globalização*, 2006.
- GOUVÊA, L. A. *Biocidade: Conceitos e critérios para um desenho ambiental urbano, em localidades de clima tropical de planalto*. São Paulo: Nobel, 2002
- GROSTEIN, M. D. *Metrópole e expansão urbana a persistência de processos "insustentáveis"*. São Paulo Perspec. vol.15 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2001
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2000.
- HOCHMAN, G. *Sobre as relações entre descentralização e federalismo*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 16, n. 45, Feb. 2001 .
- IBGE. Disponível via WWW no URL [http://www. http://www.ibge.gov.br/home](http://www.ibge.gov.br/home). Internet, 2007. Capturado em 08/11/2007.
- JACOBI, P. *Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão*. In: CAVALCANTI, C. (org.) *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- LABHAB (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP). *Parâmetros para urbanização de favelas*. Rio de Janeiro, FINEP/CEF, 2000 (relatório de pesquisa).
- LEFF, E. *Saber Ambiental*: Ed. Vozes, 2007.

LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. et al. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEITÃO, L. (org.) *As praças que a gente têm, as praças que a gente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças*. RECIFE, Prefeitura, Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. Recife: A secretaria, 2002.

LEMOS, N. *A dinâmica do espaço urbano enquanto construção cultural: os vales dos rios em João Pessoa, Paraíba (Brasil)*. [on-line] In: OS URBANITAS - Revista de Antropologia Urbana Ano 2, vol.2, n.1. Disponível via WWW no URL <http://www.osurbanitas.org/osurbanitas2/nomedoarquivo.html>. Internet, 2005. Capturado em 08/11/2007.

MACEDO, S. S. *Quadro de Paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAU-USP, 1999.

MACHADO, E. V. (1990) Aracaju: *Paisagens & Fetiches – abordagens acerca do processo de seu crescimento urbano recente*. Aracaju: (Dissertação de Mestrado).

MACHADO, L. M. C. P. *Paisagem valorizada: a serra do mar como espaço e lugar*. In: RIO, Vicente del; OLIVEIRA, Lívia de (Org.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1996, p.97.

MAGALHÃES, F. *O Desenvolvimento Urbano e o Desenvolvimento Sustentável*, Fundação Calouste Gulbenkian, in Contribuições para o Desenvolvimento da Cidade, Revista Estudos de Engenharia Civil, Lisboa, Portugal, 1998.

MAGNOLLI, M. M. *"Ambiente, espaço e paisagem"*. *Paisagem e Ambiente, 1 e 2*. São Paulo, FAUUSP, 1986.

MARICATO, E. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil*. In: ARANTES et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MASCARÓ, L. *Ambiência urbana*. 2. ed. Porto Alegre: + 4 Editora, 2004.

MARX, M. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MATAS, C. J.; NECOCHEA, V. A.; BALBÓNTIN, V. P. *Las plazas de Santiago*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1983.

MUNFORD, L. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimentos e perspectivas*. Tradução Neil. R. da Silva. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NOGUEIRA, A.D. *Patrimônio Arquitetônico e História Urbana*. São Cristóvão: Ed. UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

_____. *Análise Sintático-Espacial das transformações urbanas de Aracaju: 1855-2003*. 365p. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

OLIVEIRA, L. A. *Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer*. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. 2007.

PALLAMIN, V. M. (org); LUDEMANN, M. (Coord). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PIAGET, J. *O Nascimento da Inteligência na Criança*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

PRADO, J. C. *A Revolução Brasileira – 7a edição*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

PROSSER, E. S. *O Fenômeno urbano como fenômeno social e a gestão participativa como caminho para a sustentabilidade*. Curitiba, 2001.

RATTNER, H. Prefácio. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RIBEIRO, Z. L. *Praças e lazer: dinâmica de uso e apropriação de espaços públicos em Sorriso-MT* / Zenilda Lopes Ribeiro, 2008.

REIS, F. N. G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720)*. São Paulo: EDUSP, 1968.

ROBBA, F.; MACEDO, S.S. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2002 [Coleção Quapá].

ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. Studio Nobel São Paulo, 1993.

SALDANHA, N. *O jardim e a Praça: o privado e o Público na vida social e histórica de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, M. (Orgs.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996b.

SEPLAM (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO). *Mapa Municipal Oficial de Aracaju*, Secretaria Municipal de Planejamento, 2003.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

SILVA, F. A. G. *O vento como ferramenta no desenho do ambiente construído: uma aplicação do nordeste do Brasil*. Tese (doutorado em arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999, São Paulo.

SILVA, G. J. A.; NETTO, L. R. G.. *Urbanismo e Sustentabilidade*. Os Urbanitas (São Paulo), v. 04, p. 01-21, 2007.

SPIRN, A. W. *O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade*. São Paulo: Edusp. 1995, 345p.

VARGAS, M. A. M. *A Paisagem urbana e o meio ambiente de Aracaju*. GEOUFS, Aracaju, v.1, n.1, p. 9-17, jul./dez. 2002.

ZMITROWICZ, W.; DE ANGELIS NETO, G. *Infra-estrutura urbana*. São Paulo: EDUSP, 1997 (Texto Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/17).

APÊNDICE 01

LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS

Nome da praça: Praça da Bandeira

Localização: Av. Desembargador Maynard – Bairro Centro

Forma geométrica: Retangular **Área: 10.0000 m²**

Data da avaliação: 11 /05/2009

Equipamentos/ Estruturas	Sim	Não	Quantidade
1. Bancos - material: concreto sem encosto	X		59
2. Iluminação alta		X	
2.1. Iluminação baixa	X		54
3. Lixeiras	X		09
4. Sanitários		X	
5. Telefone público	X		05
6. Bebedouros		X	
7. Segurança / Policiamento		X	
8. Paisagismo	X		
9. Arborização alta	X		70
10. Arborização baixa: arbustos / forração	X		
11. Conforto Térmico	X		
12. Conforto Acústico		X	
13. Conforto Visual	X		
14. Equipamentos portadores deficiência: rampas de acesso	X		04
15. Caminhos – material: concreto / mosaico português			
16. Quadra esportiva		X	
17. Para prática de exercícios físicos		X	
18. Estrutura para terceira idade		X	
19. Parque infantil	X		01
20. Palco / Coreto:		X	
21. Obra de arte – qual:		X	
22. Espelho d'água/chafariz:		X	
23. Identificação: placas esquinas	X		04
24. Estacionamento	X		15 vagas
25. Ponto de ônibus	X		03
26. Ponto de táxi	X		02
27. Banca de revista	X		02
28. Quiosque de alimentação e/ou similar	X		06
29. Edificação institucional: Memorial da Bandeira	X		01
30. Templo religioso		X	

LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS

Nome da praça: Praça Dom José Thomaz

Localização: Rua Santa Catarina– Bairro Siqueira Campos

Forma geométrica: Quadrangular

Área: 10.000 m²

Data da avaliação: 09 /05/2009

Equipamentos/ Estruturas	Sim	Não	Quantidade
1. Bancos - material: mureta em concreto sem encosto e alguns bancos	X		22 bancos
2. Iluminação alta	X		04
2.1. Iluminação baixa	X		30
3. Lixeiras: lixeiras dos quiosques e 02 de reciclagem	X		02
4. Sanitários: masculino e feminino	X		01
5. Telefone público	X		14
6. Bebedouros		X	
7. Segurança / Policiamento		X	
8. Paisagismo		X	
9. Arborização alta	X		30
10. Arborização baixa: arbustos	X		poucos
11. Conforto Térmico	X		
12. Conforto Acústico		X	
13. Conforto Visual		X	
14. Equipamentos portadores deficiência: rampas de acesso	X		06
15. Caminhos – material: cimentado (ext.) pedra de fogo (int.)	X		suficiente
16. Quadra esportiva: piso alta resistência	X		02
17. Para prática de exercícios físicos	X		01
18. Estrutura para terceira idade	X		01
19. Parque infantil	X		01
20. Palco / Coreto: palco	X		01
21. Obra de arte – qual: busto D José	X		01
22. Espelho d'água/chafariz:		X	
23. Identificação: marco inaugural	X		01
24. Estacionamento: via pública		X	
25. Ponto de ônibus	X		03
26. Ponto de táxi	X		01
27. Banca de revista	X		01
28. Quiosque de alimentação e/ou similar	X		12
29. Edificação institucional: creche / escola	X		01
30. Templo religioso	X		01

LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS

Nome da praça: Praça Ulysses Guimarães

Localização: Rua São Francisco de Assis – Bairro Santos Dumont

Forma geométrica: Retangular

Área: 6.446 m²

Data da avaliação: 27 /05/2009

Equipamentos/ Estruturas	Sim	Não	Quantidade
1. Bancos - material: bancos concreto c/ encosto e s/ encosto	X		37 c / 12s
2. Iluminação alta	X		16
2.1. Iluminação baixa		X	
3. Lixeiras	X		14
4. Sanitários		X	
5. Telefone público	X		04
6. Bebedouros		X	
7. Segurança / Policiamento		X	
8. Paisagismo	X		pouco
9. Arborização alta	X		11
10. Arborização baixa	X		17
11. Conforto Térmico	X		
12. Conforto Acústico		X	
13. Conforto Visual	X		
14. Equipamentos portadores deficiência: rampas de acesso e piso	X		08 rampas
15. Caminhos – material: concreto alta resistência / piso tátil /	X		2.355 m ²
16. Quadra esportiva: piso de alta resistência	X		01
17. Para prática de exercícios físicos	X		01
18. Estrutura para terceira idade	X		01
19. Parque infantil	X		01
20. Palco / Coreto		X	
21. Obra de arte – qual:		X	
22. Espelho d'água/chafariz:		X	
23. Identificação: marco inaugural	X		
24. Estacionamento	X		25 vagas
25. Ponto de ônibus	X		01
26. Ponto de táxi		X	
27. Banca de revista		X	
28. Quiosque de alimentação e/ou similar	X		02
29. Edificação institucional: Igreja		X	
30. Templo religioso: Igreja	X		01

**LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E
ESTRUTURAS**

Nome da praça: Praça Tancredo Neves

Localização: Rua Guilherme José Martins – Bairro América

Forma geométrica: Irregular **Área: 9.000 m²**

Data da avaliação: 15 /05/2009

Equipamentos/ Estruturas	Sim	Não	Quantidade
1. Bancos - material: mureta em concreto sem encosto	X		poucos
2. Iluminação alta	X		08
2.1. Iluminação baixa		X	
3. Lixeiras		X	
4. Sanitários		X	
5. Telefone público	X		03
6. Bebedouros		X	
7. Segurança / Policiamento	X		01
8. Paisagismo		X	
9. Arborização alta	X		14
10. Arborização baixa: arbustos	X		poucos
11. Conforto Térmico		X	
12. Conforto Acústico	X		
13. Conforto Visual	X		
14. Equipamentos portadores deficiência: rampas de acesso		X	
15. Caminhos – material: piso em concreto e paralelepípedos	X		poucos
16. Quadra esportiva: canindé de areia	X		01
17. Para prática de exercícios físicos		X	
18. Estrutura para terceira idade		X	
19. Parque infantil	X		01
20. Palco / Coreto: concha acústica	X		01
21. Obra de arte – qual:		X	
22. Espelho d'água/chafariz:		X	
23. Identificação:		X	
24. Estacionamento	X		15 vagas
25. Ponto de ônibus	X		01
26. Ponto de táxi		X	
27. Banca de revista		X	
28. Quiosque de alimentação e/ou similar		X	
29. Edificação institucional: escola	X		01
30. Templo religioso	X		01

LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS

Nome da praça: Praça Dario Ferreira Nunes

Localização: Rua Vereador João Silvestre – Bairro Orlando Dantas

Forma geométrica: Quadrangular

Área: 6.446 m²

Data da avaliação: 17 /04/20099

1. Bancos - material: mureta em concreto sem encosto	X		Ao redor da circulação
2. Iluminação alta	X		08
2.1. Iluminação baixa		X	54
3. Lixeiras		X	09
4. Sanitários		X	
5. Telefone público	X		02
6. Bebedouros		X	
7. Segurança / Policiamento		X	
8. Paisagismo		X	
9. Arborização alta	X		?
10. Arborização baixa: arbustos	X		?
11. Conforto Térmico		X	
12. Conforto Acústico		X	
13. Conforto Visual		X	
14. Equipamentos portadores deficiência: rampas de acesso	X		08
15. Caminhos – material: piso em concreto	X		suficiente
16. Quadra esportiva: canindé de areia	X		01
17. Para prática de exercícios físicos		X	
18. Estrutura para terceira idade		X	
19. Parque infantil	X		01
20. Palco / Coreto:		X	
21. Obra de arte – qual:		X	
22. Espelho d'água/chafariz:		X	
23. Identificação: marco inaugural	X		01
24. Estacionamento	X		30 vagas
25. Ponto de ônibus		X	
26. Ponto de táxi		X	02
27. Banca de revista		X	
28. Quiosque de alimentação e/ou similar	X		03
29. Edificação institucional: escola c/ programa do governo	X		01
30. Templo religioso		X	

APÊNDICE 02

Em qualquer situação, qualquer que seja o elemento a ser avaliado qualitativamente é preciso estabelecer, previamente, critérios claros e determinar parâmetros rígidos que irão nortear o trabalho. Foram estabelecidos critérios que devem pautar a avaliação feita sobre cada um dos equipamentos identificados, os quais são apresentados abaixo. (De Angelis et al, 2000b)

- Bancos: estado de conservação; material empregado em sua confecção; conforto; locação ao longo dos caminhos - se recuados ou não; distribuição espacial - se em áreas sombreadas ou não; desenho; quantidade; distanciamento.
- Iluminação: alta ou baixa - em função da copa das árvores; tipo - poste, super poste, baliza, holofote; localização; conservação; atendimento ao objetivo principal.
- Lixeiras: tipo; quantidade; localização; funcionalidade; material empregado; conservação; distanciamento.
- Sanitários: condições de uso; conservação; quantidade.
- Telefone público: localização - na praça, próximo ou distante de; conservação.
- Bebedouros: tipo; quantidade; condições de uso; conservação.
- Piso: material empregado; funcionalidade e segurança; conservação.
- Traçado dos caminhos: funcionalidade; largura; manutenção; desenho.
- Palco/coreto: funcionalidade; conservação; design; uso - freqüente, esporádico, sem uso; se compatível com o desenho da praça.
- Obra de arte (monumento, estátua, busto): significância da obra de arte; conservação; inserção no conjunto da praça.
- Espelho d'água/chafariz: em funcionamento; se inserido ou não no contexto da praça; conservação.
- Estacionamento: conservação; sombreamento; segurança.
- Ponto de ônibus e de táxi: se na praça, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo; conservação.
- Quadra esportiva: quantidade; conservação; material empregado; com iluminação; cercada.
- Equipamentos para prática de exercícios físicos: tipo e quantidade; material empregado; conservação.
- Estrutura para terceira idade: estruturas existentes; conservação.

- Parque infantil: brinquedos que o compõem; material empregado e cor; se em área reservada e protegida; conservação.
- Banca de revista: localização - periférica ou central, em evidência ou não; material empregado em sua construção; design; estética - se compatível com a praça.
- Quiosque para alimentação e/ou similar: tipo - trailer, carrinho, construção em alvenaria; higiene; estética; localização.
- Segurança: em função da localização, frequência de pessoas, policiamento e conservação.
- Conservação: estado geral da praça - equipamentos, estruturas, varrição, limpeza.
- Localização: se próximo ou distante de centros habitados; facilidade de acesso.
- Vegetação: estado geral; manutenção.
- Paisagismo: escolha e locação das diferentes espécies; criatividade; inserção do 'verde' no conjunto.

Conforto ambiental: no presente item inseriu-se conjuntamente o conforto acústico, o conforto térmico, o conforto visual e a condição de tranquilidade. Os quesitos analisados foram: presença de agentes causadores de poluição sonora; localização; trânsito de veículos; relação entre área sombreada e não; impermeabilização da área da praça e seu entorno; e caracterização visual da praça e seu entorno.

APÊNDICE 03

Segundo De Angelis et al (2000b) morfologicamente para o estudo das praças no Brasil, consideram-se os tipos mais usuais:

- Praças conformadas por uma única via resultam em praças redondas ou ovais, onde várias vias, geralmente em número de quatro, desembocam na mesma (figura 4);

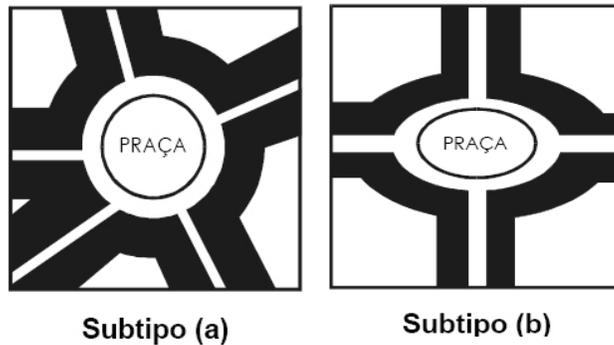


Figura 4 – Esquema de praças conformadas por 1 via

- Praças conformadas por duas vias propiciam três subtipos diferentes de conformar o espaço (figura 5):

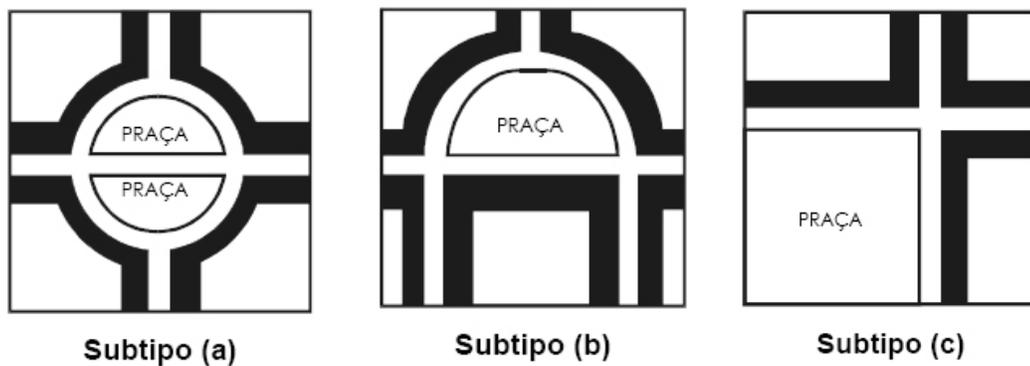


Figura 5 – Esquema de praças conformadas por 2 vias

- subtipo (a) - Formado a partir de uma via que cruza uma segunda que, por sua vez, está circundando o espaço em questão. Essa interceptação de vias acaba por propiciar o aparecimento de uma praça descontínua, ou seja, há o surgimento de dois bolsões, criados em ambos os lados de uma das vias. Nesse caso, como resultado, tem-se uma praça circular bipartida.

- subtipo (b) - esse subtipo propicia o aparecimento de praças que se comportam como “alças” dentro da trama urbana, visto serem formadas pela interceptação de uma via retilínea com outra que apresenta traçado semicircular;
- subtipo (c) - o espaço se forma a partir de um ângulo resultante da interseção de duas vias, sem que estas interrompam a continuidade da praça; na parte posterior da praça encontram-se edificações.

- Praças conformadas por três vias propiciam dois subtipos (figura 6):

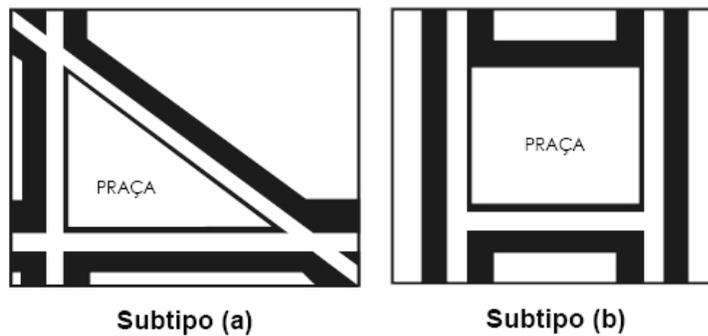


Figura 6 – Esquema de praças conformadas por 3 vias

- subtipo (a) – praça triangular, criada a partir da interceptação de três vias;
- subtipo (b) - a praça é formada por duas vias paralelas e uma ortogonal a elas, sendo que a quarta face é ocupada por edificações.

- Praças conformadas por quatro vias propiciam o surgimento de dois subtipos (figura 7):

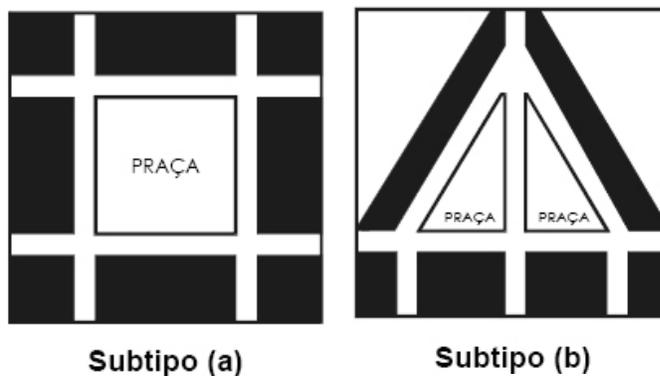


Figura 7 – Esquema de praças conformadas por 4 vias

- subtipo (a) - originam praças quadrangulares ou retangulares, frutos que são do cruzamento de quatro vias, sendo duas a duas paralelas entre si;

- subtipo (b) - é o caso da praça triangular bipartida, conformada por duas vias que se interceptam ortogonalmente, e duas outras que, ao se cruzarem, formam o vértice de um triângulo; a praça, nesse caso, é seccionada em duas partes.
- Praças conformadas por cinco vias são praças retangulares ou quadrangulares, conformadas por quatro vias paralelas, duas a duas, sendo que a essas se soma uma quinta, a qual secciona a praça ao meio (figura 8).

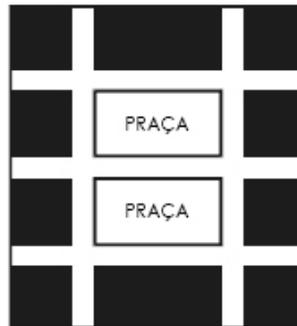


Figura 8 – Esquema de praças conformadas por 5 vias

APÊNDICE 04

QUESTIONÁRIO USUÁRIOS

LOCAL

Nome:

Endereço:

Data:

Horário:

Dia da semana:

Número da

Entrevista:

PERFIL

Sexo: Ocupação:

Idade: Escolaridade:

Local de Residência:

Tempo de Residência:

Freqüência:

Tempo de Freqüência:

DIMENSÃO ÍNTIMA: característica dos sujeitos enquanto mediadores entre variáveis objetivas e subjetivas (cognição e afeto, lócus de controle, habilidades, motivos)

- 1.1. O que motiva você a freqüentar essa praça? (classificar tipologia das respostas)
- 1.2. De imediato, o que mais lhe agrada nessa praça? Por quê?
- 1.3. Como você compara essa praça com outras que você conhece? Numa escala de 1 a 5 comparando com as demais, que nota atribui?
- 1.4. Qual uso você faz dessa praça?
- 1.5. Sabe o nome dessa praça?
- 1.6. Sabe em que época foi implantada?
- 1.7. Você presenciou reformas? Quantas? Quando?
- 1.8. Nessa praça ocorre algum tipo de evento, festa ou afins (semanal, mensal, anual)? Quais? Você participa?
- 1.9. Sabe se tem algum monumento nessa praça? Quais? O que significam?
- 1.10. O que mais lhe agrada na praça? (ressaltar se há associação com o motivo que leva a freqüentar)

* Escala: 1= Péssimo / 2 = Ruim / 3 = Regular / 4 = Bom / 5 = Ótimo

2. DIMENSÃO INTERATIVA: (característica do sujeito com grupos e demais frequentadores (praça enquanto locus de acolhimento, trocas, construção de significados comuns, dialogo, coesão e inclusão)

2.1. Que nota você daria a essa praça para a cidade de Aracaju quanto aos seguintes aspectos?

Acesso	Situação	Ambiente Social	Equipamentos
		Local de lazer	Lixeiras
		Prática de esportes	Sanitários
		Ponto de encontro	Telefone público
		Local de comércio	Quadra esportiva
		Local de festas	Bebedouros
		Segurança	Ponto táxi
			Ponto ônibus
			Bancos

*Escala: 1= Péssimo / 2 = Ruim / 3 = Regular / 4 = Bom / 5 = Ótimo / 6 = Não ocorre

3. DIMENSÃO BIOFÍSICA: (Características do ambiente; as dimensões da praça e do mundo que estão em equilíbrio ou em desequilíbrio)

3.1. Quais funções você identifica nessa praça?

- Lazer contemplativo Social eventos Ecológica arborização
 caminhada festas ventilação
 esporte
 descanso

- Educativa signos Econômica comércio formal
 monumentos comércio informal

Outras: _____

3.2. Ao seu redor o que mais lhe chama a atenção?

3.3. Ao fechar o olho, qual imagem que tem dessa praça?

3.4. Como usuário e cidadão você acha essa praça?

- Imprescindível Importante Desnecessária

Justificar resposta.

3.5. Você considera a natureza presente nesta praça? Aonde? Por quê?

3.6. O que os demais usuários fazem?

conversar lanchar ônibus telefonar namorar

trabalhar encontro esporte brincar

Outros: _____

3.7. Existem grupos ou pessoas específicas de freqüentadores nessa praça?

Quais:

Horários:

Dias:

3.8. Se pudesse reformar essa praça o que mudaria? Por quê?

3.9. O que você poderia fazer (ou já faz) para melhorar essa praça?

APÊNDICE 05

NOVEMBRO	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA
08:00	Orange	Light Green																											
09:00	Orange	Light Green		Yellow																									
10:00				Orange		Dark Green																							
11:00				Orange		Dark Green																							
12:00							Orange																						
13:00		Orange																											
14:00		Orange								Orange																			
15:00										Orange																			
16:00	Blue																												
17:00	Blue																												
18:00																													
19:00	Light Green																												
20:00	Light Green																												
21:00																													
22:00																													
23:00																													
	Orange																												
	Yellow																												
	Light Green																												
	Dark Green																												
	Blue																												

Quadro Geral de visitas as Praças
 Fonte: Fonte: Silva, C. F. R da – Pesquisa de Campo, 2009

APÊNDICE 06

